

eling UP

**Revista eletrónica de Linguística
dos estudantes da Universidade do
Porto**

*A students' e-journal of Linguistics
from the University of Porto*

Revista de Linguística

Volume VIII | n.º 2 | Ano 2019

Diretores:

António Leal
Purificação Silvano

Editores:

Carlos Silva
Joana Ferreira
Mariana Ribeiro
Rute Rebouças
Violeta Amélia Magalhães

Secretariado Editorial:

Ana Cunha
Beatriz Martins
Edna Boliqueime
Eloísa Bastos
Luísa Pimenta
Mariana Silva
Matilde Marques
Miguel Correia
Raquel Araújo
Renata Rodrigues

Comissão Científica:

Alexandra Pinto
Ana Maria Brito
Ângela Carvalho
Celda Morgado
Clara Amorim
Elena Zagar Galvão
Fátima Oliveira
Fátima Silva
Idalina Ferreira
Isabel Margarida Duarte
Joana Guimarães
João Veloso
Luís Filipe Cunha
Maria da Graça Pinto
Rogelio Ponce de León Romeo
Sónia Valente Rodrigues
Thomas Husgen

FICHA TÉCNICA

eling^{UP}

Revista Eletrónica dos estudantes de Linguística da Universidade do Porto

Vol. 8 | n.º 2 | 2019

Periodicidade: Bianaual

Capa: Raquel Araújo

Os artigos publicados estão sujeitos a “peer review”.

A Revista está registada na OJS.

<http://ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP>

ÍNDICE

Nota dos Editores	5
Entrevista à Professora Doutora Cristina Flores	7
Artigos	
Orações Relativas Preposicionais com <i>De, Em, Por, A</i> Edna Boliqueime	22
As relações temporais nas frases com orações subordinadas completivas finitas de verbo Joana Costa	37
<i>Dever</i>: Marcador Modal e/ou Evidencial? Rute Rebouças	62
Análise Multimodal de Estratégias Discursivas – Debate sobre o “bailout” entre Hillary Clinton e Bernie Sanders Nuno Rocha	88
Recensão	
Cunha, L.F.; Leal, A. & Silva, F. 2018. <i>Leituras estativas e eventivas com verbos de movimento: alguns fatores de alternância.</i> Júlio Barbosa	120

Nota dos Editores

É com muito entusiasmo, vontade de conhecimento e com uma vincada intenção de promover um contínuo espírito de investigação que tornamos público o segundo volume de 2019 da revista *elingUP*. Este número conta com quatro artigos e uma revisão crítica, cujos autores são estudantes de diferentes ciclos de estudos, e procura trazer novidades e novos contributos para a área das ciências da linguagem, nomeadamente para o campo da Sintaxe, da Semântica e da Análise do Discurso.

A entrevistada deste volume é a Professora Doutora Cristina Flores, que é Professora Associada do Departamento de Estudos Germanísticos e Eslavos do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho e que muito tem contribuído para o estudo da competência linguística de falantes monolíngues e bilingues, bem como para uma melhor compreensão de fenómenos de erosão linguística. Mais uma vez agradecemos à Professora Doutora Cristina Flores pela generosa resposta dada às nossas interrogações, que o leitor poderá agora ficar a conhecer.

O primeiro artigo é assinado por Edna Boliqueime e tem o nome de “Orações Relativas Preposicionais com *De, Em, Por, A*”, apresentando-nos a autora algumas considerações acerca das características sintáticas e semânticas das orações relativas preposicionadas.

O segundo artigo, intitulado “As relações temporais nas frases com orações subordinadas completivas finitas de verbo”, é de Joana Costa e propõe uma análise da sequência de tempos em frases com orações completivas de verbo, de forma a que se possam identificar e perceber as relações temporais que se podem estabelecer nesses contextos.

Rute Rebouças é a autora do terceiro artigo, que tem o nome de “*Dever*: Marcador Modal e/ou Evidencial?” e que consiste numa análise semântica do verbo *dever*, enquanto marcador modal epistémico e de evidencialidade.

Por fim, o artigo de Nuno Rocha “Análise Multimodal de Estratégias Discursivas – Debate sobre o “bailout” entre Hillary Clinton e Bernie Sanders” oferece ao leitor um trabalho de análise das estratégias de comunicação verbais e físicas, que são tratadas pela Análise do Discurso, de um debate político.

A recensão crítica deste volume é da autoria de Júlio Barbosa sobre o artigo de Cunha, Leal & Silva (2018) “*Leituras estativas e eventivas com verbos de movimento: alguns fatores de alternância*”, um texto que se ocupa do estudo do perfil aspetual das predicções com verbos de movimento.

Através desta breve descrição, poderá o leitor aperceber-se de que encontrará neste volume diversos contributos para o conhecimento linguístico em diversas frentes de análise, principalmente no que diz respeito à Sintaxe, Semântica e Análise do Discurso.

Esperamos que este volume seja do agrado daqueles que o consultarem e que os estimule na procura por novas perguntas e respostas na área das ciências da linguagem – um intuito que, de resto, une os editores desta nota para a organização dos volumes que se seguirão.

Mariana Ribeiro, Rute Rebouças e Violeta Amélia Magalhães

Entrevista à Professora Doutora Cristina Flores

Cristina Flores é Professora Associada do Departamento de Estudos Germanísticos e Eslavos do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho. O seu trabalho incide sobre temas como Bilinguismo, Aquisição da Linguagem e Erosão Linguística. A atenção que tem dedicado ao estudo da competência linguística de falantes lusodescendentes em contexto alemão e falantes bilingues de português-alemão levou a que, desde 2008, tenha coordenado e participado em vários projetos de investigação centrados no estudo da competência linguística de falantes monolingues e bilingues.



Cristina Flores conta já com várias publicações em revistas internacionais, como *Journal of Child Language*, *International Journal of Bilingualism*, *Linguistic Approaches to Bilingualism*, *Bilingualism. Language and Cognition*, entre outras. Assume o cargo de Diretora do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho (CEHUM) desde junho de 2019 e é também editora associada da revista *Linguistic Approaches to Bilingualism*, bem como coeditora da série *Language Development* e da revista *REAL*.

A presente entrevista foi redigida pelas estudantes Beatriz Martins, Renata Rodrigues, Ana Rita Cunha, Mariana Silva e Violeta Magalhães e foi conduzida pelas mesmas estudantes no dia 4 de dezembro de 2019 no Centro de Estudos Humanísticos da UMinho. Ao longo da entrevista, foram tratados vários aspetos relacionados com as áreas de estudo da Professora Doutora Cristina Flores, bem como com alguns dos tópicos mais atuais da discussão em Linguística Aplicada. Esperamos que o texto seja do interesse dos leitores e que desperte noutros o mesmo entusiasmo que experienciámos. Da parte das entrevistadoras, foi um prazer e uma honra imensa redigir e conduzir esta entrevista. Por isso, agradecemos à Professora Doutora Cristina Flores pelo momento de aprendizagem e partilha de conhecimento que nos proporcionou.

Antes de mais, desejamos cumprimentar a Senhora Professora e agradecer ter aceitado o nosso convite. Sabemos que a Senhora Professora é falante bilingue de português e alemão, o que nos leva a intuir o porquê de ter decidido enveredar pelo caminho da Psicolinguística, concretamente pela área da Aquisição da Linguagem e Bilinguismo. Ainda assim, gostaríamos de perguntar o que realmente a cativou, levando-a a iniciar investigação nesta área.

Por acaso, o que me cativou não foi o facto de ser bilingue, mas sim o facto de conhecer muitos falantes bilingues. Quando comecei a dar aulas na Universidade do Minho, há precisamente 20 anos, contactei com muitos estudantes que tinham crescido na Alemanha, mas que apresentavam diferenças quanto à sua competência linguística em alemão. Esse foi o motivo inicial, isto é, o facto de falantes que cresceram com duas línguas evidenciarem áreas problemáticas, que aparentemente resistiram à aquisição numa das línguas. Mais tarde, vim a perceber que essa resistência era, na verdade, uma perda, o que me levou a estudar o fenómeno da erosão. O que me cativou foi, portanto, a ideia de que, mesmo adquirindo duas línguas maternas na infância, não é garantido que na fase adulta se domine essas duas línguas como falante nativo.

Na sua experiência pessoal, como falante bilingue, provavelmente já terá tido contacto com o fenómeno de code-switching. Nesse sentido, diria que quando alterna de língua é com uma intenção comunicativa ou depende do tema?

Há três motivos para o *code-switching*. Em primeiro lugar, o recurso a esse fenómeno como estratégia de comunicação, isto é, quando orientamos o discurso para determinado tema que conhecemos e experienciamos numa determinada língua, usamos essa língua. Um segundo motivo passa também por uma estratégia de comunicação, mas relacionada com o interlocutor. Imaginemos que o interlocutor tem a mesma vivência do falante bilingue. Poderá haver uma tendência para fazer o *code-switching* de forma a realçar esta ligação entre os dois. Poder-se-ia optar por falar apenas uma das línguas, mas, havendo essa experiência comum de bilinguismo, o *code-switching* é uma estratégia natural de comunicação entre falantes. Em terceiro lugar, existe o motivo da competência, isto é, quando o *code-switching* ocorre para

resolver problemas de acesso lexical. Um falante monolíngue pode recorrer a um sinónimo ou a uma paráfrase quando não se lembra de uma palavra. Já o falante bilingue tem a possibilidade de recorrer à mesma palavra na outra língua. Por vezes, essa dificuldade pode prender-se, não exatamente com a palavra, mas com outras características associadas ao léxico, como o género. Imaginemos, por exemplo, que eu sei determinada palavra em alemão, mas já não sei se é masculina, neutra ou feminina. Nesse momento, enquanto falante bilingue, posso optar por não arriscar e verbalizar a palavra em português. São, portanto, três os motivos que, penso, explicam o fenómeno do *code-switching*: o tema, o interlocutor e as dificuldades de acesso lexical. Para além disso, há também o caso de comunidades que vivem em situação de contacto linguístico. Trata-se de um fenómeno social ou de mudança linguística que consiste na criação de novas palavras que passam a fazer parte do léxico de determinada comunidade por via do contacto de duas línguas distintas. Como cresci em Hamburgo, conheço muitos exemplos como *aparcar* (que significa estacionar, do alemão *parken*) ou *fazer um termino* (que significa marcar uma consulta médica, do alemão *ein Termin machen*). Este fenómeno é muito comum em comunidades emigrantes, distingue-se, no entanto, da alternância de códigos (*code-switching*).

Ainda em relação ao code-switching, considera que esse fenómeno é exclusivo de falantes bilingues ou, por exemplo, um falante que aprende uma língua estrangeira também pode recorrer ao mesmo fenómeno? E, se puder, será que está relacionado com o nível de proficiência em L2 do falante?

Ocorre imenso nos adolescentes com o inglês! Eles fazem imenso *code-switching*, sobretudo jovens que aprendem inglês em sala de aula e depois aprofundam esses conhecimentos através do contacto com a língua nas redes sociais e nos media. Falantes de uma língua segunda que aprendem essa língua apenas na sala de aula, mas não têm contacto com a língua fora desse contexto de instrução, recorrem muito menos ao *code-switching*. Logo, esse fenómeno está ligado a um determinado nível de proficiência.

Tendo em conta as várias e contrastantes definições de bilinguismo, qual é para a Senhora Professora a melhor forma de esclarecer e classificar este conceito?

Eu creio que não há uma definição exata de bilinguismo. Existem vários critérios que podem ser usados e que dependem muito do autor e da área de estudo. Um critério é a idade de aquisição, que é, aliás, o critério que eu assumo, pois creio que é o que faz mais sentido no tipo de investigação que conduzo. Portanto, se as línguas são adquiridas na infância, o falante desenvolve duas línguas maternas e, nesse caso, é um falante bilingue precoce. Contudo, este fator é independente da proficiência, pois existem falantes bilingues que crescem com as duas línguas e depois, já em fase adulta, só dominam uma língua, ou dominam uma muito melhor do que a outra. Há quem tenha como critério, sobretudo na Psicolinguística, apenas a proficiência. Poder-se-á aplicar um teste de competência linguística e classificar os falantes em bilingues mais ou menos proficientes nas várias línguas que domina. O importante, quando falamos de bilinguismo, é, em primeiro lugar, perceber qual foi o critério usado pelo autor para a definição do conceito. Nos meus estudos, como já disse, assumo o critério da idade da aquisição e a ligação com o contexto. Portanto, se se trata de uma pessoa que teve contacto com a língua na infância - e a infância é até aos 10/12 anos - em contexto de imersão, então essa pessoa vai tornar-se bilingue, mesmo que se trate de uma criança que emigra aos oito anos. A criança vai ter contacto com a língua do país de emigração através da escola e dos amigos e, quando tiver 12/13 anos, será já um falante bilingue. Dependendo da idade de início de aquisição, o percurso de aquisição pode variar de criança para criança, podendo, por exemplo, ser mais demorado num caso do que em outro. Mas é muito provável que o falante irá adquirir ambas as línguas como línguas nativas se o processo de aquisição se iniciar na infância em contexto de imersão e a criança tiver contacto frequente com ambas as línguas. Um falante que vai aprender uma língua por volta dos 14 anos, em contexto formal, e que anos mais tarde se muda para o país onde se fala essa língua e aí permanece durante muitos anos, é, segundo o critério da idade, considerado um falante L2, mesmo que alcance proficiência muito elevada na segunda língua. Contudo, isto é apenas um critério. De facto, há muitos autores que consideram que, ao viver num contexto de imersão, mesmo em fase adulta, o falante é bilingue. Explicitando o critério adotado, qualquer uma das definições apresentadas é legítima.

Considerando o grau de conhecimento e de domínio de L2 que alguns falantes atingem em contexto de emigração em idade adulta, assim como as dificuldades que, por vezes, evidenciam na seleção lexical ou na organização sintática em L1 após muitos anos de contexto de imersão em L2, podemos pensar que estes falantes também se tornam bilíngues, apesar de terem passado por uma aprendizagem - e não pela aquisição - de L2?

Sabemos que, mesmo aprendendo a língua tarde, um falante pode adquirir um conhecimento muito próximo do de um falante nativo, mas a forma como chega a esse conhecimento é diferente do percurso de aquisição na infância. Não estou a querer pôr em causa a existência de um período crítico, mas há, por vezes, uma interpretação muito rígida desse conceito. É evidente que há efeitos de idade no processo de aquisição linguística, mas isso não quer dizer que um falante tardio não consiga adquirir determinadas estruturas linguísticas. Sabemos, isso sim, que a mente apreende a língua de forma diferente com o avançar da idade, beneficiando mais de mecanismos de aprendizagem explícita do que implícita. Portanto, um falante que vive durante trinta anos em contexto de emigração pode atingir um nível de proficiência que é muito semelhante ao de um falante nativo. Só que a forma como chegou a esse nível e como o cérebro processou a linguagem foi diferente. A idade não impede o falante de adquirir outra língua. Agora, se esse falante será considerado bilíngue ou não, como já disse, dependerá da definição adotada para o conceito. Devemos distinguir idade de aquisição de proficiência porque sabemos que, de facto, há falantes adultos que têm a capacidade de atingir um nível de proficiência muito elevado. No entanto, esses falantes representam apenas cerca de 15% dos falantes que iniciam uma aprendizagem tardia de uma L2. O mais comum é que, mesmo depois de muitos anos, o falante apresente particularidades não-nativas a nível fonético, não apresente um conhecimento absolutamente consolidado em determinadas áreas, como o aspeto semântico, etc. Por exemplo, há falantes que vivem há várias décadas em Portugal e não conseguem usar consistentemente de forma adequada o Pretérito Perfeito e o Imperfeito. Isso mostra que, apesar de esses falantes terem um nível de proficiência elevadíssimo, continuam a apresentar diferenças relativamente a um

falante nativo da língua. Considerá-lo, ainda assim, um falante bilingue, dependerá da definição adotada.

Tendo em conta a heterogeneidade de critérios para a definição de Bilinguismo que referiu, gostaria de perguntar quais são os autores e investigadores que mais influenciam a sua linha de trabalho.

No início, quando comecei a interessar-me pelo tema do Bilinguismo, li naturalmente os autores obrigatórios. Entre eles, François Grosjean, que escreveu nos anos 80 um livro chamado *Life with Two Languages*, onde já se discutem todos estes aspetos da proficiência, dos contextos de utilização, do *code-switching*, etc. É “a bíblia do bilinguismo” dos anos 80. Ainda antes, nos anos 60, surge também um investigador chamado Uriel Weinreich, que é um dos primeiros académicos a discutir a questão do contacto entre línguas num livro chamado *Sprachen in Kontakt (Línguas em Contacto)*. Foi a leitura desses dois autores que me ajudou a entrar nesta área. Nos últimos anos, a área da investigação tem mudado muito e de forma muito acelerada e, por isso, há constantemente novas questões e novos termos, que fazem a área evoluir. Por exemplo, em 2004, quando eu comecei a minha investigação na área do bilinguismo, não se usava o termo *Línguas de Herança* na investigação na Europa, apesar de já existir no Canadá e nos Estados Unidos. No entanto, é claro que já havia na altura muitos estudos sobre crianças bilingues e aquisição bilingue. Essas crianças provinham de famílias imigrantes que viviam na Alemanha, em França, etc. Portanto, eram falantes que, no seio da família, utilizavam uma língua e noutros contextos utilizavam outra, a do país onde viviam. Segundo os critérios atuais, eram falantes de herança. Entretanto, o termo foi introduzido na Europa e agora há muita publicação sobre falantes de herança, mas se formos analisar os participantes e as conclusões, muitas dessas publicações são semelhantes às dos anos 80 e 90, só que com outra designação e novos métodos de recolha e de análise. É preciso ter um pouco de cuidado nesta área, e em todas, relativamente aos termos, sobretudo quando queremos adotar ou criar novos termos, pois, muitas vezes, um nome diferente pode servir para repetir conclusões. Ainda falando das línguas de herança, deve ser mencionada também a Silvina Montrul. No âmbito do estudo de problemas de erosão, há também uma investigadora que

constitui uma referência e que se chama Monika Schmid. Esta autora analisou um grupo de refugiados alemães que fugiram nos anos 30 da Alemanha nazi para os Estados Unidos. Nos anos 90, foram entrevistados. A autora pediu autorização para analisar as entrevistas, tentando responder à seguinte pergunta: será que, depois de 50, 60 anos a viver nos Estados Unidos, estes falantes, que fugiram na adolescência ou enquanto jovens adultos, sem saber falar inglês, perderam o alemão, que era a sua língua materna? O que Monika Schmid mostrou foi que, depois de tantos anos, e muitos sem falar a língua materna, mantinham conhecimento muito estável do alemão. A autora encontrou pouca erosão e mostrou que a língua, uma vez estabilizada, não é perdida, mesmo que o falante passe muitos anos sem contacto com essa língua. Tornou-se com este estudo uma grande referência na área da erosão e quem estuda estes fenómenos de perda linguística tem de estudar o seu trabalho.

Ao falar de erosão linguística em alemão por falantes luso-alemães, a Senhora Professora refere o léxico e a posição V2 do verbo como dois aspetos que refletem o fenómeno. Esses são, aliás, dois aspetos que recorrentemente dificultam a aprendizagem de alemão como L2 ou L3 por falantes nativos do português. Assim, parece que a relação/distinção entre estas duas línguas se orienta por tais aspetos. Será assim na relação do alemão com outras línguas? Ou a erosão linguística em alemão por falantes de uma língua de herança não-indoeuropeia poderá refletir dificuldades de outro tipo?

O que se passa ao nível do léxico é geral. Os estudos mostram que, quando o processo de erosão começa, o primeiro domínio a ser afetado é o léxico. Aliás, isso não é específico de falantes bilingues: também acontece em falantes monolingues! Se estivermos muito tempo sem falar sobre um determinado assunto, torna-se mais difícil aceder a determinadas palavras. Portanto, o léxico, de facto, é um domínio da nossa competência linguística que parece não ser estável. E porquê? Porque, uma parte substancial do léxico mental é adquirido, tendencialmente, de forma explícita, ao contrário de uma parte substancial dos sistemas sintático e fonético, que são adquiridos de forma implícita. Vamos construindo o léxico ao longo da vida. É uma aprendizagem diferente relativamente a outros domínios gramaticais. E isso, claro, é válido também em situações de erosão, quando um falante bilingue deixa de

falar a língua durante muito tempo. Na sintaxe, há diferentes áreas e diferentes fenómenos afetados de forma diferente. No caso do alemão, o fenómeno V2 (a colocação do verbo na segunda posição da frase) é realmente algo muito marcado. É difícil de adquirir por um falante L2 que tenha uma língua SVO e é uma das áreas onde se nota erosão quando ocorre na infância. De forma geral, confrontando falantes bilingues de alemão e uma língua SVO, podemos dizer que a erosão sintática ao nível da posição V2 do verbo terá a ver com a diferente ordem de palavras das línguas. Mas, de facto, não podemos ter certezas porque não há estudos, por exemplo, de falantes de alemão e de outras línguas V2. Em relação ao chinês, a minha hipótese manter-se-ia. Em princípio, V2 é afetado porque o chinês, ou até o árabe, também não têm V2. Seria necessário comparar várias combinações linguísticas e isso ainda não foi feito.

A necessidade de espaço para o desenvolvimento do bilinguismo é cada vez mais uma realidade. Em outros lugares, como em Hamburgo, por exemplo, onde há, tanto quanto sabemos, uma coesa comunidade de falantes de português, há também algumas escolas com um programa bilingue. Já em Portugal, o bilinguismo tem uma dimensão muito menor relativamente ao que se passa na Alemanha e a noção de uma educação bilingue não parece tão disseminada. Como é que a Senhora Professora vê a falta de atenção ao bilinguismo por parte das entidades públicas e por vezes das próprias famílias com falantes bilingues?

Na verdade, não é bem assim. Em Hamburgo, a comunidade portuguesa já não é assim tão coesa como era quando eu lá vivi, no tempo das primeiras gerações de emigração. Nessa altura, havia uma grande comunidade. Entretanto, algumas dessas famílias já vão na quarta geração e a situação mudou. E também não é verdade que haja muitas escolas bilingues. O que houve foram várias tentativas de iniciar o ensino bilingue, mas, por exemplo em Hamburgo, já não há nenhuma escola bilingue português-alemão. Há uma em Berlim e há alguns programas, sobretudo nas escolas europeias, que tentam introduzir um programa bilingue, mas não é generalizado. São projetos isolados, que se vai tentando implementar em algumas escolas, mas muitos deles voltam a fechar. Isso mostra que o fenómeno não é assim tão valorizado como nós pensamos que poderia ser numa sociedade multilingue e

multicultural, onde há muitas comunidades emigrantes, como é a sociedade alemã ou a francesa. Quem valoriza a educação bilingue são tipicamente famílias de classe média/média-alta que podem pagar escolas com ensino bilingue integrado como a Deutsche Schule ou o Lycée Français. Nestes casos há, de facto, uma valorização do bilinguismo, mas essa valorização ocorre associada a poder económico. Já em Portugal não temos uma sociedade tão multicultural e multilingue que justifique sistemas de ensino bilingue. Em Lisboa procurou-se implementar uma escola bilingue português-crioulo de Cabo Verde e esse programa existiu durante alguns anos, mas estes projetos têm de ser apoiados financeiramente. Tem de haver meios para pagar aos professores. Não havendo um verdadeiro apoio, a sua manutenção é difícil. Por outro lado, há ainda muitos professores, psicólogos, diretores de escola que aconselham as famílias a não usarem a língua da família! Isso é ainda muito comum na Alemanha, em França e nos outros países europeus, ou seja, ainda há, nesta altura, uma grande diferença entre o discurso da União Europeia, de valorizar o multilinguismo, e a realidade das sociedades multiculturais onde há muita emigração. Há escolas europeias, mas são poucas e não têm todas as línguas. Em relação ao português, há um liceu em Estugarda, uma escola europeia em Colónia, havia um projeto bilingue em Hamburgo que fechou e há uma escola europeia em Berlim. Portanto, na Alemanha toda, que é um país com 80 milhões de habitantes, há talvez cinco ou seis escolas que tentam ter um programa bilingue. À parte disso, há a rede Camões, de ensino de português no estrangeiro, que apoia e paga professores que dão aulas de português língua de herança aos filhos de emigrantes. São aulas num formato extracurricular, à tarde, geralmente de forma não integrada no sistema. Essa rede funciona muito bem e creio que, neste caso, devemos valorizar o esforço de Portugal em ter professores em vários países (em França, na Alemanha, no Reino Unido, no Luxemburgo, na Suíça, nos Estados Unidos, no Canadá, etc.). É algo único e muito pouco conhecido a nível internacional! Contudo, o que acontece hoje em dia é que o número de crianças inscritas nestes cursos está a descer. Em muitos casos, estamos já perante terceiras e quartas gerações de lusodescendentes que já não falam português em casa e os filhos são inscritos nestes cursos para aí adquirirem o português. Mas claro que não é com uma hora por semana de ensino que vão adquirir uma língua! Para além disso, muitos pais ainda não têm a certeza se é bom ou não apoiar o português. O bilinguismo é bom! O que a investigação mostra claramente é que

não há uma relação prejudicial entre a aquisição da língua da família e a aquisição da língua do país. A aquisição da língua do país ocorre de qualquer forma, logo as crianças não precisam que os pais falem essa língua em casa. Por outro lado, crianças que são apoiadas na língua de herança e que têm, por exemplo, escolarização na língua de herança, alcançam também efeitos positivos em termos de competências de literacia na outra língua. Uma criança que aprende a ler e a escrever em português, na Alemanha, terá também um melhor desempenho na aquisição do alemão, mostram os estudos. Porém, a mensagem ainda não chegou, nem aos pais nem a muitos professores nas escolas. Ainda assim, o que me parece realmente importante é que as próprias comunidades emigrantes continuem a organizar-se. Por exemplo, atualmente, a comunidade chinesa em Portugal tem, na Varziela em Vila do Conde, escolas chinesas a funcionar ao sábado e domingo à tarde. As crianças aprendem mandarim e são as próprias comunidades que pagam aos professores. E é um esforço importante, esse da comunidade, em reconhecer que é importante manter a língua de herança. Seria a situação ideal ter o ensino da língua de herança integrado no sistema público, mas ainda não estamos lá.

E já agora, como é que a Senhora Professora vê o atual ensino de línguas segundas no ensino básico e secundário em Portugal?

Aqui em Portugal, a experiência que tenho é através dos meus filhos. O que eu pude ver, por exemplo, foi que, no caso do francês, um deles não desenvolveu competência produtiva na língua porque teve aulas com uma professora que seguiu o método tradicional do ensino do francês, muito baseado na escrita e no ensino da gramática e com pouco treino da oralidade. No caso do inglês, já foi muito diferente, pois a professora falava muito inglês e faziam muitos exercícios de compreensão oral. Claro que isto tem também muito a ver com a formação dos professores. A classe dos professores está envelhecida e, portanto, aqueles que neste momento estão a ensinar línguas, francês, por exemplo, são professores que já o fazem há cerca de 30 ou 40 anos e que tiveram uma formação numa altura em que ainda se defendia um método de ensino de línguas tradicional, baseado na descrição explícita da gramática. Entretanto, a formação de professores e mesmo a investigação sobre o ensino de línguas

passou por várias fases. Uma primeira fase foi essa de ter nas aulas de língua um texto, procedendo-se à leitura desse texto, à aprendizagem do vocabulário contido nesse texto e ao treino de um determinado aspeto gramatical através de exercícios. No fim, tudo culminava num teste. Vimos que esse método não resultou: explicar a gramática de forma isolada não é muito eficaz. Assim, nos anos 80/90 passou a valorizar-se o método comunicativo. Passou a considerar-se que os falantes precisavam, ao aprender uma língua, de ouvir essa língua e de comunicar. Este método baseava-se na ideia de que, através da exposição informal, a aprendizagem implícita seria ativada e assim se adquiria a língua. Segundo este enfoque comunicativo, os professores deviam, primordialmente, tentar criar situações de comunicação na sala de aula. Porém, verificou-se que este método também não era suficientemente eficaz. Neste momento, estamos numa fase da investigação sobre o ensino de línguas em que se voltou a perguntar: qual o papel da gramática no ensino de L2? O foco na forma afinal é eficaz, ou não? Encontramos neste momento muitas teorias e abordagens que valorizam o 'foco na forma', mas não segundo o método tradicional. Estas são as chamadas teorias de *input enhancement* (reforço do *input*) ou *input processing* (processamento do *input*), que defendem que o professor deve criar situações de comunicação, fazendo 'notar' simultaneamente um determinado aspeto gramatical. Neste momento ainda estamos numa fase de transição, mas talvez no futuro já tenhamos professores que apliquem esta abordagem mais moderna - provavelmente mais eficaz - e que se sirvam também das novas tecnologias. Sabemos que, se estas forem bem aproveitadas, podem dar um grande apoio na aprendizagem de línguas.

Será que, se houvesse uma maior participação de linguistas e especialistas em aquisição de linguagem na construção dos programas e uma maior valorização por parte do governo do trabalho que eles desenvolvem, até mesmo na formação de professores, a situação do ensino em Portugal melhoraria?

Eu assisti, no ano passado, a uma comunicação muito interessante do Professor Doutor João Costa, linguista e atual Secretário de Estado para a Educação, em que ele tentava mostrar como o trabalho de um linguista pode, de facto, ajudar a melhorar o currículo das escolas. O linguista poderá ter um papel importante, não só no ensino de línguas, mas ao nível do desenvolvimento das competências de leitura e do próprio programa de língua materna. Há, de facto, um contributo que pode ser dado. No entanto, o linguista não é pedagogo, logo, tem

que trabalhar em conjunto com o especialista de didática. Muitas vezes há confusão entre o que é o papel do linguista e o que é o papel do especialista em didática. Creio que o ideal seria trabalharem em conjunto.

Soubemos recentemente, na sessão plenária proferida pela Senhora Professora no Encontro Nacional da APL 2019, que se tem focado num estudo longitudinal de um mesmo falante de PE. Como tem sido essa experiência e o que considera serem as grandes vantagens de estudos deste tipo?

Nessa comunicação referi um estudo de uma criança, que agora é adolescente, quase adulta, que cresceu na Alemanha, filha de pais portugueses, com o alemão como língua dominante. Quando tinha nove anos, veio para Portugal morar. Eu gravei essa criança em alemão durante ano e meio a partir do momento em que ela chegou a Portugal. Esse foi realmente um estudo muito importante, pois era apenas uma participante, mas que acompanhei durante 18 meses. Assim, consegui reunir informação muito valiosa sobre a forma como começa o processo de erosão, pois essa criança veio para Portugal com o alemão como língua dominante e deixou de ter contacto com o alemão assim que chegou a Portugal. A primeira entrevista foi gravada duas semanas depois da participante regressar a Portugal e foi inteiramente conduzida em alemão. Nessa entrevista não encontrei um único sinal de erosão. Na segunda entrevista, gravada cinco meses depois, a participante começou a revelar problemas de léxico. Não se lembrava de palavras (não muito comuns) e começou a produzir frases com sujeitos nulos em alemão, o que não é possível. A terceira entrevista foi feita após um ano de estadia em Portugal e foi surpreendente observar o nível de perda linguística. A participante não se lembrava de palavras básicas como 'tio' ou 'cão', a perda da posição V2 do verbo em alemão era evidente, bem como vários problemas ao nível morfológico do caso e do género. Além disso, a participante já não queria falar alemão. 18 meses depois já não consegui gravá-la em alemão. Nessa última entrevista, ela entendia o que eu dizia e apontava para imagens, mas não conseguiu produzir frases em alemão. Este estudo confirmou a minha teoria de que o processo de aquisição decorre até aos 11/12 anos e de que esse processo é acompanhado por um processo de estabilização. Se há, durante esse período de estabilização,

uma perda de contacto com uma das línguas, o conhecimento perde-se ou pelo menos torna-se muito inibido e instável. O processo de erosão começa rapidamente na infância se a criança bilingue perder o contacto com uma das línguas. Tudo isto só consegui mostrar verdadeiramente a partir deste estudo longitudinal. Portanto, estes estudos são importantes, apesar de muitas vezes não serem valorizados por não apresentarem grupos grandes de participantes, como normalmente se espera. Fui recentemente a uma conferência sobre bilinguismo e andava à procura de uma sala com outra pessoa, que a certa altura olhou para o meu nome e disse: “Tu és a Cristina Flores do tal estudo de caso sobre erosão!”. Aí eu percebi que esse estudo, com uma participante, é mais lido do que estudos que tenho com 30 e 40 participantes. Às vezes, não é o número de participantes que importa, mas sim ser capaz de captar uma situação tão específica como é esta da perda da linguagem.

Comparando com o estudo de Monika Schimd que a Senhora Professora referiu sobre os alemães de origem judaica que fugiram da Alemanha nazi para os Estados Unidos da América nos anos 30 e que não perderam competência linguística em alemão apesar de um afastamento de cerca de 50/60 anos do país e eventualmente da língua, esse seu estudo, da participante parece confirmar que o fator idade é fundamental.

É exatamente a idade que explica os dois estudos! Os participantes que Monika Schimd estuda nesse seu trabalho de 2002 tinham emigrado todos a partir dos 14 anos. O que eu mostro na minha tese de doutoramento e noutros trabalhos é que de vários falantes que voltaram para Portugal, vindos da Alemanha, com diferentes idades, todos aqueles que tinham voltado antes dos 12 anos apresentavam problemas ao nível do seu conhecimento sintático e morfossintático, mesmo vivendo em Portugal há pouco tempo (2 a 5 anos). Aqueles que tinham voltado com 13 anos ou mais - e recordo-me bem de uma senhora que tinha vindo para Portugal aos 13 anos e que vivia há 25 anos sem falar alemão - não apresentavam erosão sintática. Isto foi naturalmente ao encontro do que mostrou Monika Schimd: até por volta dos 12 anos, caso haja uma perda de contacto com a língua, a aquisição será destabilizada e a competência, embora não desapareça totalmente, torna-se instável; a partir dos 13 anos, a competência sofre menos alterações, pois a aquisição gramatical parece já estar estabilizada.

O estudo de Monika Schimd mostrou que, mesmo depois de 60 anos sem falar alemão, os participantes apresentavam erros de V2 à volta de 5%. A falante acima referida, que voltou para Portugal aos 13 anos, apresentava uma percentagem muito semelhante relativamente a esse mesmo fenómeno. A idade parece ser, portanto, o fator fundamental para a erosão linguística. A idade e, claro, a perda total da língua, pois, caso os falantes que voltaram para Portugal continuassem a falar alemão, a sua situação linguística seria completamente diferente. Estas conclusões têm, mais uma vez, implicações importantes na escola e na sociedade. Tenho tentado passar esta mensagem através de sessões de esclarecimento para pais portugueses na Alemanha. Tento mostrar, através destes estudos sobre erosão, como não basta falar em português com a criança até aos 6 anos, pois, se deixarem de falar a língua nessa altura, a criança perderá a competência nessa língua. Como linguistas, penso que é o que temos de fazer: tentar chegar às pessoas e mostrar, de forma simples, o que revela a investigação, incentivando-as a usarem as suas línguas de origem na comunicação com os seus filhos.

Tendo em conta a vasta produção da Senhora Professora na área do Bilinguismo, quais considera serem os maiores desafios dessa área? E, também, quais os maiores desafios de trabalhar empiricamente com falantes bilingues?

Trabalhar com participantes é sempre um desafio porque é muito difícil conseguir reunir participantes. O mais recente problema a que me tenho dedicado é tentar relacionar os fenómenos de erosão com os fatores de *input*. Para isso, estamos a usar longos questionários, a serem preenchidos pelos participantes ou por um familiar dos participantes. Contudo, conseguir convencer uma família a investir tempo para responder a um questionário de 18 páginas com perguntas sobre a vida familiar não é tarefa fácil. Portanto, um desafio é sem dúvida conseguir convencer as pessoas a participar. Outro desafio é conseguir trabalhar com pessoas de outras áreas. Já há muita investigação sobre vários aspetos do bilinguismo, mas agora é preciso chegar, por exemplo, às escolas, às famílias, aos professores e só se chega lá trabalhando com pessoas da didática. Já percebemos também que uma criança de 9 anos, depois de um ano sem contacto com a língua, não vai conseguir produzir determinadas

estruturas, mas agora seria muito importante perceber o que acontece no cérebro durante esse período. Seria necessário trabalhar com um neurologista. Portanto, o desafio agora é o trabalho interdisciplinar com recurso à didática, à medicina e mesmo à sociologia, por exemplo, para mostrar os efeitos da valorização da língua de herança numa comunidade multilingue. Depois de muita investigação, é comum chegarmos a um ponto em que parece que nos estamos a repetir, parece que já vimos tudo e que tudo já foi dito, mas não é assim. Há muito ainda por fazer, temos é que trabalhar com as pessoas certas!

ORAÇÕES RELATIVAS PREPOSICIONADAS COM *DE, EM, POR, A*

Edna Boliqueime¹

ednaboliqueime@gmail.com

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. O presente trabalho tem como objetivo o estudo das orações relativas introduzidas pelas preposições *de, em, por* e *a*. Embora o tema das orações relativas seja já alvo de muitos estudos, o que propomos é uma análise e descrição destas mesmas construções com base em dados reais, recolhidos num *corpus* escrito. Assim, tentaremos evidenciar as diferentes características sintáticas e semânticas das orações relativas preposicionadas, centrando-nos sobretudo no processo de movimento neste tipo de construção, nos tipos semânticos do antecedente e nas funções sintáticas do constituinte relativo.

PALAVRAS-CHAVE. Orações Relativas, Relações Anafóricas, Antecedente, Preposições, Pronome Relativo.

ABSTRACT. The purpose of this paper is to analyse the relative clauses introduced by the prepositions *de, em, por* and *a*. Even though this subject is already widely discussed, what we intend is to analyse and describe these structures based on real data, which has been collected in a written *corpus*. Thus, we will try to highlight the different syntactic and semantic characteristics of prepositioned relative clauses, focusing on the process of movement in this type of construction, on the semantic types of the antecedent and on the syntactic functions of the relative pronoun.

KEY-WORDS. Relative Clauses, Anaphoric Relations, Antecedent, Prepositions, Relative Pronoun.

1. Introdução

O trabalho que se segue insere-se nas áreas da Sintaxe e da Semântica e tem como objetivo a descrição das relações anafóricas nas orações relativas. No entanto, o seu âmbito circunscreve-se às orações relativas preposicionadas, encabeçadas pelas preposições *de, em, por* e *a*. Para cumprir este mesmo objetivo, tomou-se como ponto de partida a constituição de um *corpus* que permitisse a análise das mesmas, através da recolha de exemplos relativos a cada preposição.

¹ Estudante do 3.º ano do curso de Licenciatura em Estudos Portugueses e Lusófonos.

Embora este tema seja amplamente discutido na literatura, este trabalho revela-se pertinente na medida em que tem como base a utilização de dados reais para estudar as propriedades de natureza sintática e semântica das orações relativas iniciadas por preposições. Será, então, o confronto dos dados recolhidos com o que é dito na literatura que nos permitirá chegar a determinadas conclusões. O que se pretende é uma melhor descrição, compreensão e análise das estruturas em causa, funcionando os diferentes parâmetros de análise incluídos no *corpus* como o ponto de partida para a caracterização sintática e semântica das orações relativas preposicionadas. Deste modo, algumas das questões abordadas consistem, por exemplo, nas funções sintáticas dos constituintes relativos e nas características do antecedente, tais como o seu tipo semântico, a sua classe e subclasse e a adjacência relativamente ao constituinte relativo.

Assim, temos como objetivo chegar a uma descrição clara e rigorosa da estratégia de movimento que caracteriza as orações relativas. Note-se que os restantes possíveis processos de relativização não se incluem no âmbito deste trabalho; a pesquisa foi realizada com vista à obtenção de estruturas relativas preposicionadas e é o comportamento das mesmas que nos propomos analisar ao longo do trabalho.

Neste sentido, começaremos com um breve enquadramento teórico relativo ao tema em questão; de seguida, passaremos à descrição do *corpus* e dos resultados obtidos; finalmente, prosseguiremos à análise dos resultados, confrontando-os com os dados da literatura, de maneira a chegar, por último, a algumas conclusões.

2. Enquadramento teórico

As orações relativas integram, a par das orações completivas e das adverbiais, o grande grupo das orações subordinadas, possuindo propriedades que as distinguem dos outros tipos. Atribuindo uma propriedade adicional ao conjunto denotado pelo nome ou grupo nominal modificado ou restringindo esse mesmo conjunto, desempenham funções de predicação, determinação ou qualificação e especificação, ou seja, funções comparáveis às dos adjetivos (o que justifica a sua classificação de orações adjetivas). Estas orações podem ter o antecedente explícito ou implícito. Dentro do primeiro caso, podemos ainda distinguir as relativas restritivas das explicativas ou apositivas; ao segundo, ou seja, às orações relativas

com antecedente implícito, damos o nome de relativas livres (estas são sempre relativas restritivas, porque a oração constitui o único material que constrói a referência do sintagma nominal (SN) em que estão integradas). Podemos ainda fazer a distinção entre as orações relativas de nome e as de frase (estas últimas são sempre apositivas, devido ao facto de, segundo Veloso (2013: 2069), “as frases não referirem entidades do universo discursivo, logo, não poderem ser modificadas por orações cuja função, em última instância, consiste precisamente em restringir o espaço denotativo a partir do qual se identifica um referente”).

As orações relativas fazem parte do SN que tem como núcleo o nome modificado. Este SN, a que chamamos construção relativa, inclui, então, a oração relativa e o seu antecedente; no entanto, a natureza do antecedente é diferente nos dois tipos de orações relativas: no caso das restritivas, o antecedente é “apenas a parte do grupo nominal que precede a oração, excluindo o especificador”, enquanto no caso das “orações relativas apositivas, o antecedente é um sintagma nominal autónomo e completo, plenamente referencial, que precede a oração, ou seja, inclui o especificador” (Veloso 2013: 2068).

Ambos os tipos de orações relativas são introduzidos por um constituinte relativo; este contém um elemento pronominal de determinado tipo, seja ele um pronome, um determinante, um advérbio ou um quantificador, cujas funções são assegurar a relação de subordinação e retomar dentro da oração o grupo nominal modificado (ou antecedente).

As relativas restritivas identificam ou determinam referencialmente o antecedente, ou seja, contribuem para a construção do valor referencial da expressão nominal que modificam. Significa isto que o antecedente será um SN determinado ou quantificado cujo núcleo é um nome comum²; conseqüentemente, uma oração restritiva “não pode modificar constantes, i.e., argumentos com unicidade referencial: nomes próprios, pronomes pessoais” (Brito 2003: 668).

Além disso, os antecedentes podem assumir outras formas, como um nome sem determinante explícito (com valor universal ou genérico), uma expressão quantificada, como *tudo*, *nada*, ou demonstrativa, como *aquilo*, *isso*, entre outras formas menos comuns.

² Apesar de alguns autores considerarem como antecedente apenas o núcleo do SN, ou seja, apenas o nome, vamos seguir neste trabalho a proposta de Brito (1991), na qual ao antecedente corresponde todo o SN (o nome e o seu especificador).

No modo Indicativo, uma oração relativa deste tipo assume um carácter assertivo: *O livro que li nas férias ganhou um prémio*; pelo contrário, no Conjuntivo adquire um valor modal, hipotético: *Um leão que tenha fome é perigoso* (Brito 2003: 669-670).

Relativamente à sintaxe das orações relativas restritivas, a estrutura do SN é ainda origem de polémica. A posição pós-nominal não levanta problemas, mas o lugar preciso que ocupa na estrutura interna do SN está longe de constituir consenso, uma vez que há argumentos que favorecem diferentes estruturas (Brito 2003): uma hipótese proposta é a de considerar que o constituinte N' é recursivo, permitindo incluir sob o mesmo não só complementos subcategorizados do N como relativas restritivas; outra estrutura proposta é aquela em que a relativa ocupa uma posição de adjunto ao SN.

As orações relativas apositivas representam um comentário realizado pelo sujeito acerca do antecedente e, como tal, não contribuem para a construção da identificação do referente. Apresentam um carácter parentético (marcado por pausas na oralidade e por vírgulas ou traços na escrita) e assertivo (e por isso não ocorrem com o Conjuntivo) e uma estrutura sintática de adjunção. O antecedente é, por si só, semanticamente definido, podendo ser constituído por um nome próprio, um pronome pessoal ou um SN com demonstrativos ou possessivos.

Tanto em orações restritivas como apositivas, o constituinte relativo pode ser simples (quando é constituído apenas pelo pronome relativo) ou complexo (contendo mais material, como uma preposição).

Nos casos em que o pronome relativo desempenha a função sintática de sujeito ou objeto direto da oração relativa, pronome e constituinte relativo não se distinguem; contudo, para outras funções, o pronome relativo está normalmente integrado num constituinte que inclui outros elementos. Frequentemente, está incluído num sintagma preposicional (SP) com a função de objeto indireto (OI), oblíquo argumental (Obl Arg) ou oblíquo não argumental (Obl N Arg). Neste caso, a preposição tem obrigatoriamente de preceder imediatamente o pronome relativo, como no seguinte exemplo: *A proposta por que lutámos* (Velooso 2013: 2071). Assim, o constituinte relativo não pode ocorrer na posição que a expressão ocuparia na frase independente, mas sim no início da oração. Tipicamente, o antecedente surge em

posição de adjacência relativamente à oração relativa; contudo, é possível quebrar esta adjacência, sobretudo em registos menos formais.

Segundo Brito (2003), o pronome *que*³, quando precedido de preposição, é um morfema relativo nominal, sem traços de concordância, morfológicamente uniforme quanto ao caso e que se emprega preferencialmente com um antecedente [-humano].

Para além da estratégia canónica (designada de movimento e que corresponde a relativas iniciadas por constituintes relativos diversos, correspondentes a um vazio no interior da relativa), existem ainda dois outros processos de relativização: a estratégia cortadora e a resuntiva, considerados marginais e avaliados negativamente pela norma da língua. A primeira consiste na ausência da preposição que deveria ocorrer na posição inicial da oração; a segunda na colocação de pronomes pessoais no lugar vazio que compete ao pronome relativo (Choupina 2004).

As orações relativas revelam-se, assim, uma área crítica. Segundo Peres & Mória (2003), muitos são os fatores que contribuem para a instabilidade desta área, nomeadamente aquilo que numa perspetiva normativa se considera desvios ou erros linguísticos (correspondam eles a erros avulsos e efêmeros ou a processos de mudança na língua), tais como a adição ou supressão de preposição ao constituinte relativo, a inadequação entre o pronome relativo e a sua posição de origem ou o seu antecedente, o duplo preenchimento, a falsa relativização, os problemas com *cujo* ou a confusão *por que/porque*.

Numa perspetiva descritiva, este tipo de orações suscita interesse pela sua complexidade e pelo facto de corresponder frequentemente a mudanças em curso na língua, que interessa descrever.

3. Descrição do *corpus*

O presente trabalho tem como objeto de estudo um *corpus* escrito recolhido a partir do jornal *Público*, com recurso à plataforma online CETEMPúblico (incluída no centro de recursos Linguateca)⁴, durante o mês de maio de 2019. A pesquisa foi realizada com vista à

³ O pronome *que* é o único que será considerado ao longo deste trabalho, o que justifica a ausência de menção aos outros pronomes relativos neste enquadramento teórico.

⁴ O *corpus* em que consiste esta plataforma inclui textos de diversas edições do jornal *Público* entre os anos de 1991 e 1998.

obtenção de resultados com orações relativas introduzidas pelas preposições escolhidas para a análise das orações relativas em causa: *de*, *em*, *por* e *a*.

Assim, a procura dos dados consistiu, no caso da preposição *de*, na seguinte fórmula: [pos="N.*"] []{0,3} [lema="de"] []{0} [lema="que" & pos="SPEC_rel.*"] []{0,3}[pos="V.*"]. Significa isto que o resultado que se pretendia obter era um nome, seguido da preposição em questão no intervalo máximo de três palavras, imediatamente seguida de *que*, sendo este um pronome relativo, e seguido de um verbo, também com um intervalo máximo de três palavras. De igual modo se efetuou a pesquisa para as preposições *em* e *a*. Perante a enorme quantidade de resultados obtidos, foram retiradas cerca de quarenta e cinco entradas com cada preposição. Contudo, foi ainda necessária uma seleção manual dos exemplos, uma vez que alguns dos dados obtidos, apesar da pesquisa realizada, não correspondiam a orações relativas. O caso mais evidente foi o da preposição *de*, visto que uma grande parte das orações eram não as pretendidas orações relativas, mas orações subordinadas substantivas completivas de nome. Assim, no fim de toda a seleção, foram incluídas no *corpus* cerca de trinta entradas para cada uma das preposições referidas.

Relativamente à preposição *por*, a pesquisa foi realizada de modo diferente. Perante a ausência de resultados obtidos ao fazer a procura de modo igual às outras preposições (que reflete um possível erro na anotação dos dados da plataforma), a fórmula utilizada foi a seguinte: [lema="por"] []{0} [lema="que"]. Deste modo, pretendia-se obter exemplos de frases que incluíssem o lexema *por* e o lexema *que*, sem qualquer intervalo de palavras entre os dois e sem quaisquer outras restrições morfosintáticas. Esta pesquisa implicou uma seleção manual muito maior, uma vez que o número de casos encontrados que não estavam relacionados com o âmbito do trabalho foi considerável. Para além de surgir como constituinte relativo, a expressão *por que* foi encontrada frequentemente em frases interrogativas (nas quais o *que* surge não como pronome relativo, mas como determinante ou pronome interrogativo) ou erradamente em situações em que o uso de *porque* seria requerido⁵.

⁵ Note-se que o lexema *porque* surge frequentemente separado em casos em que o seu valor é causal ou explicativo (aconteça isto numa frase declarativa ou interrogativa). No entanto, e partindo apenas dos exemplos encontrados aquando da pesquisa para o presente trabalho, o erro parece revelar apenas uma falta de conhecimento dos falantes relativamente à convenção ortográfica.

Terminada a seleção dos exemplos, incluiu-se no *corpus* sensivelmente o mesmo número de entradas relativas a esta preposição que se tinha incluído para as preposições anteriores.

Assim, o *corpus* é constituído por cento e vinte e cinco entradas: vinte e seis correspondem à preposição *de*, trinta e três a *em*, trinta e dois a *por* e trinta e quatro a *a*.

Seguidamente, procedeu-se à definição e inserção dos diversos parâmetros de análise, com o objetivo de observar algumas regularidades e de posteriormente conseguir descrever e analisar de modo rigoroso as orações relativas em estudo, ao nível sintático e ao nível semântico. O *corpus* foi analisado, então, de acordo com os seguintes parâmetros: preposição; função sintática do constituinte relativo; estrutura do antecedente; classe e subclasse do antecedente; adjacência do antecedente; traço semântico [+/-animado] do antecedente; traço semântico [+/-humano] do antecedente; classificação da oração.

4. Descrição dos resultados

Perante o *corpus* recolhido e de acordo com os parâmetros de análise, procederemos agora ao levantamento dos dados, ou seja, à descrição quantitativa e qualitativa dos mesmos.

Como dissemos já, o *corpus* é constituído por 125 entradas. Destas, 26 dizem respeito à preposição *de*, 33 a *em*, 32 a *por* e 34 a *a*.

Relativamente à preposição *de*, o constituinte relativo desempenha maioritariamente a função sintática de oblíquo argumental (13 ocorrências) ou de complemento do nome (12); contudo, foi ainda registado um caso de complemento do adjetivo. O antecedente regista apenas uma ocorrência com o traço semântico [+humano] e [+animado] e é adjacente ao pronome relativo em todas as entradas do *corpus*. O núcleo do SN que o constitui apenas apresenta dois registos com nome próprio e dois com pronomes (um demonstrativo e um indefinido), uma vez que todos os outros incluem um nome comum. As orações relativas restritivas registam 18 ocorrências e as apositivas apenas 8.

No caso da preposição *em*, verificou-se a ocorrência das seguintes funções sintáticas: oblíquo não argumental (22), oblíquo argumental (9), predicativo do sujeito (1) e complemento do nome (1). Não se registou nenhum caso de antecedente [+humano] ou [+animado] nem nenhum em que não estivesse em adjacência relativamente ao pronome

relativo; o núcleo do mesmo é um nome comum em todas as entradas. Apenas 5 dos exemplos correspondem a orações relativas apositivas, e 28 a restritivas.

O constituinte relativo que inclui a preposição *por* desempenha as funções sintáticas de oblíquo argumental (17), oblíquo não argumental (14) ou complemento do nome (1). O núcleo do SN que constitui o antecedente corresponde, em todos os casos encontrados, a um nome comum e a uma entidade [-humana] e [-animada] e, tal como no caso anterior, o antecedente e o pronome relativo encontram-se sempre adjacentes. Todas as orações incluídas no *corpus* introduzidas por esta preposição são restritivas.

No que diz respeito à preposição *a*, as funções sintáticas desempenhadas pelo constituinte relativo são objeto indireto (15), oblíquo argumental (14), complemento do adjetivo (3), complemento do nome (1) e oblíquo não argumental (1). O antecedente ostenta, em todos os casos, o traço semântico [-humano] e [-animado] e está em adjacência com o pronome relativo em todos os casos. O SN em que se insere tem maioritariamente como núcleo um nome comum, mas verificaram-se dois registos em que o antecedente é constituído por um pronome demonstrativo. Apenas 3 das 34 entradas relativas a esta preposição constituem orações apositivas.

Assim, e numa contagem global, as funções sintáticas mais frequentes são oblíquo argumental (53), oblíquo não argumental (37) e complemento do nome (14). A quantidade de antecedentes [+humanos] e [+animados] é muito reduzida e o antecedente e o pronome relativo estão em adjacência em todos os casos. Das 125 entradas do *corpus*, apenas 16 dizem respeito a orações relativas apositivas.

5. Análise dos resultados

Como ficou já dito, as orações em análise são adjetivas relativas, tanto restritivas como apositivas, com antecedente explícito e não frásicas. Começamos por confirmar o comportamento semelhante ao dos adjetivos deste tipo de orações, recorrendo, para tal, ao exemplo a seguir transcrito:

- (1) par=ext1483576-clt-93b-2: Acontece sempre *algo* de que não estávamos à espera e que depois se torna parte do processo de trabalho, acabando muitas das vezes por se tornar o elemento mais importante deste⁶.

De facto, esta oração qualifica o conjunto denotado pelo SN modificado, restringindo-o: no conjunto de situações vagamente definidas pelo pronome indefinido *algo*, as referidas são aquelas que têm a propriedade de serem inesperadas. Além disso, a oração poderia facilmente ser substituída por este mesmo adjetivo.

Relativamente às orações apositivas, o comportamento é semelhante: ainda que não contribuam para a construção da referência do antecedente, apresentam também uma propriedade do mesmo, através de uma estrutura parentética que constitui apenas um comentário ou uma informação adicional. É isto que se passa no exemplo apresentado de seguida, no qual a oração relativa especifica que, relativamente ao *laser* referido, existem *três exemplares*:

- (2) par=ext985978-clt-soc-93a-2: António Travassos tinha como objectivo atenuar as divisões que *um outro laser* (de excímeros, este), de que existem três exemplares em outras tantas instituições de Coimbra e utilizado para curar míopes, havia gerado entre os oftalmologistas portugueses.

Como vimos, a oração relativa está incluída no SN que modifica. Tomando como exemplo a frase (2), a construção relativa consiste na oração relativa (*de que existem três exemplares em outras tantas instituições de Coimbra*) e no seu antecedente, que por sua vez inclui o especificador formado pelos determinantes *um* e *outro* e o núcleo *laser*.

O antecedente pode assumir diversas formas, que variam, antes de mais nada, de acordo com o tipo de oração relativa. Neste sentido, e sabendo que uma oração restritiva determina referencialmente o antecedente, o núcleo do SN que o constitui será um nome comum. É isto que acontece, de facto, na maioria dos casos, como o exemplo seguinte mostra:

- (3) par=ext930845-pol-92b-1: Antes de Aleixo, já José Bacalhau, presidente do município de Vila Viçosa, se demitira do *partido* por que fora eleito.

⁶ Nos exemplos apresentados ao longo do trabalho, a oração relativa surgirá sublinhada, o constituinte relativo a negrito e o antecedente em itálico.

Nesta frase, o antecedente é o SN *o partido*, que é constituído por um determinante artigo e por um nome comum como núcleo. No entanto, os antecedentes podem assumir outras formas:

- (4) par=ext997349-eco-94b-1: «Ao não considerarmos as participações indirectas no envolvimento do capital estrangeiro no processo de privatizações estávamos, obviamente, a correr o risco de este facto poder vir a ser utilizado para cobrir *situações a que se chama`homens de palha' ou `testas-de-ferro'*. »
- (5) par=ext921624-des-92a-1: Brito e os seus colaboradores estão «indisponíveis para *aquilo a que chamam pré-campanha*» .

No primeiro exemplo, o antecedente corresponde a um nome comum sem determinante explícito, uma expressão nominal indefinida que assume um carácter genérico (*situações*); no segundo, é constituído por uma expressão demonstrativa (*aquilo*). As orações relativas restritivas não podem, como já foi dito, modificar nomes próprios ou pronomes pessoais; efetivamente, não encontramos nenhum exemplo deste tipo no *corpus* em análise, à exceção da seguinte frase:

- (6) par=ext38374-clt-93b-1: P. -- Recuando um pouco até aos anos 80 e à *Nova Iorque de que você tanto gostava*.

O que acontece neste caso é que o nome *Nova Iorque* passa a funcionar não como a única entidade completamente determinada que constitui a cidade norte-americana, mas apenas para uma parte da sua localização temporal, ou seja, um momento da sua história, neste caso os anos 80.

No caso das orações apositivas, que não contribuem para a identificação do referente, o antecedente corresponde a uma expressão suficientemente determinada para ter valor referencial, podendo, como tal, ser constituído por um nome próprio, por um pronome pessoal ou por um SN com demonstrativos ou possessivos. As frases a seguir transcritas correspondem, respetivamente, a uma oração relativa cujo antecedente é um nome próprio e a outra cujo antecedente é constituído por um determinante artigo definido, um determinante possessivo e um nome comum:

- (7) par=ext1437205-clt-91b-1: O processo tinha já sido utilizado por Rivette em «*Out One*» (adaptado, como «*La Belle Noiseuse*», de Balzac), **de que** há versão longa, «*Noli Me Tangere*» de 12h, e a curta, «*Spectre*» de 3h.
- (8) par=ext1139043-soc-96b-1: «é a primeira vez e quero aprender a escrever e a ler», disse ao PÚBLICO *na sua carteira*, **de que se apropriou logo que a professora abriu as portas da sala de aula**.

As orações relativas que fazem parte do *corpus* em análise são todas introduzidas por um constituinte relativo complexo, ou seja, este é formado por uma preposição e pelo pronome relativo *que*. Significa isto que o pronome relativo está integrado num SP que desempenha as funções sintáticas de OI, Obl Arg, Obl N Arg, Complemento do Nome (Comp Nome) ou Complemento do Adjetivo (Comp Adj). Naturalmente, as funções sintáticas de sujeito e de objeto direto não foram encontradas em nenhum dos casos analisados, uma vez que as mesmas correspondem a expressões não preposicionadas, não podendo, como tal, constituir um SP.

Atentemos agora na frase seguinte, escolhida a título de exemplo:

- (9) par=ext241840-pol-93b-1: Durão Barroso vai certamente tentar rentabilizar politicamente a *reestruturação interna* **por que** passa o seu ministério, mas subsistem os problemas acumulados no estrangeiro, que a oposição não deixará de lembrar.

A preposição (neste caso, *por*) precede imediatamente o pronome relativo (*que*), formando com este o constituinte relativo. Iniciando a oração relativa, este nunca poderia ocorrer na sua posição de origem, ou seja, na posição vazia que constitui o vestígio do SP que foi sujeito ao movimento relativo. Se reconstituirmos a frase independente que constitui a oração subordinada, temos algo como *O seu ministério passa pela reestruturação interna*. O SP desempenha, neste caso, a função sintática de Obl Arg, surgindo, por isso mesmo, em posição pós-verbal. O constituinte relativo sofre, então, um movimento da sua posição de base para passar a encabeçar a oração relativa e surgir junto do seu antecedente, sendo a posição de base preenchida “por um elemento nulo, habitualmente designado por **vestígio** e representado pelo símbolo «[V]», que marca a posição do constituinte relativo na estrutura subjacente da frase” (Peres & Móia 2003: 279).

Na frase acima transcrita, o constituinte *por que* corresponde a um argumento interno do predicado verbal. No entanto, muitas das entradas do *corpus* relativas a esta mesma preposição correspondem a um caso diferente, que ilustramos através do exemplo (10):

- (10) par=ext229782-pol-95a-1: A ausência do palmípede nas ementas ficou a dever-se ao horror de Mário Soares pela ave, *razão **por que** ontem mesmo destoou da comitiva e comeu bife.*

O que acontece em casos como este é que o constituinte *por que* (substituível por *o qual*) é sempre precedido por um nome como *razão* ou *motivo*, que apresenta um valor causal.

Ainda neste mesmo exemplo, confirmamos que a posição típica do antecedente relativamente ao constituinte relativo (e, consequentemente, à oração relativa) é de adjacência; de facto, todas as entradas registadas no *corpus* apresentam o antecedente adjacente à oração relativa.

Vimos já casos em que o constituinte relativo desempenha a função sintática de oblíquo argumental e não argumental. Olhemos agora para exemplos relativos a outras funções sintáticas:

- (11) par=ext1369632-nd-91b-1: O Tribunal do Trabalho considerou, no passado dia 17 de Junho, que os funcionários em causa foram tratados «de forma grosseira e vexatória» pela empresa de tabacos, pelo que a gerência deveria proceder à sua «recolocação nas funções que lhes estavam cometidas antes da *transferência **de que** foram objecto*, passando a exercê-las efectivamente no local onde as vinham exercendo, ou na nova sede ou ainda em local que obtenha a concordância de ambas as partes».
- (12) par=ext812290-pol-92a-1: P. -- E, à face da lei da UNITA, que penas implicavam *os crimes **de que** eles foram considerados culpados?*
- (13) par=ext921624-des-92a-1: Brito e os seus colaboradores estão «indisponíveis para *aquilo **a que** chamam pré-campanha*».

A frase (11) exemplifica um constituinte relativo com função sintática de complemento do nome, ou seja, consiste numa expressão preposicionada de natureza argumental que lhe completa o sentido (*de que* é complemento do nome *objecto*); na frase (12), o constituinte relativo desempenha a função sintática de complemento do adjetivo (uma vez que corresponde a uma expressão argumental introduzida por uma preposição e que surgiria

em posição pós-adjetival, completando o sentido desse mesmo adjetivo, *culpados*); no caso de (13), o constituinte *a que* desempenha a função de objeto indireto: é constituído por um SP introduzido pela preposição *a*, que pode ser substituído por um clítico de caso dativo (*chamam-lhe pré-campanha*).

De acordo com Brito (2003), o pronome *que* precedido de preposição emprega-se preferencialmente com um antecedente [-humano]. De facto, os dados parecem confirmar esta afirmação, uma vez que apenas foi registado um caso de relativa restritiva em que o antecedente exibe o traço semântico [+humano]:

- (14) par=ext999276-nd-95b-2: Assim é de uma forma simples como tudo deveria funcionar; infelizmente, os voos só vão saindo por milagre, derivado do empenho e do brio dos *excelentes profissionais de que a companhia dispõe* e que os gestores têm tentado destruir, felizmente sem o conseguir.

Esta situação afigura-se-nos perfeitamente explicável, sobretudo tendo em conta o que Veloso (2013: 2083) afirma relativamente a este tema: “em constituintes relativos preposicionados, alguns falantes preferem pronomes relativos semanticamente mais ricos, dependendo do antecedente (...). Esta preferência é mais acentuada relativamente a *quem* preposicionado, quando o antecedente é [+humano], sobretudo na função de complemento indireto”. Significa isto, que, quando estamos na presença de uma expressão introduzida pela preposição *a* e que constitui um objeto indireto, o pronome escolhido será maioritariamente *quem* (uma vez que o traço [+humano] é inerente ao mesmo); assim, o constituinte *a que* estará mais frequentemente associado a entidades [-humanas] e [-animadas] ou realizará as funções sintáticas de oblíquo argumental ou não argumental. Relativamente ao caso de *em*, o que acontece é que o pronome *que* se pode combinar com qualquer tipo de antecedente (tenha ele valor positivo ou negativo relativamente a determinado traço semântico), tornando-se semanticamente subespecificado na presença desta preposição, ostentando o traço semântico [+lugar] (15) ou [+tempo] (16), inerente à preposição (Veloso 2013: 2082):

- (15) par=ext1552038-clt-soc-95a-2: No entanto, à medida que se vai descobrindo novas espécies e aprendendo a identificá-las corretamente, o volume de informação colhido aumenta de tal forma que deixa de ser possível recordar *as datas e locais em que as diferentes aves foram observadas*.

- (16) par=ext1039676-eco-96a-2: Os dois têm um diferendo antigo, do tempo em que o ex-governante foi presidente da Sonae no período da intervenção do Estado, e o modo como correu o processo do Maiashopping reflectiu isso mesmo.

De igual modo, as preposições *de* e *por* parecem não introduzir constituintes relativos com antecedentes [+humanos] ou [+animados] e, como tal, no *corpus* recolhido não foram encontrados nenhuns exemplos deste tipo.

6. Conclusões

Partindo da análise efetuada dos resultados recolhidos no *corpus*, tentaremos agora fazer uma sistematização das conclusões a que chegámos. O objetivo inicial consistiu na descrição e análise do comportamento sintático e semântico das orações relativas preposicionadas. Para o atingir, partimos da recolha de alguns exemplos que integram o *corpus* e da aplicação aos mesmos dos parâmetros de análise escolhidos, o que permitiu o confronto com o que é já dito na literatura relativamente a este assunto.

Assim, confirmamos algumas propriedades da estrutura sintática deste tipo de orações. Relativamente às preposições analisadas, *de*, *em*, *por* e *a*, qualquer uma delas precede imediatamente o pronome relativo, formando com ele um constituinte relativo complexo. O SP que este último integra pode desempenhar diferentes funções sintáticas, sendo as mais frequentes Obl Arg e Obl N Arg. Este mesmo constituinte relativo sofre um movimento para uma posição no início da oração, surgindo tipicamente adjacente ao seu antecedente e deixando no seu lugar de origem uma posição vazia ou vestígio.

Preferencialmente, o pronome relativo *que* preposicionado emprega-se com antecedentes [-humanos] e [-animados], uma vez que, de acordo com o que é já dito na literatura, quando o mesmo é [+humano], o que acontece é que o falante opta por um pronome relativo semanticamente mais rico, em geral *quem*.

Como verificámos também, o antecedente de uma oração relativa pode assumir diversas formas; tipicamente, um SN que funciona como antecedente de uma oração restritiva é constituído por um nome comum, enquanto que, no caso das apositivas, a expressão modificada, por si só suficientemente determinada, pode ocorrer com nomes próprios ou pronomes pessoais.

Estas conclusões não podem deixar de ser vistas tendo em conta a perspetiva adotada para este trabalho: o *corpus* analisado é não só escrito, mas também referente à década de 90 do século XX. Neste contexto, as orações relativas preposicionadas revelam-se, de facto, muito produtivas. Contudo, uma análise de *corpus* oral de anos mais recentes ilustraria certamente um panorama diferente, no qual as estratégias cortadora e resuntiva surgiriam lado a lado da estratégia canónica, revelando uma área em mudança.

REFERÊNCIAS

- Brito, A. M. 1991. *A sintaxe das orações relativas em Português. Estrutura, mecanismos interpretativos e condições sobre a distribuição dos morfemas relativos*. Porto: INIC.
- Brito, A. M. 2003. Orações relativas e construções aparentadas. In Mateus, M. H.; Brito, A. M.; Duarte, I.; Faria, I. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 653-694.
- Choupina, C. 2004. *Orações relativas: aspectos descritivos e didácticos*. Tese de mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Peres, J. A.; Móia, T. 2003. Orações relativas. In Peres, J. A.; Móia, T. *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 273-374.
- Veloso, R. 2013. Subordinação relativa. In Raposo, E. P.; Nascimento, M. F. B; Mota, M. A. C.; Segura, L.; Mendes, A. (orgs.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2063-2133.

Corpus: <http://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/>

AS RELAÇÕES TEMPORAIS NAS FRASES COM ORAÇÕES SUBORDINADAS COMPLETIVAS FINITAS DE VERBO

Joana Raquel Almeida Costa⁷

joanoka_costa@hotmail.com

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. Neste trabalho procurámos analisar a sequência de tempos em frases com orações completivas finitas de verbo, de maneira a identificar e perceber as relações temporais que se podem estabelecer. Na nossa análise utilizámos frases completivas selecionadas por verbos não neutros relativamente à localização da situação encaixada, nomeadamente, os verbos *prometer* e *decidir* (verbos prospetivos) e *lembrar* e *recordar* (verbos retrospectivos). Para além disso, outro dos nossos objetivos é estudar a questão da subordinação temporal neste tipo de frases, percebendo se este processo está presente ou se, por outro lado, há a criação de um novo domínio temporal. A análise permitiu-nos chegar a algumas conclusões relativamente ao tempo verbal mais utilizado nos verbos introdutores das orações completivas, às sequências de tempos e às relações temporais mais frequentes, assim como à presença, ou não, de subordinação temporal.

PALAVRAS-CHAVE. Orações completivas finitas, Sequência de Tempos, Relações Temporais e Subordinação Temporal.

ABSTRACT. In this work, it is our aim to analyze the sequence of tense in finite *that*-clauses, in order to identify and perceive the temporal relations that can be established. In our analysis we used finite *that*-clauses selected by non-neutral verbs regarding the location of the embedded situation, namely, the verbs *prometer* and *decidir* (prospective verbs) and *lembrar* and *recordar* (retrospective verbs). Moreover, another of our goals is to study the question of temporal subordination in this type of sentences, in order to determine if this process is present or if, on the other hand, there is creation of a new temporal domain. The analysis allowed us to reach some conclusions regarding the most used tense in the introductory verbs of *that*-clauses, the most frequent sequences of tenses and temporal relations, as well as the presence or absence of temporal subordination.

KEY-WORDS. Finite *that*-clauses, Time Sequence, Temporal Relations and Temporal Subordination.

⁷ Estudante do 3.º ano da Licenciatura em Línguas, Literaturas e Culturas da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é estudar a questão do tempo nas frases com orações subordinadas substantivas completivas finitas de verbo introduzidas pelos verbos não neutros *prometer, decidir, lembrar e recordar*. Para isso, iremos analisar quais os tempos verbais utilizados, tanto no verbo da frase superior, como no verbo presente na oração encaixada. Além disso, faremos a descrição das relações temporais estabelecidas, tendo em conta que trabalharemos apenas com verbos não neutros no que diz respeito à localização da situação encaixada e abordaremos ainda a questão da subordinação temporal.

Este trabalho está dividido em diferentes secções. Na primeira secção terá lugar um breve enquadramento teórico, que inclui duas partes. Na primeira parte, iremos abordar a noção de tempo e, de seguida, estudaremos algumas propostas de análise de questões temporais, mais concretamente, iremos basear-nos nas propostas dos seguintes linguistas: Reichenbach (1947), Comrie (1985) e Declerck (1991), discutidas em Oliveira (2003) e Silvano (2003), sendo que a subordinação temporal é estudada neste trabalho de Silvano (2003), revelando-se também fundamental para a nossa pesquisa. Na segunda parte, procederemos a uma breve caracterização das orações completivas finitas e trataremos a questão do tempo aplicada a este tipo de orações. De seguida, tendo por base o enquadramento teórico, analisaremos o *corpus* por nós constituído, começando por, num primeiro momento, explicitar os critérios que presidiram à sua constituição e, num segundo momento, comentar os dados relevantes. Serão apresentados alguns gráficos que nos permitem contabilizar os dados presentes no *corpus* e proceder à sua análise. Os exemplos presentes neste trabalho serão sempre retirados do *corpus*. Para concluir este trabalho, serão apresentadas algumas considerações finais.

2. Enquadramento Teórico

2.1. A categoria Tempo

A categoria Tempo permite localizar as diferentes situações, tanto estados como eventos, que são expressas nas línguas naturais em diferentes tipos de enunciados (Oliveira 2003:129). Os tempos verbais desempenham um papel bastante importante na marcação da localização. No entanto, os advérbios, as expressões adverbiais de tempo e outras construções

temporais também cumprem essa função.

O Tempo pode ser entendido como uma ordenação linear orientada desde o passado até ao futuro. A forma como o tempo é marcado nas línguas implica não apenas a localização⁸, mas também a orientação no eixo temporal⁹. Além disso, na maioria dos casos, quando usamos uma expressão temporal para caracterizar uma situação, ela não é concetualizada como um ponto no eixo, mas sim como um intervalo de tempo, uma vez que a dimensão de duração é associada ao tempo (cf. Oliveira, 2003:130).

Assim sendo, os tempos gramaticais organizam-se, de uma forma geral, em três domínios: o passado, o presente e o futuro. Isto permite-nos falar de três tipos de relações temporais: anterioridade, simultaneidade e posterioridade do tempo em relação a um determinado momento escolhido, que funciona como ponto de referência e que é, na maioria dos casos, o momento de enunciação.

De facto, segundo Reichenbach ((1947) *apud* Silvano (2003)), existem três pontos essenciais para proceder à localização temporal: o ponto da fala (S), coincidente com o momento da fala ou da enunciação, o ponto do evento (E), isto é, o tempo do acontecimento descrito na frase, e o ponto de referência (R), que funciona como ponto intermediário e a partir do qual se pode localizar a situação descrita. Reichenbach ((1947) *apud* Silvano (2003: 9)) agrupa os tempos verbais em três grupos: os tempos absolutos, os tempos relativos e os tempos absolutos-relativos¹⁰:

“Nos tempos absolutos, R e S coincidem, enquanto os tempos relativos são definidos em termos das relações que se estabelecem entre R, S e E. Por outro lado, nos tempos absolutos, o termo anterior aplica-se se E precede R e o termo posterior se E segue R. Quando R e E coincidem, usa-se o termo simples. Os termos passado, presente e futuro indicam a posição de R em relação a S.”

Como exemplo de um tempo absoluto temos o presente, em que R, E e S são coincidentes e como exemplos de tempos relativos podemos falar, por exemplo, no

⁸ A forma mais comum de se marcar a localização é por meio de tempos verbais, apesar de também poderem ser utilizados advérbios temporais e certas construções temporais.

⁹ O tempo é visto como uma linha orientada do passado para o futuro, em que se podem estabelecer diferentes relações no eixo temporal: de anterioridade, de simultaneidade e de posterioridade.

¹⁰ Os tempos absolutos-relativos conciliam a referência temporal absoluta de um ponto de referência, com respeito ao momento presente, com a referência temporal relativa de uma determinada situação.

Pretérito-mais-que-perfeito, em que E ocorre antes de R e R, por sua parte, é anterior a S.

No seguimento de Reichenbach, Comrie ((1985) *apud* Silvano (2003)) recorre ao momento de fala (S), que é coincidente com o momento presente, sendo um ponto fixo, e a um intervalo de tempo no qual se localiza a situação, isto é, o momento do evento (E). A caracterização dos tempos é determinada pelas relações de anterioridade, simultaneidade ou posterioridade entre E e S.

Podemos distinguir dois tipos de relações, déíticas ou anafóricas, dependendo do intervalo de tempo escolhido como ponto de referência (Oliveira, 2003: 132). Nas relações déíticas há uma relação direta com o momento de enunciação, com um elemento extra-linguístico, enquanto que nas relações anafóricas é estabelecida uma relação com intervalos introduzidos anteriormente no discurso, ou seja, com um elemento linguístico. Tomemos em consideração alguns exemplos que ilustram esta questão, retirados de Oliveira (2003: 132):

- (1) A Maria partiu ontem.
- (2) Antes de escrever a carta, o Rui telefonou à Ana.
- (3) O Rui disse à Ana que tinha conversado com o pianista quando este chegou ao auditório.

No exemplo (1), o tempo verbal e o advérbio localizam a situação num tempo passado, no dia anterior ao dia da enunciação. Neste caso, está presente uma relação déítica, uma vez que a situação estabelece uma relação direta com o momento de enunciação. Em (2), temos uma relação anafórica, pois estabelece-se uma relação temporal de anterioridade entre “O Rui telefonar” e a oração temporal “Antes de escrever a carta”. No exemplo (3), estão representadas várias situações e, para serem interpretadas, implicam a ligação às situações com as quais ocorrem, constituindo um exemplo de anáfora temporal.

Existem ainda outras propostas teóricas, como a de Declerck (1991), que propõe uma teoria descritiva do tempo, na qual, por exemplo, substitui o termo evento pelo termo situação, sendo esta substituição relevante, uma vez que permite dar conta das relações temporais também com predicções de natureza estativa. O mais relevante nesta proposta para o nosso trabalho é o conceito de domínio temporal. Para este linguista, o domínio temporal corresponde a “um intervalo de tempo ocupado por uma situação, ou conjunto de situações,

temporalmente relacionadas umas com as outras através de formas verbais” (Silvano, 2003: 93).

A questão da subordinação temporal é trabalhada em Silvano (2003) e podemos dizer que ocorre quando a eventualidade encaixada é inserida no domínio temporal criado pela primeira situação, constituindo-se esta como o ponto de perspectiva temporal, ou seja, o intervalo de tempo a partir do qual a situação é perspectivada (Kamp & Reyle (1993) *apud* Silvano (2003)). Isto significa que a situação da oração encaixada está subordinada temporalmente à primeira situação (Silvano 2003: 138).

2.2. Orações subordinadas completivas finitas

2.2.1. Breve caracterização das orações subordinadas completivas

Existem dois processos de concatenação no domínio das frases complexas: a coordenação e a subordinação. Nesta secção iremos debruçar-nos sobre a subordinação, que é um processo de ligação entre duas orações, em que uma se torna dependente da outra, isto é, há um elemento subordinante, que pode corresponder a uma oração, mas também a um verbo, nome ou adjetivo, e outro dependente ou subordinado.

A subordinação apresenta algumas características que a permitem distinguir da coordenação, tais como a mobilidade, uma vez que as orações subordinadas permitem alguma mobilidade sem que isso gere uma frase agramatical, enquanto que as orações coordenadas não permitem qualquer mobilidade. Além disso, as estruturas subordinadas cumprem sempre uma função sintática dentro da frase superior. Por último, a subordinação opera apenas sobre unidades oracionais frásicas.

A subordinação subdivide-se em três grupos: substantivas, adjetivas e adverbiais. É no grupo das substantivas que se encontram as completivas, que são o objeto de estudo do nosso trabalho. A subordinação completiva é um dos grandes tipos de subordinação e tem como característica o facto de a frase subordinada se apresentar como um argumento de um dos núcleos lexicais da frase superior. Assim, a frase completiva é sempre seleccionada por esse núcleo, que pode ser de diferente natureza: verbo (cf. (4)), adjetivo (cf. (5)) ou nome (cf. (6))¹¹

¹¹ Exemplos retirados de Duarte (2003: 596).

. No fundo, constituem-se como construções de complementação, isto é, “complementam o sentido do predicador que as seleciona” (Barbosa 2013: 1821).

- (4) O João prometeu que telefonava logo à noite.
- (5) Os miúdos são capazes de escalar essa colina.
- (6) Os estudantes tiveram a ideia de organizar uma feira de protótipos.

Este tipo de orações pode facilmente ser substituído por argumentos de natureza nominal e, por isso, estas construções são também denominadas substantivas. (Barbosa, 2013: 1824).

As orações completivas podem desempenhar diferentes funções sintáticas, dependendo do tipo de complementação (verbal, adjetival ou nominal). Vamos apenas ocupar-nos de referir as distintas funções sintáticas que pode desempenhar a complementação verbal, visto ser esse tipo de complementação que encontramos no objeto de estudo do presente trabalho. Analisemos os seguintes exemplos de Duarte (2003):

- (7) Que a Maria não tenha vindo à festa **surpreendeu** o João.
- (8) O João **sabe** que estamos à espera dele.
- (9) O João **insistiu** em que fôssemos à festa dele.

No exemplo (7), a oração completiva sublinhada desempenha a função sintática de sujeito, no exemplo (8) tem a função sintática de objeto direto e na frase (9) cumpre a função de complemento oblíquo. Todas as funções sintáticas podem ser identificadas através de testes. No primeiro caso, no qual a oração completiva desempenha a função sintática de sujeito, poderíamos substituir toda a oração (“Que a Maria não tenha vindo à festa”) por um pronome demonstrativo invariável, como *isso* (*Isso* surpreendeu o João) em posição pré-verbal. Quando a completiva tem a função de objeto direto, este pronome substitui a oração em posição pós-verbal e quando desempenha a função de oblíquo, o pronome é precedido de preposição.

A conjunção que introduz este tipo de orações é, na maior parte dos casos, a conjunção *que*, apesar de também poderem ser introduzidas pela conjunção *se*, quando ocorrem com verbos como *perguntar*, *pedir*, *investigar*, *ignorar*, entre outros, como podemos verificar na frase (10), retirada de Duarte (2003).

- (10) Todos lhe **perguntaram** *se* ele afinal vinha à festa.

As frases completivas podem dividir-se em frases finitas, quando o verbo ocorre numa forma finita do conjuntivo ou do indicativo, e em frases não finitas, quando o verbo se encontra no infinitivo flexionado ou não flexionado, ou no infinitivo gerundivo, ou seja, “numa forma infinitiva precedida de *a* e comutável com o gerúndio” (Duarte 2003: 596). Outro aspeto que distingue completivas finitas de não finitas é que, no primeiro caso, a oração é introduzida pelo elemento *que* e, no segundo caso, a oração não é, geralmente, introduzida por nenhum complementador ou, em alguns casos, pode ser introduzida pelo complementador *para*, como o seguinte exemplo: “O João pediu ao professor para sair da aula”. (Barbosa 2013: 1827)

No uso dos falantes, observam-se duas particularidades nas completivas finitas: a adição ou supressão de uma preposição antes da completiva, em casos não contemplados pela gramática (Duarte 2003: 617-620). A ocorrência de uma preposição antes das completivas finitas desnecessária é denominada dequeísmo, uma vez que a preposição usada é, sobretudo, a preposição *de*. No entanto, também se verificam alguns casos em que a preposição utilizada é a preposição *para*, embora constituam uma minoria. O dequeísmo pode afetar completivas com a função de sujeito e acontece geralmente quando a completiva é selecionada por um verbo inacusativo. Para além deste, existe um outro fenómeno: o queísmo. Este é um fenómeno inverso ao dequeísmo, porque consiste na supressão de uma preposição que introduz legitimamente uma completiva finita. Tal como no caso anterior, a preposição mais frequentemente suprimida é a preposição *de*. Vejamos exemplos que ilustram estes dois fenómenos: em (11) apresenta-se um caso de queísmo, em (12) um de dequeísmo (Barbosa 2013):

- (11) mas devo-te informar *que* está em curso a operação tempestade no deserto, sem quaisquer baixas (CRPC, Oral formal, O107) (vs. informar *de que*)
(12) e é preciso também acreditar *de* [que esse investimento é rentável] (CRPC, Oral formal, 086)

2.2.2. O tempo nas orações completivas finitas

Como já foi dito anteriormente neste trabalho, as orações completivas finitas podem selecionar o modo indicativo ou o conjuntivo, sendo que o indicativo é utilizado com maior frequência e tem um valor de modalidade epistémica positiva, enquanto que o conjuntivo possui um valor de possibilidade ou de criação de mundos possíveis.

A seleção do modo está dependente das propriedades do núcleo que seleciona a completiva, mas também da presença de negação frásica. O modo indicativo é utilizado quando o núcleo é um verbo inacusativo (*acontecer, suceder*), epistémico (*achar, pensar*), declarativo (*afirmar, prometer*), de inquirição (*perguntar, inquirir*) ou perceptivo (*ver, sentir*). Por outro lado, o modo conjuntivo é empregado quando o núcleo é um verbo psicológico (*interessar, agradar*), declarativo de ordem (*exigir, permitir*), volitivo e optativo (*desejar, pretender*), causativo (*mandar, deixar*) ou um verbo com preposição (*levar, insistir*) (Duarte 2003: 599) (cf. (13) – modo indicativo e (14) – modo conjuntivo). A utilização do modo indicativo ou conjuntivo produz uma diferença na interpretação, relacionada com o grau de crença, pois o modo indicativo representa um grau de crença maior do que o modo conjuntivo.

(13) Eles afirmam que os resultados *serão publicados* hoje.

(14) A Faculdade deixou que os alunos se *matriculassem* condicionalmente.

Relativamente à sequência de tempos e às relações temporais estabelecidas nas orações completivas, existem também diferenças entre estes dois modos.

Com o indicativo, as orações subordinadas completivas de verbo podem ser selecionadas por verbos com natureza semântica diferente, isto é, podem ser selecionadas por verbos neutros no que diz respeito à influência na localização da situação encaixada (*dizer, afirmar, considerar, achar*) (cf. (15) – (17))¹², mas também podem ser selecionadas por verbos não neutros, como os verbos utilizados neste trabalho.

(15) O Pedro disse que a avó tocava muito bem piano.

(16) O Pedro disse que a avó chegará muito tarde a casa hoje.

(17) O Pedro disse que a avó tinha saído muito cedo.

¹² Exemplos extraídos de Oliveira (2013: 544), representando, respetivamente, a relação temporal de simultaneidade, de posterioridade e de anterioridade.

Esta situação tem consequências nas relações temporais que se podem estabelecer, dado que as completivas selecionadas por verbos relativamente neutros admitem a criação de frases com relações temporais de anterioridade, de simultaneidade e de posterioridade. Já as orações completivas selecionadas por verbos não neutros revelam algumas restrições, dependendo do verbo. Por exemplo, *prometer* é um verbo prospetivo e, como tal, localiza a situação representada pela oração subordinada num intervalo de tempo que é posterior ao da situação da frase superior. Assim sendo, a relação temporal mais comum será a de posterioridade, apesar de também se estabelecerem, em alguns casos, relações de simultaneidade, como iremos mostrar.

Com o conjuntivo sucede algo semelhante ao que ocorre no indicativo, isto é, as orações completivas podem também ser selecionadas por dois tipos de verbos, uns que impõem restrições quanto aos tempos verbais da oração encaixada, como os verbos volitivos e diretivos de ordem (*querer, pedir, esperar*), e outros que não impõem qualquer restrição relativamente aos tempos verbais da oração encaixada, como os verbos factivos (*lamentar*). Para além disso, no conjuntivo verificam-se ainda algumas restrições no que respeita à combinação de tempos verbais no verbo principal e no verbo da oração encaixada.

Existe outro aspeto importante no âmbito da questão do tempo neste tipo de orações – a subordinação temporal, conceito que é proposto em Silvano (2003), com base em autores como Declerck (1991). Há subordinação temporal quando a eventualidade descrita pela oração subordinada é integrada no mesmo domínio temporal estabelecido pela eventualidade da frase matriz. Existem três pontos essenciais para determinar se existe ou não subordinação temporal: o ponto de perspetiva temporal, que corresponde ao intervalo temporal a partir do qual a eventualidade é vista; o ponto de referência, isto é, o intervalo de tempo que serve para relacionar as eventualidades e o domínio temporal, o intervalo de tempo criado por uma determinada eventualidade. Quando não há subordinação temporal, estamos perante a criação de um novo domínio temporal, sendo que o ponto de perspetiva temporal corresponde ao momento da enunciação ou ao intervalo que inclui o momento de enunciação e o tempo em que se localiza a situação descrita. Segundo Silvano (2003) são estes os dois processos de combinação de orações. Vejamos então dois exemplos, retirados de Silvano (2003), que ilustram estes dois processos:

- (18) Victor S. Gonçalves, professor naquele departamento, afirmou ao Público que Cláudio Torres não é “um arqueólogo no sentido universitário e europeu do termo”.
- (19) Em resposta, o governo de Tony Blair disse que considerava o assunto “muito sério”.

Ambos os exemplos têm o verbo introdutor no Pretérito Perfeito do Indicativo, pelo que o ponto de perspectiva temporal é coincidente com o momento de enunciação e as eventualidades relatadas situam-se num intervalo de tempo anterior. No entanto, as frases completivas apresentam dois tempos verbais distintos. Em (18) o tempo verbal é o Presente do Indicativo e trata-se de uma frase de duplo acesso, que origina uma leitura em que a situação da subordinada se localiza num intervalo que simultaneamente integra o momento de enunciação e o intervalo de localização representada pela frase matriz. Por um lado, a situação descrita na oração subordinada sobrepõe-se ao evento descrito na frase superior, mas, por outro, a sobreposição da situação é relativa ao momento de enunciação. Ou seja, o estado da oração encaixada ocorre num intervalo de tempo que inclui o momento de enunciação e o tempo em que ocorre “afirmar”. Assim, o ponto de perspectiva temporal corresponde ao intervalo de tempo que engloba o momento de enunciação e a situação da oração encaixada se sobrepõe a esse intervalo de tempo. Já em (19) o tempo verbal utilizado na oração completiva é o Pretérito Imperfeito, sendo que o estado descrito na oração encaixada se sobrepõe apenas ao evento da frase superior. O ponto de perspectiva temporal é o intervalo de tempo anterior ao momento de enunciação. O estado “considerar o assunto muito sério” é integrado no mesmo domínio temporal criado pelo evento de “dizer”. Assim, a frase (18) é um exemplo da criação de um novo domínio temporal, enquanto que a frase (19) exemplifica a subordinação temporal (Silvano 2003: 148-149).

3. O Estudo

3.1. Descrição do corpus

A motivação que nos levou a constituir um *corpus* prendeu-se com o objetivo de estudar as relações temporais nas orações completivas finitas de verbo. De forma a alcançar esse fim, procurámos encontrar uma base que nos fornecesse dados suficientemente abundantes, atuais e fiáveis. Assim, o *corpus* recolhido é procedente da Linguateca. Mais

concretamente, os exemplos são retirados do *corpus* CETEMPúblico (endereço eletrónico: <https://www.linguateca.pt/acesso/corpus.php?corpus=CETEMPUBLICO>), que contém exemplos retirados do jornal diário *Público*.

O *corpus* é constituído por 120 exemplos, todos eles contendo orações completivas finitas selecionadas por quatro verbos diferentes: *prometer*, *decidir*, *lembrar* e *recordar*. As expressões utilizadas na procura foram as seguintes:

- a) [lema="prometer"][] {0,3} [lema="que"] [pos="V.*"] [] {0,3}
- b) [lema="decidir"] [] {0,3} [lema="que"] [pos="V.*"] [] {0,3}
- c) [lema="lembrar"] [] {0,3} [lema="que"] [pos="V.*"] [] {0,3}
- d) [lema="recordar"] [] {0,3} [lema="que"] [pos="V.*"] [] {0,3}

Decidimos trabalhar com 30 exemplos para cada verbo, apesar de, num primeiro momento, termos retirado o dobro dos exemplos para cada um dos casos.

3.2. Metodologia de análise do *corpus*

Para a análise deste *corpus*, foram seguidos alguns procedimentos que será importante referir.

Como foi mencionado no final da secção anterior, o nosso objetivo era trabalhar com 30 exemplos de cada verbo, mas retirámos o dobro dos exemplos. Isto ocorreu porque foi necessário realizar uma “limpeza” do *corpus*, tendo em conta alguns critérios. O que queríamos era trabalhar com formas verbais unicamente no modo indicativo e, assim sendo, eliminámos todos os exemplos cujos verbos se encontravam no conjuntivo, assim como os exemplos com verbos modais. Para além disso, retirámos também as construções em que o verbo da frase superior se encontrava numa forma gerundiva ou participial, por estas formas serem defetivas temporalmente e dificultarem a descrição das relações temporais. Foi também necessário verificar se todas as orações eram orações completivas, uma vez que o complementador *que* não introduz apenas orações deste género, pelo que nos deparámos com algumas orações relativas que foi necessário retirar do *corpus*.

Com o *corpus* constituído, procedemos à sua análise, com base em quatro parâmetros: o tempo do verbo da frase superior, o tempo do verbo da frase encaixada, a relação temporal estabelecida e a presença ou ausência de subordinação temporal. Com isto, pretendíamos

conseguir caracterizar o fenómeno das sequências de tempos, bem como descrever as relações temporais presentes neste tipo de completivas e compreender melhor a questão da subordinação temporal. Após esta fase, procedemos à contagem dos dados, elaborando alguns gráficos e quadros, que nos ajudaram a analisar o *corpus*. Posteriormente, procedemos à discussão dos dados obtidos. Deste modo, conseguimos perceber quais os tempos verbais mais utilizados, quer no verbo introdutor, quer no verbo da oração encaixada, e determinar quais as relações temporais mais significativas. Para além disso, foi possível verificar a existência ou não de subordinação temporal e os contextos em que esta pode ocorrer.

3.3. Análise dos resultados

Nesta secção pretendemos analisar os dados presentes no nosso *corpus*. Assim, num primeiro momento, contabilizamos os tempos verbais utilizados no *corpus*, quer no verbo da frase superior, quer no verbo da frase encaixada, podendo, com recurso a alguns gráficos, identificar quais os tempos verbais mais utilizados, assim como as sequências temporais que ocorrem com maior frequência com cada um dos verbos introdutores selecionados. Posteriormente, procedemos à discussão da análise dos dados referentes às relações temporais estabelecidas, também com o recurso a alguns gráficos. Nesta mesma secção damos conta de alguns exemplos não prototípicos presentes no nosso *corpus*. Por último, abordamos o parâmetro da subordinação temporal, tentando perceber em que sequências temporais está presente este processo.

3.3.1. Ocorrência de tempos verbais no *corpus*

Começaremos por analisar os dados referentes aos tempos verbais presentes na frase superior e na frase encaixada, com o auxílio de dois gráficos.

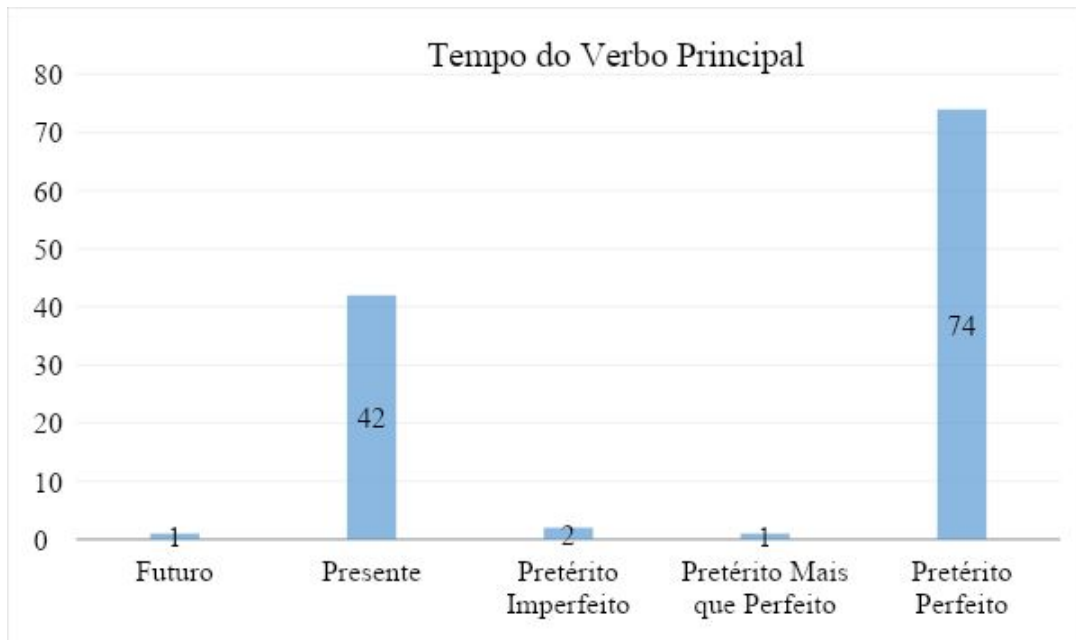


GRÁFICO I. Frequência de tempos verbais no verbo da frase superior.

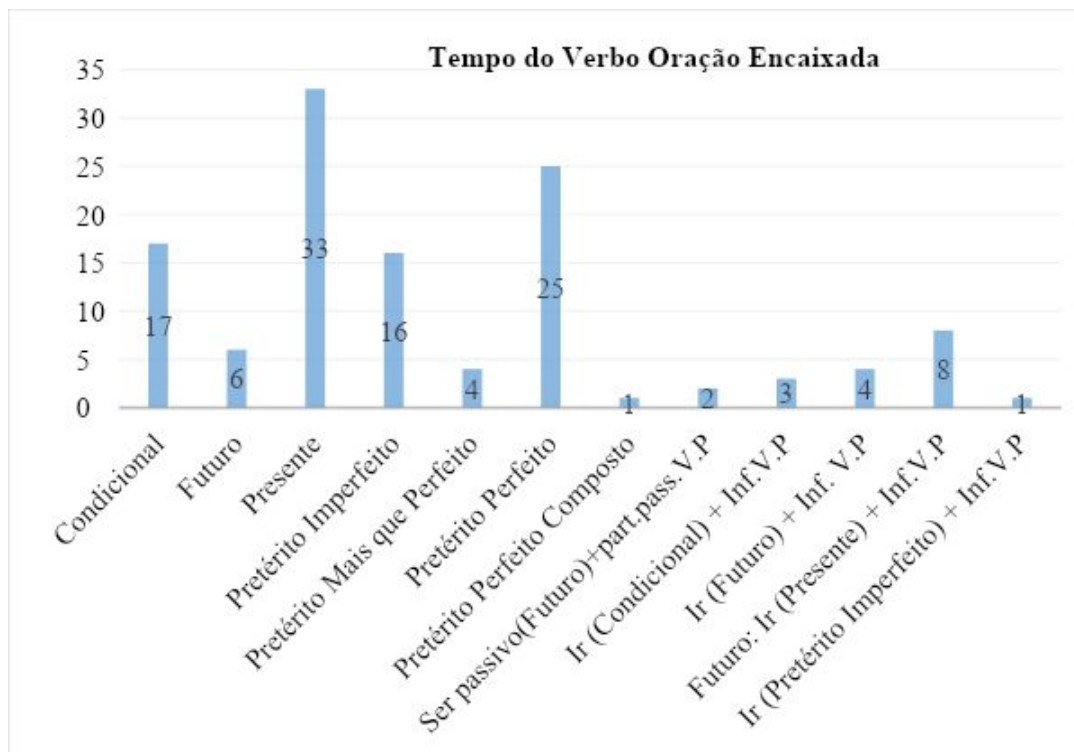


GRÁFICO II. Frequência de tempos verbais no verbo da frase encaixada.

Podemos verificar que o tempo verbal mais utilizado na frase superior é o Pretérito Perfeito do Indicativo (cf. (20) e (22)), representando a maioria dos casos, embora o Presente

do Indicativo esteja também representado (cf. (21) e (23)). Os tempos verbais mais utilizados na frase encaixada são igualmente o Presente do Indicativo (cf. (20)) e o Pretérito Perfeito do Indicativo (cf. (21)), embora ocorram também com alguma frequência no Condicional (cf. (22)) e no Pretérito Imperfeito (cf. (23)).

- (20) par=ext58030-pol-95a-2: O regime comunista chinês decidiu há pouco que é preciso eliminar, a todo o custo, o florescimento do budismo.
- (21) par=ext31591-nd-97b-1: Lembra que faz agora quinze anos que o GFBV foi pela primeira vez ao Festival Internacional de Folclore de Saint Gilles, na Bélgica, donde regressava o autocarro sinistrado.
- (22) par=ext608208-clt-91b-1: Este ano, decidi que seria uma boa ideia fazer uma exposição bibliográfica sobre viagens e memórias na literatura portuguesa.
- (23) par=ext58313-nd-95a-1: Durante os dois anos que ali permaneceu sem julgamento, chegaram numerosas Testemunhas de Jeová e Cabral recorda que eram as grandes vítimas da prepotência da guarda.

Um outro aspeto interessante relativo aos tempos verbais presentes na frase encaixada prende-se com a utilização de alguns complexos verbais, mais concretamente, 18 casos em 120. Destes 18 complexos verbais, convém ressaltar que 17 dizem respeito às orações completivas selecionadas pelo verbo *prometer*. Também é pertinente notar que existem bastantes casos em que a construção *ir* no Presente do Indicativo ou no Futuro seguida do Infinitivo do verbo principal é utilizada com o sentido de Futuro, conforme demonstram os exemplos seguintes do nosso corpus:

- (24) par=ext90574-soc-98b-2: Na Berlenga, a ministra dirigiu-se a alguns populares e prometeu que vai «tentar trazer mais gente» à ilha.
- (25) par=ext67980-pol-92a-1: Deus Pinheiro prometeu que irá «trabalhar com grande discrição» e iniciar contactos com Skopje para tentar resolver o problema.

É igualmente interessante destacar que, apesar de os verbos *prometer* e *decidir* serem ambos verbos prospectivos, não se comportam exatamente da mesma forma. Se tivermos em atenção o tempo verbal do verbo que seleciona a completiva, nos exemplos com *decidir* temos apenas um caso (cf. (26)) em que a referida oração é introduzida por um verbo no Presente do

Indicativo, enquanto nos exemplos com *prometer* temos mais casos em que a completiva é selecionada por um verbo que se encontra no Presente.

- (26) par=ext39177-clt-soc-94b-2: Os problemas surgem quando se decide que é preciso retirar a aplicação para a substituir por outra ou porque, simplesmente, se deixou de precisar dela.

Se repararmos nas sequências de tempos mais utilizadas, podemos concluir que: Pretérito Perfeito seguido de Condicional (cf. (22)), Presente (cf. (20)), Pretérito Perfeito e Pretérito Imperfeito e Presente seguido de Presente (cf. (21)) e Pretérito Perfeito são as combinações mais frequentes. No entanto, outras combinações são possíveis, embora não sejam tão representativas, pelo que podemos considerar que existe uma certa liberdade quanto à combinação de tempos verbais no que diz respeito ao modo Indicativo.

As sequências temporais observadas podem ser resumidas no seguinte quadro:

Verbos introdutores	Prometer	Decidir	Lembrar	Recordar
Sequência de Tempos verbais				
Presente → Presente	2	1	7	7
Presente → Pretérito Perfeito	0	0	5	8
Presente → Pretérito Imperfeito	0	0	2	1
Presente → Pretérito Mais-que-Perfeito	0	0	1	0
Presente → Futuro	1	0	0	0
Presente → Futuro: <i>ir</i> (Presente) + Infinitivo verbo principal	5	0	0	0
Presente → <i>ser</i> passivo (Futuro) + Particípio Passado verbo principal	2	0	0	0
Pretérito Perfeito → Pretérito Perfeito	0	1	3	8
Pretérito Perfeito → Pretérito Perfeito Composto	0	0	0	1
Pretérito Perfeito → Futuro	3	2	0	0
Pretérito Perfeito → Condicional	6	10	0	0
Pretérito Perfeito → Presente	0	4	8	3
Pretérito Perfeito → Pretérito Imperfeito	0	9	1	1
Pretérito Perfeito → Pretérito Mais-que-Perfeito	0	2	1	0
Pretérito Perfeito → <i>ir</i> (Condicional) + Infinitivo verbo principal	3	0	0	0

Pretérito Perfeito → <i>ir</i> (Futuro) + Infinitivo verbo principal	3	1	0	0
Pretérito Perfeito → <i>ir</i> (Pretérito Imperfeito) + Infinitivo verbo principal	1	0	0	0
Pretérito Perfeito → Futuro: <i>ir</i> (Presente) + Infinitivo verbo principal	3	0	0	0
Pretérito Mais-que-Perfeito → Condicional	1	0	0	0
Futuro → Presente	0	0	0	1
Pretérito Imperfeito → Pretérito Imperfeito	0	0	2	0

QUADRO 1. Sequência de tempos que ocorrem no *corpus* com cada um dos verbos introdutores das orações completivas.

3.3.2. Relações temporais estabelecidas

Os verbos utilizados como objeto de estudo deste trabalho pertencem à classe dos verbos não neutros no que diz respeito à localização da situação encaixada, o que quer dizer que não aceitam a ocorrência de todo o tipo de relações temporais, ao contrário dos verbos neutros. Os verbos *prometer* e *decidir*, como já foi referido anteriormente, são verbos prospetivos, isto é, verbos que localizam as situações encaixadas num intervalo de tempo posterior ao da situação por eles representada, enquanto que os verbos *lembrar* e *recordar* são retrospectivos, localizando as situações encaixadas num intervalo de tempo anterior ao da situação por eles representada. Posto isto, as relações temporais estabelecidas com maior frequência são de posterioridade e anterioridade, respetivamente. Os gráficos seguintes ilustram as relações temporais observadas para cada um dos verbos.

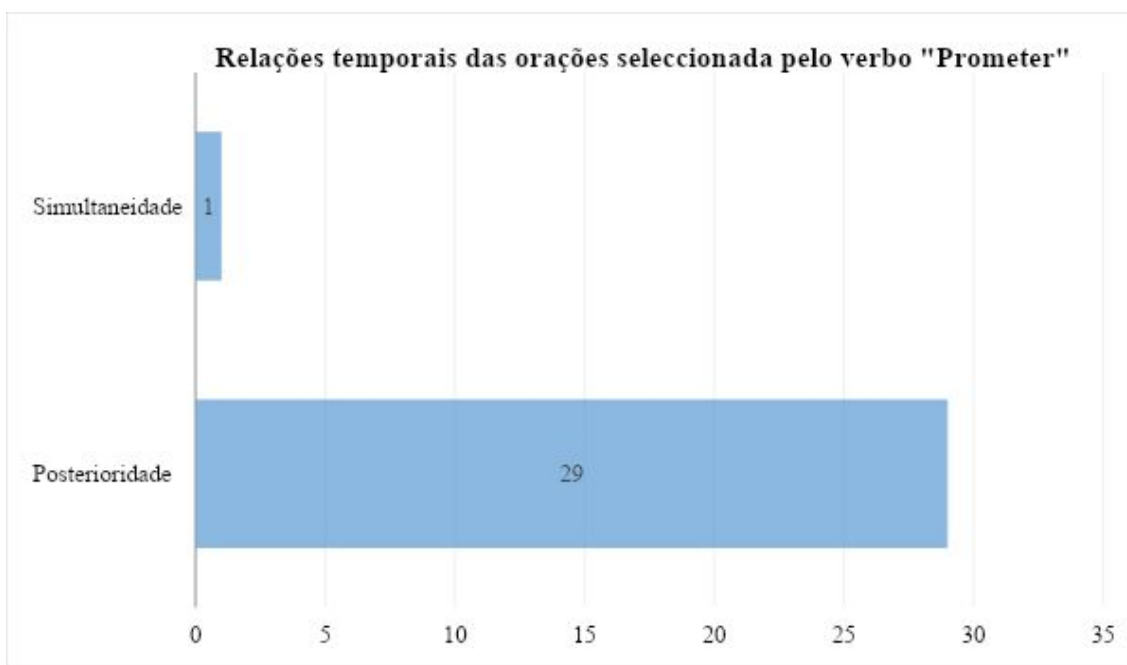


GRÁFICO III. Relações temporais estabelecidas em frases com o verbo principal *prometer*.

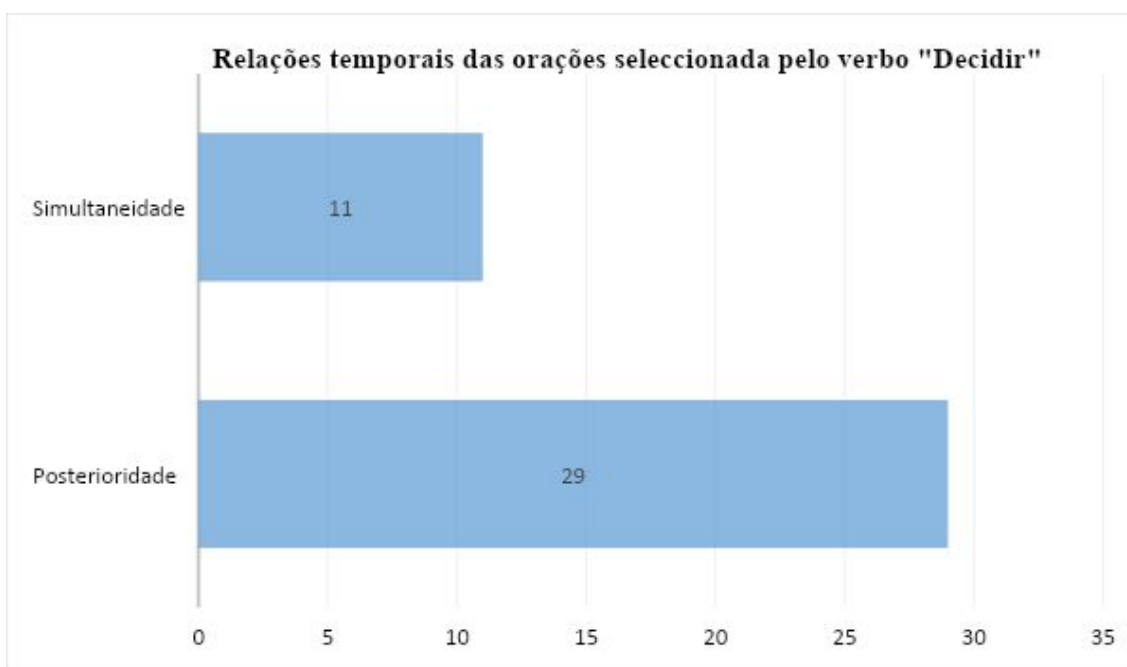


GRÁFICO IV. Relações temporais estabelecidas em frases com o verbo principal *decidir*.

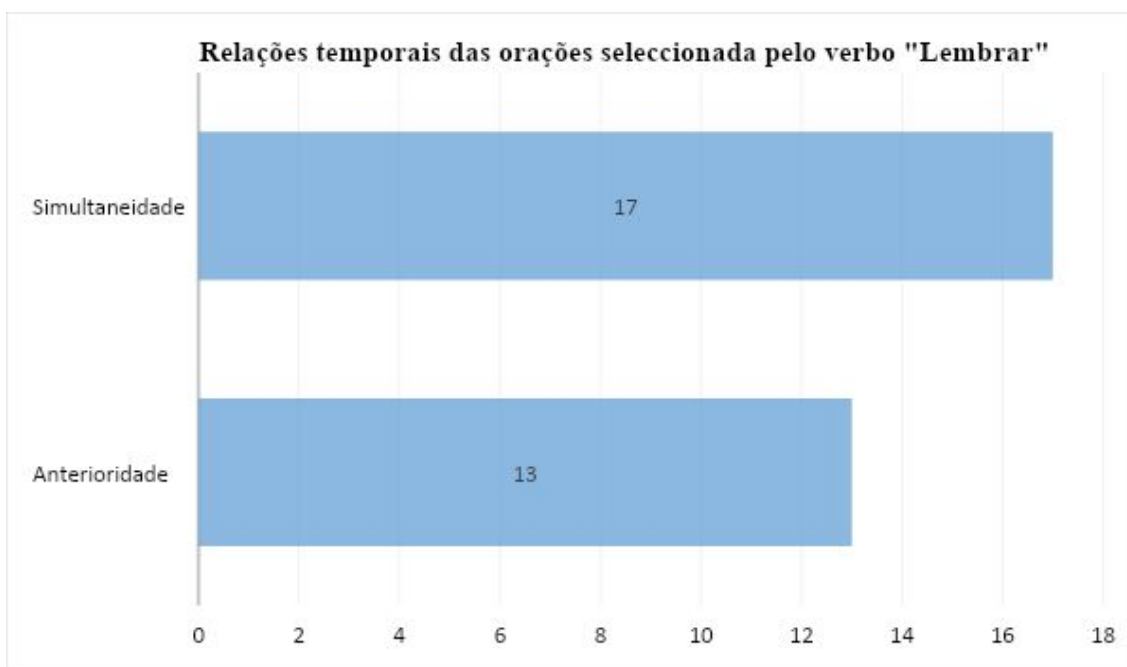


GRÁFICO V. Relações temporais estabelecidas em frases com o verbo principal *lembrar*.

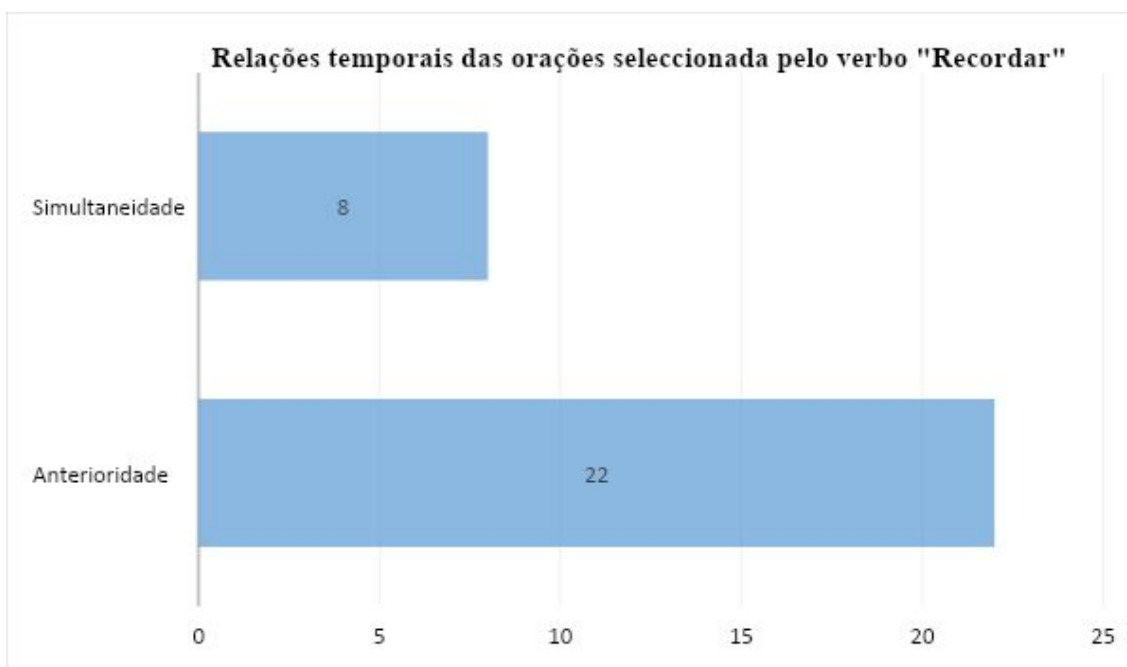


GRÁFICO VI. Relações temporais estabelecidas em frases com o verbo principal *recordar*.

A questão do tempo é bastante complexa e, como se pode ver pelos gráficos, apesar de as relações temporais mais frequentes serem de posterioridade em frases com os verbos *prometer* e *decidir* e de anterioridade com os verbos *lembrar* e *recordar*, ao longo da análise

do *corpus*, verificámos que se podem estabelecer também relações de simultaneidade. Assim, é relevante analisar alguns destes casos, para tentar perceber os contextos em que surgem essas relações temporais. Atentemos nos seguintes exemplos:

- (27) par=ext31264-pol-98a-2: Pela parte do PS, José Junqueiro, vice-presidente da bancada popular e actual coordenador do grupo de trabalho das finanças locais, **promete que há** «uma grande abertura por parte do PS e do Governo para fazer uma lei o mais consensual possível».
- (28) par=ext58239-soc-91a-1: Sousa e Melo **recorda que é também desse tempo** «a eliminação sucessiva de múltiplos acessos urbanos de interesse secundário», bem como a construção dos nós da Boa Viagem, Paço de Arcos e Oeiras.
- (29) par=ext11131-des-97a-2: Enquanto se **lembram que têm** de funcionar como equipa, tudo corre de feição aos benfiquistas.
- (30) par=ext9015-eco-95a-1: «Parece que as instituições **decidiram que há** suporte a curto prazo», comentou um operador.
- (31) par=ext86234-eco-94b-1: Constâncio **recordou que existem** mais Estados-membros com problemas idênticos de convergência, pelo que o Governo deveria aproveitar a oportunidade para solicitar uma revisão prática dos critérios.
- (32) par=ext478953-clt-95a-2: Mas, em 1982, Blades **decidiu que era** altura de se emancipar da orquestra de Colón, formou a sua própria banda, Seis del Solar, e encetou uma nova actividade artística como artista de cinema.
- (33) par=ext37147-clt-soc-94b-2: O cientista **lembrou que estavam** ainda por analisar milhares de horas de sinais recolhidos pelo radiotelescópio utilizado no programa Search for Extraterrestrial Intelligence (SETI), uma iniciativa que viu a sua verba reduzida quase a zero, devido aos cortes orçamentais sofridos pela NASA em 1994.
- (34) par=ext249117-pol-91b-2: Relativamente a uma queixa do CDS no sentido de que a CNE deveria corrigir afirmações de Cavaco Silva segundo as quais as eleições servem para designar o primeiro-ministro, aquele organismo **recordou que tem** repetidamente afirmado que as eleições legislativas elegem o Parlamento.
- (35) par=ext224390-soc-94b-2: De manhã, o provedor de Justiça **lembrava que estava a** terminar o prazo que lhe dera para responder a um parecer seu, emitido na sequência de uma queixa da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, sobre a contratação de funcionários não-docentes.

No exemplo (27), em que a oração completiva é introduzida pelo verbo “prometer”, um verbo prospectivo por padrão, a sequência temporal é Presente seguido de Presente e há uma relação de sobreposição parcial, pois, tratando-se “prometer” de um evento e “haver uma grande abertura” de um estado, o estado pode prolongar-se para além do evento promessa. Já em (28), a oração completiva é selecionada pelo verbo “recordar”, que tipicamente situa as eventualidades da situação encaixada num intervalo de tempo anterior. Neste caso, o adverbial temporal “desse tempo” situa o estado da oração encaixada num intervalo de tempo anterior quer ao momento de enunciação original, quer ao momento de enunciação do relato. No entanto, o uso do Presente do Indicativo e a natureza aspetual da situação conduzem a uma leitura de simultaneidade com os dois momentos de enunciação. Outro contexto em que é estabelecida uma relação de sobreposição utilizando a sequência temporal Presente do Indicativo + Presente do Indicativo é quando a frase tem uma leitura genérica, cujo valor de verdade não pode ser calculado em função de um índice temporal específico. Para ilustrar isto, tomemos como exemplo a frase (29).

Existem, porém, outros exemplos no nosso *corpus* em que se verifica uma relação de simultaneidade. Se observarmos os pares (30)-(31) e (32)-(33), cujas sequências temporais são Pretérito Perfeito seguido de Presente e Pretérito Perfeito seguido de Pretérito Imperfeito, a relação temporal observada é também a de simultaneidade, independentemente de os verbos principais serem prospectivos ou retrospectivos. No entanto, estamos perante predicções estativas na frase encaixada, o que remete para o facto de que o intervalo ocupado pela subordinada é mais “alargado” do que o presente na frase matriz. Além disso, o significado dos verbos nestas frases pode ser ambíguo, tendo o valor de “chamar a atenção para”, podendo causar diferenças no que diz respeito à relação temporal que estabelecem com a subordinada que a seleciona.

O exemplo (34) revela-se muito particular no nosso *corpus*, posto que é o único que apresenta a sequência temporal Pretérito Perfeito seguido de Pretérito Perfeito Composto. Também com esta sequência temporal parece verificar-se a relação de sobreposição parcial, apesar de a subordinada ser introduzida pelo verbo “recordar” que é retrospectivo por padrão. A situação da frase principal “recordar” e a situação da frase encaixada “repetidamente afirmar” são coincidentes uma com a outra, pelo menos parcialmente, sendo que a frase

matriz se localiza num intervalo anterior ao momento de enunciação. Contudo, tipicamente, o Pretérito Perfeito Composto, em termos temporais, dá conta de situações que têm início no passado, prolongando-se até ao momento de enunciação.

Todos os exemplos presentes no *corpus* que, tal como o exemplo (35), têm os verbos da frase superior – sejam verbos prospetivos ou retrospectivos – e da oração encaixada no Pretérito Imperfeito possuem uma leitura de sobreposição.

Para além destes casos não prototípicos, há ainda um exemplo que nos levanta algumas dúvidas.

(36) par=ext20036-com-97b-2: «Após uma profunda reflexão, **decidi que chegara o momento de eu abandonar o cargo de CEO**», afirmou McCracken aos accionistas da Silicon Graphics.

Neste exemplo, o verbo da oração encaixada está no Pretérito Mais-que-Perfeito que, por definição, é um tempo utilizado para descrever uma situação passada que ocorreu antes de uma outra, também ela passada. Tendo este facto em conta, o que era esperado que existisse era uma relação de anterioridade, pois “chegara” deveria ser anterior a “decidi”. Para além disso, se tivermos em conta o significado do verbo matriz, só se pode decidir algo que terá lugar num tempo futuro. No entanto, a relação estabelecida parece ser a de sobreposição.

3.3.3. Subordinação Temporal

Nos dados do *corpus*, em 74 das 120 frases, existe subordinação temporal, enquanto que em apenas 46 frases há a criação de um novo domínio.

Vejamos os seguintes exemplos retirados do *corpus* por nós constituído:

(37) par=ext17773-clt-93a-1: Já **prometi que entraria** no Paraíso a escrever.

(38) par=ext44669-pol-91a-1: Mário Raposo **lembrou que foi** o primeiro ministro Mário Soares quem, em 1976, concretizou a criação da Provedoria de Justiça.

No primeiro exemplo há subordinação temporal, uma vez que, para que seja possível localizar a situação da oração encaixada “entrar no Paraíso”, temos de partir do intervalo fornecido pela situação principal, “prometi”. Ou seja, neste contexto, o ponto de perspetiva temporal da situação subordinada corresponde ao intervalo de tempo da situação da frase

superior. Quanto ao segundo exemplo, já não se verifica subordinação temporal. Por conseguinte, há a criação de um novo domínio, pois o ponto de perspectiva temporal da situação encaixada é o momento de enunciação.

Depois de analisar os exemplos do *corpus* e de verificar se há ou não subordinação temporal, é possível determinar quais as sequências temporais em que tal relação ocorre. Tenhamos em conta os exemplos seguintes:

- (39) par=ext68020-clt-96a-2: Dentro de um impecável fato, Neil Hannon mostrou a sua muito pessoal Divine Comedy, puxou estilizadamente de um cigarro, tossiu um pouco e prometeu que deixaria de fumar imediatamente.
- (40) par=ext40035-soc-92b-1: Fora estes picos de interesse, poucos se lembram que há, em todo o mundo, 18 milhões de refugiados espalhados -- melhor, amontoados -- em campos de acolhimento.
- (41) par=ext9015-eco-95a-1: «Parece que as instituições decidiram que há suporte a curto prazo», comentou um operador.
- (42) par=ext275302-pol-96b-2: O Presidente sul-africano recordou aos parlamentares que foi a colonização britânica no século XVIII que lançou as sementes da supremacia branca na África do Sul.

As frase (39) e (40) ilustram os dois casos de sequências temporais mais significativos em que há subordinação temporal, o Pretérito Perfeito seguido de Condicional e o Presente seguido de Presente. Os outros dois exemplos, (41) e (42), ilustram, por sua vez, os dois casos mais expressivos em que não há subordinação temporal, com as sequências de tempos Pretérito Perfeito seguido de Presente e Pretérito Perfeito seguido de Pretérito Perfeito.

O quadro seguinte sistematiza esta informação:

Sequência de Tempos	Subordinação Temporal	Número de ocorrências
Presente → Presente	√	17
Presente → Pretérito Perfeito	√	13
Presente → Pretérito Imperfeito	√	3
Presente → Pretérito Mais-que-Perfeito	√	1
Presente → Futuro	√	1
Presente → Futuro: <i>ir</i> (Presente) + Infinitivo verbo principal	√	5
Presente → <i>ser</i> passivo (Futuro) + Particípio Passado verbo principal	√	2
Pretérito Perfeito → Pretérito Perfeito	X	12

Pretérito Perfeito → Pretérito Perfeito Composto	X	1
Pretérito Perfeito → Futuro	X	5
Pretérito Perfeito → Condicional	√	16
Pretérito Perfeito → Presente	X	15
Pretérito Perfeito → Pretérito Imperfeito	√	11
Pretérito Perfeito → Pretérito Mais-que-Perfeito	√	3
Pretérito Perfeito → <i>ir</i> (Condicional) + Infinitivo verbo principal	√	3
Pretérito Perfeito → <i>ir</i> (Futuro) + Infinitivo verbo principal	X	4
Pretérito Perfeito → <i>ir</i> (Pretérito Imperfeito) + Infinitivo verbo principal	√	1
Pretérito Perfeito → Futuro: <i>ir</i> (Presente) + Infinitivo verbo principal	X	3
Pretérito Mais-que-Perfeito → Condicional	√	1
Futuro → Presente	X	1
Pretérito Imperfeito → Pretérito Imperfeito	√	3

QUADRO 2. Sequência de tempos em que existe ou não subordinação temporal.¹³

4. Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi estudar a questão do tempo nas frases com orações completivas finitas de verbo, introduzidas pelos verbos *prometer*, *decidir*, *lembrar* e *recordar*.

Foram percorridas várias etapas para a elaboração deste trabalho. Num primeiro momento, constituímos um *corpus* e optámos pelos dados do CETEMPúblico. Depois de verificarmos se todas as orações eram completivas e se todos os tempos verbais se encontravam no Indicativo, procedemos à análise do *corpus*, tendo por base alguns parâmetros, tais como: tempo do verbo principal, tempo do verbo encaixado, relação temporal e a presença ou não de subordinação temporal.

Para atingir o objetivo deste trabalho, tomámos por base as propostas teóricas de alguns linguistas acerca do tempo, para depois conseguirmos analisar os dados do *corpus* munidos de alguns conceitos teóricos fundamentais. Posteriormente, passámos à discussão dos resultados obtidos, que nos permitiram chegar a algumas conclusões relevantes.

Uma das primeiras conclusões que retirámos da análise do *corpus* é acerca dos tempos verbais utilizados no verbo introdutor das orações completivas. De facto, o Pretérito Perfeito é

¹³ O símbolo X quer dizer que não existe subordinação temporal, enquanto que o símbolo √ significa que há subordinação temporal.

o tempo mais utilizado, seguindo-se o Presente, apesar de menos significativo. Relativamente ao tempo verbal da oração subordinada, observaram-se vários exemplos com complexos verbais, quase todos nas frases com o verbo introdutor *prometer*. No entanto, o tempo verbal mais utilizado na oração encaixada é o Presente do Indicativo, seguindo-se o Pretérito Perfeito, Condicional e Pretérito Imperfeito, por ordem decrescente.

No parâmetro de análise do *corpus* respeitante às relações temporais, os resultados verificados foram os esperados. Tendo em conta o tipo de verbos introdutores selecionados para o trabalho (verbos prospetivos e retrospectivos), aquilo que era esperado era que as relações temporais dominantes fossem de posterioridade e anterioridade, respetivamente. Efetivamente, com os verbos *prometer* e *decidir* a relação de posterioridade é a dominante e com os verbos *lembrar* e *recordar* a relação dominante é a de anterioridade. Porém, também se verificaram relações de sobreposição em alguns casos que, apesar de não constituírem a maioria, têm, ainda assim, um peso significativo. Porém, convém destacar que não foram encontrados exemplos no *corpus* em que os verbos prospetivos manifestassem relações de anterioridade, nem exemplos em que os verbos retrospectivos estabelecessem relações de posterioridade, pelo que, apesar de serem possíveis relações temporais de sobreposição, existem algumas restrições neste campo, provavelmente devido ao valor lexical dos verbos.

Quanto à subordinação temporal, concluímos que existem mais casos neste *corpus* de orações em que há subordinação temporal, embora a diferença entre a presença ou ausência de subordinação temporal não seja significativa.

Conseguimos sistematizar as sequências temporais existentes nas orações do nosso *corpus* e perceber em que sequências temporais está presente e ausente o processo de subordinação temporal. Assim, concluímos que existem sequências de tempos como Pretérito Perfeito seguido de Condicional ou Presente seguido de Presente, em que há claramente a presença de subordinação temporal, mas também que há sequências temporais, como Pretérito Perfeito seguido de Presente ou Pretérito Perfeito seguido de Pretérito Perfeito, que forçam a criação de um novo domínio temporal.

Seria interessante realizar um estudo mais profundo com este tipo de verbos não neutros, alargando o número dos verbos a considerar, assim como a quantidade de dados do

corpus. Temos consciência de que trabalhámos com um corpus relativamente reduzido e de que não podemos fazer muitas generalizações.

REFERÊNCIAS

- Barbosa, P. 2013. Subordinação argumental finita. In Raposo, E. Paiva *et al.* (Orgs.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1821-1897.
- Comrie, B. 1985. *Tense*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Declerck, R. 1991. *Tense in English: Its Structure and Use in Discourse*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Duarte, I. 2003. Subordinação completiva – as orações completivas. In Mateus, M. H. *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 593-652.
- Oliveira, F. 2003. Tempo e aspeto. In Mateus, M.H. *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 127-178.
- Oliveira, F. 2013. Tempo Verbal. In Raposo, E. Paiva *et al.* (Orgs.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 543-547.
- Reichenbach, H. 1947. *Elements of Symbolic Logic*. London: Macmillan.
- Silvano, P. 2003. *Sobre a Semântica da Sequência de Tempos em Português Europeu. Análise das Relações Temporais em Frases Complexas com Completivas*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho.

***DEVER*: MARCADOR MODAL E/OU EVIDENCIAL?**

Rute Rebouças¹⁴

rute.reboucas.10@gmail.com

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. A língua portuguesa marca a evidencialidade através do verbo *dever*, ao contrário de outras línguas. Este artigo concentra-se no estudo desse verbo como marcador modal epistémico e como marcador de evidencialidade, uma vez que estas duas categorias são distintas, embora ainda se assumam na literatura que a evidencialidade é um tipo de modalidade epistémica. Com o objetivo de verificar que estas categorias ocorrem de forma paralela em construções com *dever*, foi feita uma seleção de *corpus* (com exemplos do CETEMPúblico) e, posteriormente, uma análise das amostras (dando maior relevância ao futuro do indicativo e ao condicional), tendo em consideração a literatura estudada e o enquadramento teórico proposto.

PALAVRAS-CHAVE. *Dever*, Leitura Epistémica, Modalidade, Evidencialidade, Condicional, Futuro do Indicativo.

ABSTRACT. The Portuguese language marks evidentiality through the verb *dever*, unlike other languages. This article concentrates on the study of this verb as an epistemic modal marker and as a marker of evidentiality, since these two categories are distinct, although it is still assumed in the literature that evidentiality is a type of epistemic modality. In order to verify that these categories occur in parallel in constructions with the verb *dever*, a selection of examples in a *corpus* (taken from CETEMPúblico) was made and, later, an analysis of the samples (giving greater relevance to the future of the indicative and the conditional) was carried out, taking into account the relevant literature and the theoretical framework adopted.

KEY-WORDS. *Dever*, Epistemic Reading, Modality, Evidentiality, Conditional, Future.

1. Introdução

Este trabalho tem como objetivo central responder às seguintes questões: (1) Tendo em conta os conceitos de evidencialidade e de modalidade, a evidencialidade é uma categoria da modalidade epistémica? (2) O verbo *dever* será um marcador modal ou um marcador evidencial? (3) O condicional e o futuro do indicativo do verbo *dever* interferem na leitura evidencial da frase? Tendo em consideração estas questões-problema, apresentam-se e

¹⁴ Estudante do 1.º ano de Mestrado em Linguística.

analisam-se construções com o verbo *dever*, enquanto verbo auxiliar, procurando perceber se este marca a modalidade epistémica, a evidencialidade, ou ambas as categorias. Ao mesmo tempo, é feita uma explicitação de considerações gerais para descrever o verbo em análise e as categorias em questão.

Na primeira secção, é feita uma descrição do verbo *dever*, sendo também explicitados os tempos verbais que este verbo aceita e as leituras desencadeadas de acordo com as classes aspetuais que o acompanham, tendo em conta autores como Campos (1998), Oliveira (1998, 2000, 2003) e Oliveira & Mendes (2013). Esta primeira secção surge com o intuito de enquadrar e dar relevância a questões acerca do verbo estudado. Já numa segunda parte deste estudo podemos encontrar quatro subdivisões, que contam com diversas considerações acerca da modalidade e da evidencialidade, fundamentadas em trabalhos como os de Haan (1997), Lazard (2001), Lucena-Silva & Nogueira (2017), Saussure (2012), Squartini (2001), Vendrame-Ferrari (2012) e Veters (2012). Discute-se se *dever* é um marcador modal e/ou evidencial, tendo como base teórica propostas de Oliveira (2015), Dendale (1994) e Saussure (2012). A última parte desta segunda secção investiga as construções do verbo *dever* no condicional e no futuro do indicativo, procurando determinar-se quais os tipos de evidencialidade desencadeados. As secções aqui apresentadas são acompanhadas de exemplos, sejam retirados da literatura considerada, sejam retirados do *corpus* selecionado, com vista a fornecer uma melhor explicitação dos conteúdos teóricos.

Posteriormente, já numa terceira fase, é exposta a metodologia usada e, tendo em conta os seus pressupostos, são analisados os dados, com a finalidade de verificar o que foi mencionado anteriormente na bibliografia e de observar os diferentes contextos de ocorrência de *dever*. Numa última secção deste trabalho, serão apresentadas algumas considerações finais retiradas desta análise, baseadas sobretudo na fundamentação teórica adotada e, também, nos resultados obtidos a partir do estudo do *corpus* selecionado; são igualmente apontadas algumas considerações futuras.

2. Algumas considerações gerais

De acordo com Oliveira (2003:247), “os verbos modais *dever*, *poder* e *ter de* constroem--se com outros verbos no Infinitivo”, ao contrário do que sucede noutras línguas, e

podem ocorrer em construções com outros verbos modais¹⁵, visto que apresentam flexão (cf.¹⁶ Ele deve poder chegar amanhã.; Ele pode ter de chegar amanhã.). Porém, o modal *dever* não funciona no pretérito perfeito do indicativo e raramente aparece no futuro do conjuntivo, e, por isso, nestes casos este verbo é substituído por *ter de* no seu valor deôntico.

De facto, os verbos modais, segundo a autora acima referida, são normalmente considerados verbos auxiliares; contudo, em português, esta questão não é simples, uma vez que se trata de verbos que apresentam dupla função. Isto é, os verbos modais podem, por um lado, “formar um predicado complexo verbal com o verbo da frase encaixada” (2003:247), comportando-se, desta forma, como verbos não auxiliares (visto que o clítico é mantido na frase em que é gerado e a negação é possível). Pelo contrário, podem comportar--se como auxiliares, uma vez que o clítico se ancora ao primeiro verbo. No entanto, conforme Campos (1998), considerar *dever* e *poder* como sendo verbos auxiliares ou não irá depender “da definição que for aceite para o conceito de auxiliar” (1998:71). Esta autora avança com uma alternativa para essa questão, baseada em Lobato (1975) e em Pinkster (1987), afirmando que um verbo somente “passa a auxiliar quando deixa de ter uma estrutura argumental própria” (1998:71), ou seja, quando este passa a fazer parte de um complexo verbal, deixando de poder “impor restrições de seleção” (1998:71). Campos (1998) conclui, ainda, tendo em conta as propriedades sintáticas dos verbos *dever* e *poder*, que estes apenas surgem como auxiliares quando lhes é atribuído um valor epistémico. Ainda assim, Oliveira (2003) afirma que, de acordo com Gonçalves (1992), os verbos em questão são “um tipo especial de semiauxiliares na medida em que apresentam um comportamento duplo (...); por um lado, são verbos que podem formar um predicado complexo verbal com o verbo da frase encaixada, comportando-se como não auxiliares, pois o clítico é mantido na frase em que é gerado (...); por outro lado, comportam-se como auxiliares em construções em que o clítico sobe para a esquerda do primeiro verbo.”

Quanto ao tipo de modalidade, Oliveira (2003) relaciona o verbo *poder* com a possibilidade e o verbo *dever* com a necessidade, quando trata da modalidade “externa ao participante”; contudo, adotando a proposta de Oliveira (1988), neste trabalho teremos em

¹⁵ Contudo, de acordo com Oliveira (2003:247), a coocorrência destes modais está “sujeita a restrições, uma vez que o primeiro deles deve ter uma interpretação epistémica”.

¹⁶ Exemplos retirados de Oliveira (2003:247).

consideração que estes verbos (*poder* e *dever*) apenas podem ser relacionados a “possibilidade” e que, intuitivamente, enquanto falantes, sabemos que o verbo *dever* é mais forte que o verbo *poder*, daí a aceitabilidade dos seguintes exemplos¹⁷:

- (1) Não só **pode** como **deve** estar em casa.
- (2) Não só **podes** como **deves** ler esse livro.

De facto, não podemos interpretar o exemplo (1) como “certeza” nem o exemplo (2) como “obrigação”, mesmo que haja essa proximidade. De facto, este verbo não pode, de forma alguma, ser sinónimo de obrigação, pois, para essa interpretação, usamos o modal *ter de*. Vejamos os exemplos, nos quais podemos opor (3) e (4), tendo em conta a obrigação fraca e a obrigação forte, respetivamente:

- (3) **Deves** estudar.
- (4) **Tens de** estudar.

O exemplo (3) permite a leitura “podes não estudar” (cf. (3’)), ao contrário do exemplo (4), em que está explícita a obrigatoriedade de “estudar”, desencadeando a leitura “não podes não estudar” (cf. (4’) e (4’’)):

- (3’) **Deves** estudar, mas *podes não* o fazer.
- (4’) **Tens de** estudar, ou seja, *não podes não* estudar.
- (4’’) **Tens de** estudar, isto é, *não podes deixar de* estudar.

2.1. Tempos Verbais

De acordo com Oliveira & Mendes (2013), *dever*, na sua aceção modal, constrói-se seguido de outro verbo no infinitivo (cf. (5)), não devendo, por este motivo, ser confundido com o verbo pleno transitivo *dever* (cf. (6)). O verbo *dever*, enquanto modal, pode ocorrer com seis tempos (modos) verbais (cf. (7)): presente do indicativo e do conjuntivo, imperfeito do indicativo e do conjuntivo, futuro e condicional. Porém, este verbo não funciona no pretérito perfeito do indicativo¹⁸ (cf. (8a)) e dificilmente ocorre no futuro do conjuntivo (cf.

¹⁷ Exemplos adaptados de Oliveira (1988:188).

¹⁸ No corpus são encontradas três ocorrências, porém, como podemos ver a seguir, o pretérito perfeito é usado no lugar de *devido a*: “Fonte ligada à administração da Marconi afirmou que o negócio se **deveu** a um

(8b)), sendo “nesses casos substituído por *ter (de)*, em particular no seu valor deôntico de obrigação” (2013:637) (cf. (8b1)) e raramente surge nos tempos compostos (cf. (8c)).

(5) Os bilhetes custam 80000 para crianças e portadores de cartão jovem ou de sindicatos artísticos; os restantes **devem pagar** 1.80000. (*par=ext34996-clt-93a-3*)

(6) Ele **deve** 1.80000 ao irmão.

(7) a. Ele **deve** ter ficado em casa a ver pela televisão. (*par=ext42394-pol-93a-2*) (Presente do Indicativo)

b. Ele **devia** ter ficado em casa a ver pela televisão. (Pretérito Imperfeito do Indicativo)

c. Receio que ele **deva** ficar em casa a ver pela televisão. (Presente do Conjuntivo)

d. Receei que ele **devesse** ficar em casa a ver pela televisão. (Pretérito Imperfeito do Conjuntivo)

e. Ele **deverá** ficar em casa a ver pela televisão. (Futuro do Indicativo)

f. Ele **deveria** ficar em casa a ver pela televisão. (Condicional)

(8) a. *Ele **deveu** ficar em casa a ver pela televisão. (Pretérito Perfeito do Indicativo)

b. *Quando ele **dever** ver o jogo, vê pela televisão. (Futuro do Conjuntivo)

b.1. Quando ele **tiver de** ver o jogo, vê pela televisão. (Futuro do Conjuntivo – Construção *ter de*)

c. *Ele **tinha devido** ficar em casa a ver pela televisão. (Tempos Compostos)

Com efeito, apesar de este verbo não aceitar muitos dos tempos verbais, como vimos acima, ainda admite a construção *dever* seguido de outro verbo no infinitivo composto (cf. (9)). Além disso, o verbo em questão, segundo Oliveira & Mendes (2013:638), varia entre uma leitura externa ao participante (cf. (10)), deôntica (cf. (11)) e epistémica (cf. (12)), dependendo das circunstâncias.

(9) a. Altman **devia ter comido** os espinafres de Popeye antes de se lançar à tarefa. (*par=ext1189802-soc-91b-1*)

b. Suponho que Altman **devesse ter comido** os espinafres.

(10) Para ir para a Baixa, **deve** seguir a linha azul do metro.¹⁹

aconselhamento feito por uma corretora portuguesa.” *par=ext543815-eco-95a-2*; “Interrogado por jornalistas sobre o significado da presença de José de Almeida, Melo Bento, líder-fundador do partido, lembrou que foi a ele que se **deveu** no fundo a questão a conquista da Autonomia depois de 1975.” *par=ext638728-pol-92a-1*; José Manuel Silva, presidente do conselho administrativo, diz que o problema surgido com o curso se **deveu** a «um lapso» da direção anterior da escola (...). *par=ext1205380-soc-93a-1*

¹⁹ Exemplo retirado de Oliveira & Mendes (2013:638).

- (11) É aconselhável lavar com palha-de-aço e não **deve ir** à máquina de lavar.
(*par=ext100546-nd-95b-1*)
- (12) No exterior **deve chover**. (*par=ext63635-nd-91b-1*)

2.2. O verbo *dever*, as classes aspetuais e as respetivas leituras

O modal *dever* desencadeia a leitura deôntica e/ou leitura epistémica ou até mesmo ambas as leituras, tendo em conta os contextos distintos em que pode surgir, de acordo com as classes aspetuais. Tipicamente, a leitura deôntica só se dá com eventos e com estados faseáveis (cf. (14)-(19)). Já a leitura epistémica é desencadeada com todas as classes aspetuais (cf. (13)-(20)²⁰). Note-se que estados não faseáveis como “ser alto” somente admitem leitura epistémica, como observámos em (13). Quanto ao exemplo (20), perante um processo como “chover”, uma leitura deôntica é impossível, sendo, por esse motivo, apenas desencadeada uma leitura epistémica. No entanto, enfatiza-se que são outros fatores, não necessariamente aspetuais, como é o caso da não agentividade, que estão na base dessa impossibilidade.

- (13) O João **deve** ser alto. (epistémica)
- (14) O João **deve** viver no Porto. (epistémica, ?deôntica)
- (15) O João **deve** ser simpático. (epistémica, deôntica)
- (16) O João **deve** fazer o trabalho até às duas horas. (deôntica, epistémica)
- (17) O João **deve** estudar. (deôntica, ?epistémica)
- (18) O João **deve** beber muita água. (deôntica, epistémica)
- (19) O João **deve** ganhar a maratona. (epistémica, deôntica)
- (20) **Deve chover** e fazer frio, esta noite em Lisboa. (*par=ext261670-des-94a-3*)
(epistémica)

3. Considerações acerca da modalidade epistémica, da evidencialidade e da relação de ambas com *dever*

3.1. Modalidade

De acordo com Oliveira (2003), a modalidade é, do ponto de vista linguístico, a gramaticalização de atitudes dos falantes. A modalidade manifesta-se em cinco domínios

²⁰ Exemplos baseados em Oliveira & Mendes (2013).

semânticos. São eles: o domínio *epistémico*, relacionado com a crença do falante ou da entidade denotada relativamente à verdade da frase; o domínio *interno ao participante*, que se prende com capacidades ou necessidades próprias de um dos participantes na situação; o domínio *deôntico*, que veicula valores de permissão ou de obrigação; o domínio *externo ao participante*, em que a possibilidade ou necessidade são estabelecidas por fatores independentes dos participantes, e o domínio *desiderativo*, associado ao desejo e à volição (Oliveira & Mendes, 2013).

3.1.1. Modalidade epistémica

Tendo em conta a finalidade deste trabalho, cabe-nos apenas estudar a modalidade epistémica, uma vez que, como anteriormente explicitado, se baseia na crença acerca da verdade da frase (Oliveira & Mendes, 2013). Oliveira (2003) afirma que este tipo de modalidade está relacionado com o domínio da incerteza e da probabilidade que, segundo Haan (1997), avalia o compromisso do falante para com a proposição. Aikenvald (2015) acrescenta que a modalidade epistémica pode desenvolver conotações de informações não-primárias.

Efetivamente, a modalidade epistémica “marks the speaker's degree of certainty or the necessity of the truth of the proposition” (Faller (2011) in Oliveira (2015)).

3.2. Evidencialidade

A evidencialidade é definida como uma categoria linguística indicadora de fonte de informação (Aikhenvald, 2005; Vendrame-Ferrari, 2012:100), ou de modo de obtenção da informação (Lucena-Silva & Nogueira, 2017:131), assegurando, conforme Haan (1997), a natureza das evidências para a informação das frases, estando, assim, a sua marcação associada à fonte de informação (Vetters, 2012).

Com efeito, consoante Lazard (2001:360), os significados evidenciais surgem ancorados a expressões do tipo: “parece que”, “como eu vi”, “como eu ouvi”, “como é dito”, “alegadamente”, estando estas expressões presentes no léxico de certas línguas, como sucede com o Português ou o Francês, dado que a evidencialidade neste tipo de línguas não é marcada gramaticalmente. Pelo contrário, existem línguas que marcam a evidencialidade

através de morfemas específicos, como o Hixkaryana, o Coos (Haan, 1997) e o Lillooet (Matthewson, Davis & Rullmann, s/d).

Aikhenvald (2005:239) afirma que a evidencialidade é uma expressão gramatical que fornece informação normalmente expressa por uma condição, estando a sua marcação associada ao verbo. A evidencialidade pode ser expressa de forma autónoma ou pode ocorrer com outra categoria gramatical, incluindo aspeto, tempo verbal ou modo, quando estamos perante verbos, ou distância espacial e topicalização, quando estamos perante sintagmas nominais²¹. Na verdade, a essência da evidencialidade ou a marcação gramatical da fonte de informação está relacionada, de acordo com Aikhenvald (2015), com o facto de todas as línguas terem uma forma de dizer o que se pensa e uma forma de dizer acerca do que se sabe, existindo, assim, em algumas línguas, mecanismos para especificar a fonte em que a informação é baseada, em particular se o falante viu o evento; se o falante ouviu algo acerca do evento; se o falante fez uma inferência sobre o evento; se o falante inferiu algo com base no que soube através do que outro lhe contou acerca do evento. A evidencialidade pode subdividir-se em diferentes tipos; todavia, como as propostas divergem entre si, aqui são apresentadas três tipologias aproximadas, mas com divisões distintas, baseadas em Squartini (2011), Vetters (2012) e Aikhenvald (2015). As propostas de Squartini (2011) e Vetters (2012) aproximam-se, uma vez que ambas propõem três categorias principais dentro da evidencialidade: sensorial (ou conhecimento direto), inferência e relato. Contudo, Vetters (2012) acrescenta à tipologia de Squartini (2011) uma subdivisão na categoria sensorial – visual e não visual – e na categoria de inferência – a partir de um resultado e a partir de um resultado abduativo²². Ao contrário das tipologias acima mencionadas, a autora Aikhenvald (2015) apresenta seis tipos de evidencialidade: visual (cf. (21)); sensorial (“sensory”), que está ligada aos outros quatro sentidos: audição (cf. (22)), olfato, tato e paladar; inferência (“inference”), na qual a evidência e a conclusão são visíveis (cf. (23)); suposição (“assumption”), que ao contrário da inferência, não apresenta evidências nem conclusões

²¹ Versão original: “Evidentiality can be expressed autonomously, or be fused with another grammatical category, including aspect, tense, or mood for verbs, or spatial distance and topicality for noun phrases” (Aikhenvald, 2005:239).

²² O resultado abduativo relaciona-se com a escolha da melhor hipótese, em função dos dados: A Maria não está a trabalhar, deve estar doente (adaptado de Vetters).

visíveis (cf. (24)); relato (“reported”), não havendo referência à fonte (cf. (25)); e citação (“quotative”), onde existe referência à fonte (cf. (26)).

- (21) Vi o Presidente da República no parque da cidade do Porto.
- (22) Ouvi a bola partir o vidro da sala de aula.
- (23) A luz do quarto da Maria está acesa. Ela está em casa.
- (24) Suponho que a Maria esteja em casa.
- (25) Pelo que dizem, o Presidente da República deve estar no parque da cidade.
- (26) O Público mencionou hoje que o Presidente da República esteve no parque da cidade todo o dia.

Além disto, e tendo em conta as línguas que marcam ou não gramaticalmente o fenómeno da evidencialidade, em 1997, Haan propõe uma divisão em dois tipos: tipo I, que engloba as línguas que não marcam gramaticalmente a evidencialidade, como o Português ou o Francês; e tipo II, que aglomera línguas como o Hixkaryana e o Coos, que marcam a evidencialidade através de afixos e morfemas. A língua Hixkaryana tem um morfema para o relato (*tʃ*) e um para denotar inferência (*mʃ*). Já o Coos apresenta apenas, segundo Haan (1997), o morfema *cku* para denotar inferência. Pelo contrário, como já foi mencionado, as línguas de tipo I marcam a evidencialidade por meio de locuções prepositivas e de itens lexicais, como advérbios e verbos, sendo os verbos a forma mais comum de expressão de evidencialidade, como é o caso do verbo que aqui está a ser estudado (Vendrame-Ferrari, 2012).

3.3. Modalidade epistémica vs evidencialidade

Segundo Haan (1997:1), a evidencialidade e a modalidade epistémica diferem semanticamente, na medida em que, enquanto a evidencialidade assegura a natureza das evidências para a informação contida nas frases, a modalidade epistémica avalia o compromisso do falante para com a declaração. A evidencialidade liga-se à fonte de informação do enunciado do falante; já a modalidade epistémica preocupa-se com o grau de compromisso por parte do falante em relação ao enunciado. Porém, a evidencialidade não é uma subcategoria da modalidade epistémica, sendo, por isso, encaradas como duas categorias

distintas. Efetivamente, a modalidade epistêmica e a evidencialidade são disjuntas, uma vez que são de natureza diferente, sendo também consideradas como irredutíveis, conforme Saussure (2012:131).

Para Veters (2012:32), a modalidade e a evidencialidade são categorias que expressam, tanto na cognição humana como na comunicação, funções universais. Estas categorias podem ser expressas de três formas diferentes: através de elementos gramaticais; através de elementos lexicais ou através de elementos portadores de significado diferente, mas que exprimem modalidade ou evidencialidade. Com base em autores como Willet (1988) e Dendale & Tasmowshi (2001), e tendo em consideração que a evidencialidade diz respeito à marcação da fonte de informação, ao propor uma subclassificação no interior da categoria da evidencialidade, Veters divide-a em três tipos. O primeiro tipo diz respeito ao conhecimento direto, ao qual estão associados o conhecimento visual e o conhecimento físico não visual. Já o segundo tipo relaciona-se com a inferência, que, por sua vez, se divide em inferência a partir de um resultado e em inferência por raciocínio abduutivo. O terceiro tipo engloba a informação relatada e o “hearsay”. O autor acrescenta ainda que é possível verificar diferenças no tratamento da modalidade e da evidencialidade. Na língua francesa e nas línguas genética e geograficamente vizinhas (como o português), a noção de modalidade e a sua gramaticalização são aceites há muito tempo. Pelo contrário, a evidencialidade é uma noção relativamente recente em linguística. Contudo, o autor (2012:33), após estudar este novo termo, verifica que uma frase tradicionalmente analisada como epistêmica, é claramente o resultado de uma inferência que tem na sua base um conhecimento por raciocínio abduutivo (cf. (27) a (29)).

(27) A Maria não está aqui, **deve** estar doente.

(28) As luzes do quarto da Rita estão desligadas, **deve** ter saído.

(29) O Rui está no hospital, a sua mãe **deve** ter piorado.

Por outro lado, Veters (2012:34) apresenta uma outra hipótese relacionada com o tempo verbal condicional (ver 4.1.1), que, segundo o autor, também apresenta marcas de evidencialidade, visto que este tempo fornece informações relacionadas com o terceiro tipo de evidencialidade apresentado acima, embora veicule também informação inferencial. Ou seja,

o condicional assinala uma informação transmitida por um falante que a encara como incerta (cf. (30)), ao contrário do que podemos ver na frase presente em (32)²³, onde o falante se responsabiliza pela informação, uma vez que esta se apresenta no pretérito perfeito do indicativo. O que se passa com o condicional também sucede com o futuro do indicativo.

- (30) O presidente da junta de freguesia **teria renunciado**, caso o caso não fosse resolvido.
- (31) O presidente da junta de freguesia **terá renunciado**.
- (32) O presidente da junta de freguesia **renunciou**.

De facto, a modalidade epistémica é uma área na qual os valores modal e evidencial se sobrepõem. A modalidade e a evidência inferencial estão aqui intimamente relacionadas como dois lados da mesma moeda, afirma Vetters (2012:42). Por outras palavras, quando um falante decide modular a suposição da sua afirmação por conhecimento direto, enuncia um operador modal incerto de raciocínio inferencial. Pelo contrário, uma inferência abduativa nunca produzirá um certo resultado e resultará, quase sempre, num julgamento de incerteza. Os enunciados epistémicos têm a particularidade de que a modalidade e a evidencialidade inferencial estão intrinsecamente ligadas: a abdução e a incerteza epistémica andam de mãos dadas²⁴.

Neste sentido, Squartini (2001:303), com base em Botne (1997), apresenta um sistema de categorização em que estão presentes conceitos ligados à modalidade e à evidencialidade. Neste sistema estão presentes dois níveis de fonte de informação: o do próprio falante (*self*) e o de outros falantes (*other*); três tipos de evidencialidade: sensorial (*sensory*), inferencial (*inference*) e relato (*report*)²⁵, e também dois tipos de modalidade: a modalidade de convicção e a modalidade de validade (Quadro 1). A isto, é acrescentado que nenhum destes fatores se assume como um princípio organizador do espaço semântico evidencial. Neste estudo apenas irão ser considerados os últimos dois tipos de evidencialidade propostos por Squartini (2001) e por Vetters (2012), uma vez que as amostras analisadas são retiradas de um *corpus*

²³ Adaptado de Vetters (2012).

²⁴ “Les énoncés épistémiques ont la particularité que modalité et évidentialité inférentielle y sont intrinsèquement liées : l’abduction et l’incertitude épistémique vont de pair.” (Vetters, 2012:45).

²⁵ É de salientar que estes tipos de evidencialidade propostos por Squartini, também o são por Vetters, embora usem diferentes códigos de descrição.

fundamentalmente jornalístico, deixando de parte os tipos de modalidade apresentados por Squartini e o tipo sensorial (conhecimento direto através dos sentidos).

Fonte de Informação	Tipos de Evidencialidade	Tipo de Modalidade
Própria	Sensorial	Convicção
Outro (falante)	Inferência	Validação
	Relato	

Quadro 1. Tipos de Evidencialidade, Modalidade e a Fonte de Informação

3.4. O verbo *dever*: marcador evidencial ou modal?

De acordo com Oliveira (2015), as diversas interpretações dos verbos modais dependem do contexto de ocorrência, uma vez que estes verbos têm a característica de possuir um significado relativamente impreciso ou indeterminado. Esta imprecisão leva a autora a afirmar que o significado dos verbos modais é potencial. A autora em questão (2015: 93) afasta os verbos *poder* e *dever*, uma vez que, enquanto *poder* apresenta uma possibilidade de existirem outras alternativas além da premissa escolhida, *dever* assinala, no processo de inferência, que, entre as alternativas existentes, apenas uma premissa é selecionada, mesmo que seja temporariamente.

Na verdade, um verbo como o verbo modal *dever* pode desencadear uma leitura deôntica (cf. (33)), baseada em regras ou regulamentos, ou uma leitura epistémica (cf. (34))²⁶, na qual existe um processo de inferência, associado ao conhecimento ou a crenças.

- (33) a. Eu **devo** entrar na sala de aula. (≡ Tenho de entrar na sala de aula.)
 b. Do concurso nacional faz parte ainda o contingente especial de vagas, onde as escolas **deverão** respeitar a percentagem ministerialmente fixada. (par=ext91716-clt-soc-95a-1)
 c. Todos os habitantes que desejem abandonar Dubrovnik **deverão** dirigir-se às instalações locais da Cruz Vermelha até ao meio-dia de hoje. (par=ext477393-pol-91b-2)
- (34) a. A aula deve ter durado duas horas.

²⁶ Adaptados de Oliveira (2015)

b. João Paulo II **deverá** permanecer hospitalizado mais 10 dias para depois continuar a sua reabilitação no Vaticano ou na residência papal de Verão em Castelgandolfo, no sul de Roma.²⁷ (*par=ext1550015-soc-94a-1*)

c. António Marques, o proprietário do terreno afetado, **deverá** recorrer desta decisão. (*par=ext1501948-soc-95b-1*)

Tendo em conta que este estudo se foca fundamentalmente na leitura epistémica, é importante referir que, segundo Oliveira (2015), a contribuição do modal *dever* na sua interpretação epistémica consiste em afirmar que a proposição foi inferida. Isto é, a proposição que conta com o verbo em causa, quando desencadeia uma leitura epistémica, não é conhecida ou não faz parte do conhecimento do falante. Oliveira (2015) acrescenta ainda que este tipo de leitura gera uma conclusão de uma evidência que é parte do contexto, mas é raro desencadear uma leitura dedutiva lógica visto que o que é mais comum é uma operação de dedução do senso comum, à exceção do discurso ligado à lógica ou à matemática.

Considerando os três critérios propostos por Oliveira (2015)²⁸, baseados em Dendale (1994), podemos ver que em (35) a ocorrência de *dever* pode levar a uma observação subjacente, tal como “Ela está muito pálida.” ou a uma mera informação, como, por exemplo: “Ela não está a trabalhar”.

(35) A Maria **deve** estar doente.²⁹

Na verdade, ainda existe uma outra premissa possível, na qual está explícita uma generalização e, conseqüentemente, uma relação de implicação. Isto é, de acordo com as possibilidades de proposições acima mencionadas, poderemos generalizar da seguinte forma: “Se alguém está pálido, então deve estar doente.” ou “A Maria está sempre a trabalhar. Se ela não está, deve haver uma razão muito forte: ela deve estar doente”. Podemos, ainda, de facto, associar a “deve estar doente” a proposição “está doente”, mesmo que estas ocorram em situações dissemelhantes, uma vez que, na primeira, devido à utilização do verbo modal *dever*, não existe certeza, ao contrário da segunda expressão, pois o verbo *estar* encontra-se

²⁷ Descartando a hipótese de que João Paulo II foi obrigado pelos médicos a permanecer hospitalizado.

²⁸ 1. Produzir ou ativar uma série de premissas em função da situação extralinguística; 2. Inferir das premissas uma ou mais conclusões possíveis; 3. Avaliar as conclusões.

²⁹ Adaptado de Oliveira (2015): “Rita doit être malade.”

no presente do indicativo, desencadeando, desta forma, certeza em relação à proposição “estar doente”. Contudo, se estivermos numa situação em que o sujeito, neste caso, a Maria, esteja internada no hospital, não faz sentido afirmar “A Maria deve estar doente.” (cf. (36)).

(36) A Maria está internada no hospital. Acabei de a visitar. #Deve estar doente.

De facto, o exemplo (36), por um lado, confirma o carácter inferencial manifestado pelo verbo *dever*, mas também mostra que, em línguas como o português, a leitura evidencial não deve ser confundida com o que se passa noutras línguas, nas quais, muitas vezes, este efeito está marcado em morfemas específicos (Oliveira, 2015:91). Na língua portuguesa, a evidencialidade abrange informações diversas, tais como o que foi dito ao falante, o que este experimentou, as especulações, ou, muitas vezes, liga-se a evidências visuais ou físicas não visuais, como já foi argumentado anteriormente.

Oliveira (2015:94) salienta que, em português, o uso do *dever* epistémico assinala principalmente algo como uma operação de criação de informação, na qual existem diferentes tipos de operações e diversos tipos de situações e de conhecimento genérico envolvidos. Este conhecimento, que, por norma, é quase sempre de natureza distinta, ativa, de certa forma, esta operação que, frequentemente, tem diferentes valores e significados. No artigo aqui já mencionado, a autora (2015: 95) argumenta que “c'est surtout dans des contextes construits avec des états, simples ou dérivés qu'on trouve de l'inférence”, isto é, perante estados, o verbo *dever* pode estar presente em construções com significado lexical (cf. (37)), em construções progressivas (cf. (38)) e em frases de tipo habitual (cf. (39)).

(37) A Maria **deve** estar cansada.

(38) A Maria **deve** estar a almoçar.

(39) A Maria **deve** caminhar todos os dias para estar tão magra.

Segundo Dendale (1994), que estuda o verbo *devoir*, o seu papel é o de indicar que a afirmação realizada pelos falantes é inferida e diz respeito ao conhecimento indireto que deriva do raciocínio lógico. As afirmações que contêm o *dever* epistémico modal são dadas como menos fundamentadas do que aquelas que introduzem um verbo com valor de certeza ou até mesmo um nome. Vários conceitos são utilizados para descrever o lado evidencial do

verbo *dever*: inferência, suposição, processo de raciocínio, relação lógica entre premissas e conclusões, conclusão. O autor (1994) propõe uma divisão entre os valores que este verbo pode apresentar: valor evidencial, que é o valor base, e valor modal, que é o valor secundário. O valor evidencial de *dever* é único e estável, ao contrário do valor modal de *dever* que é considerado como um valor plural e variável.

O valor modal de *dever* está sujeito a variações. Isto é, o valor modal pode levar a três interpretações possíveis, não existindo apenas o valor de probabilidade. O valor modal pode exprimir uma necessidade, uma verdade analítica (quase certeza) ou, como já foi dito, a probabilidade, seja qual for o conhecimento ou crença do falante. O valor modal atribuído ao verbo *dever* é diretamente determinado pelo seu valor probatório, isto é, pela operação de criação de informações subjacente ao verbo em questão. Considerem--se os seguintes exemplos:

- (40) a. A Maria parece mal.
b. Ela **deve** estar doente.
- (41) a. O carro do meu pai está lá fora.
b. Ele **deve** estar em casa.

O exemplo (40b) aparece como uma conclusão à premissa (40a), havendo uma outra premissa implícita que afirma que “Se uma pessoa parecer mal, então é porque está doente”. Porém, a conclusão (40b) não é a única que pode ser retirada, mas sim constitui-se apenas como uma possibilidade entre outras, tais como “A Maria deve ter passado mal a noite.” Isto leva-nos a pensar que existem várias e distintas conclusões para a premissa (40b). O verbo *dever* deve apenas, de entre muitas conclusões possíveis que foram obtidas com o mesmo índice situacional, após avaliação, reter uma. O mesmo se passa com o exemplo (41), isto é, a afirmação (41b) é ativada pela premissa (41a) como uma conclusão possível, uma vez que a frase em questão permite as seguintes inferências: “Se o carro do meu pai não está lá fora, ele saiu.” ou “O carro do meu pai está lá fora, ele está em casa.”. Porém, existem outras conclusões plausíveis para esta premissa, como por exemplo: “O meu pai pode ter saído noutro meio de transporte, que não seja o seu carro” ou “O meu pai estacionou o carro num local que não é visto por mim”.

Os exemplos acima permitem, segundo os dados expostos por Dendale (1994:27), descrever a operação mental criada pelo verbo *dever*, que consiste em: gerar ou ativar uma série de premissas, consoante a situação extralinguística; inferir dessas premissas uma conclusão possível; e, por fim, avaliar as conclusões tiradas. O falante, ao selecionar uma conclusão, está a escolher aquela que lhe parece mais correta, rejeitando todas as outras conclusões inferidas.

É de destacar que o tipo de inferência subjacente afeta a atribuição de um valor modal a este verbo. Existem, de acordo com Dendale (1994:35), três tipos de inferência: inferência dedutiva, inferência de cálculo e inferência indutiva. A primeira concentra-se no facto de as conclusões serem logicamente necessárias, isto é, se as premissas são verdadeiras, a conclusão necessariamente também o é³⁰. Na segunda, a inferência de cálculo, tal como a dedutiva, oferece garantias quanto à escolha das premissas e, conseqüentemente, da conclusão, visto que, se as premissas são certas, as conclusões também o serão e, como são premissas quantificadas, são, assim, mais facilmente verificáveis como informação avaliativa ou futura. No entanto, Dendale (1994: 36) acrescenta que “toute la marge d'erreur d'un inférence de type calcul tient justement à l'exactitude des premisses”. Quanto à inferência indutiva, esta, ao contrário da dedutiva, dá poucas certezas quanto à transferência da veracidade das premissas para a conclusão, uma vez que este tipo de inferência consiste em generalizar a verdade de um caso particular para a totalidade das ocorrências de uma dada situação. É possível verificar que a incerteza aumenta consoante as inferências, isto é, a inferência dedutiva é aquela que apresenta maior grau de certeza, ao contrário da indutiva, que generaliza todos os casos que são apresentados a partir de uma só ocorrência. Com isto, o valor modal também será determinado consoante o tipo de inferência implementada.

Por outro lado, *dever*, quando assume o ponto de vista evidencial, é marcado através de afirmações ditas por outros (relato) ou através de advérbios tais como “aparentemente” ou expressões do género de “pelo que parece”, que funcionam como marcadores de reconhecimento. Os verbos de atitude proposicional *crer* e *acreditar*, em construções completivas e na primeira pessoa do singular (*creio que* e *acredito que*), contribuem para o

³⁰ Característica do raciocínio lógico – transferir a veracidade das premissas para a conclusão.

valor evidencial de *dever*, visto que indicam que as informações dadas pelo falante são diretamente retiradas do seu conhecimento ou daquilo em que acredita (das suas crenças).

O falante usa o verbo *dever*, conforme Dendale (1994:35), porque teve de fazer uma inferência de premissas, uma vez que sabe que a conclusão pode não ser a correta. Segundo Saussure (2012:137), como o valor epistémico é derivado pragmaticamente, o valor evidencial da inferência é gerado de uma forma automaticamente conjunta, ou seja, não há um *dever* epistémico explicável sem evidência de inferência prévia. Isto leva-nos a pensar que há, assim, um valor hipotético quando o verbo *dever* seleciona a modalidade epistémica; dito de outra forma, se considerarmos algo como verdadeiro, isso será verdadeiro por dedução. O verbo *dever* comunica ao mesmo tempo com o valor epistémico e com o valor evidencial, o que conduz à dedução, dado que os valores evidenciais e modais combinados têm a função final de transmitir algo sobre a qualidade epistémica, ou seja, estão relacionados com a credibilidade da informação fornecida (certeza, objetividade).

3.4.1. O condicional, o futuro do indicativo e a evidencialidade de *dever*

De acordo com Squartini (2001), nas línguas românicas, tais como o Português, o Espanhol e o Francês, o condicional e o futuro podem ocorrer de distintas formas e em diferentes frases, desencadeando leituras inferenciais ou leituras associadas ao relato.

De facto, na língua portuguesa, tal como em Espanhol, o condicional pode ocorrer como forma de relato de fonte externa e como forma de inferência em contextos do passado. Porém, o relato não ocorre apenas com o condicional, uma vez que também aparece em construções com o futuro do indicativo. Segundo o autor acima mencionado (2001:319), estas construções são exclusivas das línguas românicas. O futuro do indicativo, de acordo com Aikenvald (2015), desencadeia uma leitura na qual existe descrição de algo que o falante não testemunhou pessoalmente e de que pode falar apenas com base em palpites e suposições (inferências). Por esse motivo, este tempo verbal, na língua portuguesa, pode desencadear construções inferenciais, além do relato. No entanto, em determinados contextos, há sobreposição dos dois tipos de evidencialidade.

Estes dois tempos verbais podem ainda surgir em construções de interrogativas diretas. Nestes casos, a leitura desencadeada pode dividir-se entre deôntica e epistémica, porque, por

norma, o futuro leva mais facilmente a uma interpretação de obrigação do que a uma leitura de incerteza. Por outro lado, no português ainda é possível que a evidencialidade esteja presente através da transposição para o passado, o que, no que diz respeito ao tempo presente, é expresso por um futuro inferencial.

Squartini (2001:320), baseado em Mourin (1959), considera que a distinção entre o condicional e o futuro do indicativo, neste caso, está ligada à factualidade da situação, visto que o futuro do indicativo é usado pelo falante para exprimir eventualidades mais certas do que o condicional.

4. Metodologia

Tomando como ponto de partida questões teóricas propostas por diversos autores, tais como Campos (1998), Dendale (1994), Haan (1997), Oliveira (1998, 2000, 2003, 2015), Oliveira & Mendes (2013), Saussure (2012), Squartini (2001) e Vettters (2012), foram recolhidas do CETEMPúblico trezentas amostras aleatórias do verbo *dever* em todos os tempos e modos que aceita, trezentas amostras de *dever* no condicional e, por fim, trezentas amostras no futuro do indicativo.

Todavia, além da recolha acima mencionada, também foi necessário recolher outras amostras aleatórias, no mesmo *corpus*, com a finalidade de acompanhar a base teórica exposta na parte inicial do presente trabalho, e, ainda, criar exemplos adaptados a certas situações e contextos referidos na literatura, uma vez que o *corpus* selecionado é constituído por textos de índole meramente jornalística.

5. Análise dos dados

5.1. *Dever*: marcador modal ou evidencial?

5.1.1. Modalidade

Como acima descrito, Dendale (1994), que estuda o verbo *devoir*, afirma que *dever*, enquanto portador de informação modal, está sujeito a variações, apresentando, desta forma, três valores possíveis – necessidade (cf. (42)), verdade analítica ou quase certeza (cf. (43)) e probabilidade (cf. (44)).

- (42) a. Este triângulo **deve** ser equilátero, uma vez que apresenta todos os lados iguais³¹ (Necessidade)
- b. Esta bola **deverá** ser de beisebol, pois apresenta um peso entre 142g e 149g³² . (Necessidade)
- (43) a. Mais tarde, a serem dobrados, estes canais **deverão** surgir em língua portuguesa. (*par=ext451035-eco-95b-2*) (Quase certeza)
- b. Finalmente, o próprio João Mota **deverá** dar o seu próprio contributo no distrito do Porto. (*par=ext250453-pol-93a-1*) (Quase certeza)³³
- (44) a. Entre estes **deveria** estar Ludmila Tokova -- uma amiga de Valentina Tereshkova -- e o marido, que ocuparia o cargo de comandante. (*par=ext283995-clt-soc-92b-1*) (Probabilidade)
- b. Ao que o Público apurou, o nome coincide com o da pessoa que mais tarde veio a ser detida pela PJ, uma jovem cuja idade **deverá** rondar os 18 anos, residente em Gouveia, e que é filha de uma mulher com quem o pai da criança manteria uma relação amorosa. (*par=ext275612-soc-98a-2*) (Probabilidade)

5.1.2. Evidencialidade

A evidencialidade de *dever* pode manifestar-se de diversas formas quando este verbo surge no condicional ou no futuro do indicativo, sendo identificável, por vezes, através de marcadores de reconhecimento (cf. (45)), verbos de atitude proposicional (cf. (46)) e construções do género de “segundo x” e “de acordo com” (cf. (47) a (54)), tendo por base as questões teóricas acima explicitadas. Além disto, a evidencialidade manifesta-se inferencialmente, quando *dever* surge no condicional em contextos do passado (cf. (55) a (57)), ou quando este verbo remete para o tempo presente através de um futuro inferencial (cf. (58) a (60)).

³¹ Exemplos adaptados de Dendale (2001:34).

³² Note-se que a interpretação de necessidade só será válida se não existir no mundo nenhum outro tipo de bola que possa apresentar um peso que se situe entre os 142g e os 149g. Por exemplo, se houver bolas de ténis com um peso que se situe entre estes dois valores, a leitura de necessidade deixa de ocorrer.

³³ Pode, este exemplo, dependendo do contexto de interpretação, desencadear uma leitura de probabilidade e não de quase certeza.

De acordo com Squartini (2001), a evidencialidade também pode ser desencadeada através de interrogativas indiretas (cf. (61) a (63)). Porém, como iremos ver adiante, neste tipo de construções, sobretudo quando surgem o futuro do indicativo ou o condicional, o valor epistémico de *dever* fica comprometido, uma vez que, em certos contextos, a leitura deôntica se torna primordial.

5.1.3. Construções com marcadores de reconhecimento e verbos de atitude proposicional + condicional ou futuro:

- (45) Ao que se sabe (pelo que parece/aparentemente) o novo canal **deverá** ter inicialmente uma estrutura fixa de pessoal muito reduzida. (*par=ext1445825-clt-98a-2*)
(Marcadores de reconhecimento)
- (46) Creio que o Governo se **deveria** preocupar mais com a qualidade das coisas que faz do que com a simples publicidade da sua própria imagem.
(*par=ext498769-pol-94b-1*) (Crença)

5.1.4. Construções com “segundo x” e “de acordo com x” + condicional ou futuro

Condicional

- (47) Segundo os serviços de meteorologia, «Lydia» **deveria** ter atravessado a península de Baja, na costa Oeste, onde milhares de pessoas chegaram a abandonar as suas casas procurando refúgio nas cidades vizinhas. (*par=ext213813-soc-93b-1*)
- (48) Segundo o texto aprovado, o Exército jugoslavo também **deveria** cooperar com a missão de observadores. (*par=ext163686-nd-91b-2*)
- (49) Segundo os dirigentes do Salgueiros, a seguir ao primeiro amarelo **deveria** suceder outro amarelo e só depois o vermelho.
(*par=ext1389452-des-92b-2*)
- (50) De acordo com a professor, as apresentações orais já **deveriam** ter sido realizadas.

Futuro

- (51) Segundo uma sondagem Usa Today-CNN-Gallup Poll, mais de 50 por cento diz que a prioridade **deverá** ser a dívida nacional, a saúde, a educação e a Segurança Social. (*par=ext42492-pol-98a-2*)
- (52) A produção global do sector segurador **deverá** atingir no final do corrente exercício 330 milhões de contos, o que representa um crescimento de apenas 14 por cento relativamente ao ano passado, segundo dados da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) e a que o Público teve acesso. (*par=ext1436969-nd-91b-1*)
- (53) Segundo os analistas, o recente interesse que o banco tem despertado junto dos investidores prende-se com a expectativa de resultados de 1995, que **deverão** ser anunciados no princípio da próxima semana, provavelmente na terça-feira. (*par=ext557600-eco-96a-1*) (Inferência + Relato)
- (54) Cerca de 600 mil contos de resultados líquidos é quanto a SD **deverá** registar três anos após a sua constituição, de acordo com o estudo de viabilidade económica. (*par=ext906422-nd-97b-1*)

5.1.5. Formas de inferência em contextos do passado + condicional

- (55) Seis bibliotecas por ano era a meta do Governo espanhol e o trabalho **deveria** estar concluído em 1992. (*par=ext1005807-clt-91a-1*)
- (56) O anúncio da eventual constituição da nova associação da PSP **deveria** ter acontecido no dia 10 de Abril. (*par=ext1505463-soc-97a-1*)
- (57) **Deveria** ser quarta-feira quando o vimos pela última vez (baseado em Squartini, 2001).

5.1.6. Presente expresso por um futuro inferencial³⁴

- (58) A marcha **deverá** prosseguir hoje. (*par=ext276490-clt-92a-2*)
- (59) O comité britânico de classificação de espetáculos **deverá** agora pronunciar a sua decisão final para a estreia nacional do filme. (*par=ext563805-clt-96b-1*)

³⁴ Destaca-se que, além de uma leitura de presente expressa por um futuro inferencial, é possível existir uma outra leitura, na qual o futuro se comporta como tal (futuro funciona efetivamente como futuro e não como presente). Isto é, no caso de (60), a informação poderá ter sido dada na manhã do incidente e, futuramente, pela tarde, por exemplo, o resultado da autópsia terá lugar.

- (60) Só o resultado da autópsia -- que **deverá** hoje ter lugar no hospital de Guimarães -- permitirá então saber se o motorista teve morte imediata, em consequência do despiste, ou se veio a falecer por afogamento.
(par=ext855123-soc-96a-1)

5.1.7. Interrogativas diretas + futuro e condicional

- (61) a. **Deverão** os polícias andar armados? (par=ext978491-opi-98b-1)
b. **Deveriam** os polícias andar armados?
- (62) a. Mas não seriam estes que o Estado **deveria** estimular? (par=ext270043-eco-94a-1)
b. Mas não serão estes que o Estado **deverá** estimular?
- (63) a. Não **deveriam** as Cartas ao Diretor ter um conteúdo de interesse mais geral?
(par=ext955955-opi-98b-1)
b. Não **deverão** as Cartas ao Diretor ter um conteúdo de interesse mais geral?

Este tipo de construção, verificada nos exemplos (61) a (63), demonstra que as interrogativas diretas, ao selecionar *dever*, desencadeiam duas leituras, nas quais a primordial é a leitura deontica, uma vez que há uma leitura de obrigação, quando o verbo em estudo está no futuro do indicativo. Por outro lado, *dever*, no condicional, pelo contrário, conduz tipicamente a uma leitura epistémica, havendo, por este motivo, marcas de evidencialidade, visto que esta apenas é desencadeada quando estamos perante leituras epistémicas. Poderemos acrescentar que, num domínio epistémico, *dever* + *futuro* pode considerar-se uma inferência mais forte (próxima da certeza) e *dever* + *condicional* uma inferência mais fraca (ligada à incerteza).

6. Considerações finais

Tendo em consideração o que foi exposto e os exemplos das amostras recolhidos do *corpus* selecionado, podemos responder às questões que foram propostas inicialmente. Isto é, de acordo com o desenvolvimento deste trabalho, verifica-se que a modalidade epistémica é uma área na qual os valores modal e evidencial se sobrepõem. No entanto, a evidencialidade não deve ser considerada uma mera categoria desta modalidade, uma vez que se concentra na

natureza das evidências propostas pelos falantes, ligando-se à fonte de informação, enquanto a modalidade epistémica avalia o compromisso do falante perante aquilo que afirma.

Tomando em conta as afirmações anteriores, e sabendo que, em certos contextos, o papel do verbo *dever* é o de indicar que a afirmação realizada pelos falantes é inferida e diz respeito ao conhecimento indireto que deriva do raciocínio lógico e que vários são os conceitos que descrevem o lado evidencial do verbo modal *dever*, tais como inferência, suposição, relação lógica entre premissas e conclusões, verifica-se que *dever* apresenta dois valores: evidencial e modal. O valor evidencial, ao contrário do que é dito por Dendale (1994), é variável e plural, tal como o valor modal, dado que ambos manifestam variações, ou seja, o valor evidencial apresenta variações entre a inferência e o relato, como observámos neste estudo. Como podemos ver, estes dois valores combinados têm como finalidade veicular indicações sobre a qualidade epistémica, estando, assim, relacionados com a credibilidade da informação fornecida. Efetivamente, de modo a responder à segunda pergunta proposta, verificamos que o verbo *dever* contribui ao mesmo tempo com um valor modal epistémico e com um valor evidencial.

Note-se que, no entanto, em contextos de evidencialidade, a distinção entre modalidade deôntica e modalidade epistémica, associada ao verbo *dever*, parece persistir, como observamos de seguida: “De acordo com a polícia, os espetadores devem chegar cedo ao estádio” (leitura deôntica) *versus* “De acordo com a polícia, os espetadores já devem estar no estádio” (leitura epistémica). Ou ainda em: “O João acredita que a Maria deve pagar as suas dívidas” (leitura deôntica) *versus* “O João acredita que a Maria deve ir à festa do Lucas” (leitura epistémica).

De facto, também se pode concluir, em resposta à terceira questão colocada, que não é apenas o verbo *dever* no condicional e no futuro do indicativo que desencadeia leituras evidenciais tanto de tipo inferencial como de tipo relato, mas sim um conjunto de elementos linguísticos presentes nas frases que favorecem este tipo de leitura. Contudo, com os tempos acima mencionados, e tal como vimos ao longo do presente estudo, existem contextos em que há sobreposição dos valores inferencial e de relato. É de acrescentar, também, que as interrogativas diretas selecionam a evidencialidade quando a construção com *dever* desencadeia leitura epistémica e não deôntica, como acontece em diversos casos. Com isto

queremos sublinhar que não existe linearidade quanto às interrogativas diretas no que diz respeito ao facto estarem associadas à categoria evidencialidade. Squartini (2001:320) considera ainda que a distinção entre o condicional e o futuro do indicativo, nestes casos, está ligada à factualidade da situação, visto que o futuro do indicativo é usado pelo falante para descrever situações mais certas do que o condicional. Todavia, isso não é visível na análise dos dados. Isto é, o condicional e o futuro do indicativo estão ambos ligados à probabilidade e nenhum tempo aqui estudado leva a uma interpretação mais certa do que outro, à exceção do que sucede com as interrogativas diretas, que podem, de facto, levar a uma probabilidade mais próxima da certeza com *dever + futuro*; contudo, a leitura primordial, nestes casos, é a deôntica e, como já vimos, esse domínio não faz parte do nosso estudo.

Por fim, é importante sublinhar que, nas amostras recolhidas, por pertencerem a passagens de textos jornalísticos, a expressão do relato é mais frequente do que da inferência e que os autores das frases usam preferencialmente a inferência quando afirmam ou predizem algo sobre o qual não têm certeza, mas que provavelmente se irá realizar no futuro. O tipo de evidência sensorial é raramente expresso, uma vez que, como já foi dito, o texto jornalístico se concentra em relatar proposições proferidas por outros falantes ou dar conta do que irá acontecer no futuro.

Para estudos futuros ficará a possibilidade de analisar estas mesmas construções num *corpus* bastante mais alargado e que contemple texto não jornalístico, de forma a verificar se o verbo *dever* se comporta da mesma forma, ou se, pelo contrário, apresenta variações a nível interpretativo, e se realmente o futuro do indicativo e o condicional neutralizam a distinção entre relato e inferência em contextos de oralidade e de discurso informal. Também fica em aberto a possibilidade de analisar um *corpus*, do qual façam parte excertos de horóscopos, dado que neste tipo de texto, por vezes, é usado *dever* como marcador evidencial, na sua forma inferencial.

REFERÊNCIAS

- Campos, M. 1998. *Dever e poder: um subsistema modal do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Dendale, M.P. 1994. Devoir épistémique, marqueur modal ou évidentiel?. *Langue Française* 102: 24-40.
- Haan, F. 1997. Evidentiality and epistemic modality: setting boundaries. Apresentado em: *II Association for Linguistics Typology Conference*. Eugene, Oregon. / *XXVI Linguistic Association of the Southwest Conference*. Los Angeles, California.
- Lucena-Silva, I & Nogueira, M. 2017. A expressão da evidencialidade no contexto dos gêneros textuais. *Entrepalavras* 7: 130-147.
- Matthewson, L; Davis, H & Rullmann, H. (s/d). *Evidentials as epistemic modals: Evidence from St'át'imcets*. University of British Columbia.
- Oliveira, F. 1988. *Para uma semântica e pragmática de Dever e Poder*. Dissertação de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras.
- Oliveira, F. 2000. Some issues about the Portuguese modals *dever* and *poder*. *Belgian International Journal of Linguistics* 14: 145-162.
- Oliveira, F. 2003. Modalidade e modo. In Mateus, Mateus, M.; Brito, A.; Duarte, I.; Faria, I.; Frota, S.; Matos, G.; Oliveira, F.; Vigário, M.; Villalva, A. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Oliveira, M. 2015. Sur le verbe modal *dever* en portugais. In *Faits de langue et de discours pour l'expression des modalités*. (pp. 87-98). Saint-Denis: Université Paris 8 Vincennes.
- Oliveira, F; Mendes, A. 2013. Modalidade. In Raposo, E. Raposo, E.; Bacelar do Nascimento, M.; Coelho da Mota, M.; Segura, L. Mendes, A. (Orgs.). *Gramática do Português I*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Saussure, L. 2012. Modalité épistémique, évidentialité et dépendance contextuelle. *Langue Française* 173: 131-143. Disponível na Internet: <https://www.cairn.info/revue-langue-francaise-2012-1-page-131.htm>, acedido em 02-01-2018.
- Squartini, M. 2001. The internal structure of evidentiality in Romance. *Studies in Language* 25(2):297-334.

Vendrame-Ferrari, V. 2012. Verbos de Percepção em Construções Evidenciais de Acordo com o Modelo da Gramática Discursivo-Funcional. *Revista LinguíStica* 8(1): 110-112.

Vetters, C. 2012. Modalité et évidentialité dans *pouvoir* et *devoir*: typologie et discussions. *Langue Française* 173: 31-47. Disponível na Internet: <https://www.cairn.info/revue-langue-francaise-2012-1-page-31.html>, acedido em 10-05-2018.

Corpus: <https://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/>, consultado de 27-03-2018 a 18-05-2018.

ANÁLISE MULTIMODAL DE ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DEBATE SOBRE O “BAILOUT” ENTRE HILLARY CLINTON E BERNIE SANDERS

Nuno Rocha³⁵

nunorocha.piro@gmail.com

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. Este trabalho consiste numa análise multimodal das estratégias discursivas de Bernie Sanders e Hillary Clinton num excerto de um debate sobre as benesses dadas pela senadora norte americana aos bancos no pós-crise económica global de 2008. Bernie Sanders e Hillary Clinton evidenciaram uma linguagem corporal diferente, tanto na posição de locutor como na de interlocutor. No entanto, mesmo utilizando estratégias de comunicação verbal e física diferentes, os gestos utilizados enquadram-se no campo dos gestos recorrentemente observados em figuras políticas em estudos feitos por outros autores. Reforça-se assim a ideia de que os gestos em questão são regularmente utilizados por figuras políticas.

PALAVRAS-CHAVE. Estudos do Gesto, Análise Multimodal, Bernie Sanders, Hillary Clinton, Interação Face-a-Face.

ABSTRACT. This paper consists in a multimodal analysis of the discourse strategies of Bernie Sanders and Hillary Clinton in an excerpt from a debate about Hillary's close relationship with banks after the financial crisis of 2008. Bernie Sanders and Hillary Clinton displayed different ways of expressing their body language when speaking and listening. Even though they used different verbal and physical communication strategies, the gestures they used can be found as recurrent gestures in other political figures in studies made by other authors. It reinforces the idea that the gestures analyzed in this paper are regularly used by political figures.

KEYWORDS. Gesture Studies, Multimodal Analysis, Bernie Sanders, Hillary Clinton, Face-to-Face Interaction.

³⁵ Estudante do 2.º ano do 3.º Ciclo em Ciências da Linguagem – Ramo Tradução.

1. Introdução

Hoje em dia, a forma como os políticos são percecionados por parte dos eleitores é largamente influenciada pelo seu estilo de comunicação (Maricchiolo, Bonaiuto & Gnisci 2014).

Um mundo cada vez mais conectado e onde as figuras políticas são escrutinadas ao máximo fez com que a forma como estas comunicam se tornasse tão ou mais importante que o conteúdo ideológico que tentam transmitir. Num artigo de 2014, Maricchiolo, Bonaiuto e Gnisci sumarizam da seguinte forma o atual estado da comunicação política:

“The political perception is influenced by a combination of factors, often referred to modernization or “americanization” of politics: emphasis on marketing, globalization, visual culture, and growth of new technologies, the World Wide Web. This sort of development of political communication encourages citizens to form intuitive impressions of political candidates mainly based on indices such as linguistic style, physical appearance, and bodily behavior, rather than to form a weighted opinion based on the content of political arguments. The body seems to have replaced the ideology.”

(Maricchiolo *et al.* 2014)

O objetivo deste trabalho é analisar a linguagem corporal e as estratégias de comunicação de Hillary Clinton e Bernie Sanders durante um debate em Brooklyn, Nova Iorque, para a estação televisiva CNN, durante a campanha para as eleições primárias do Partido Democrata dos Estados Unidos da América. Numa corrida que Hillary acabou por vencer, a rivalidade entre ambos viria a revelar-se decisiva para o resultado das eleições à presidência, com grande parte dos apoiantes de Sanders a não apreciarem a escolha da senadora Clinton como representante do Partido Democrata nas eleições à presidência³⁶.

Um dos temas principais que assombrou Hillary Clinton durante a corrida às eleições foi a questão de esta ter dado benesses a bancos enquanto senadora. O excerto em questão foi escolhido com o objetivo de analisar a interação entre os dois candidatos enquanto debatem este tema, tendo em atenção a linguagem corporal distinta de cada um dos candidatos e a forma como esta ajuda à sua argumentação e interação com o eleitorado.

³⁶ “Did enough Bernie Sanders supporters vote for Trump to cost Clinton the election?”
https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2017/08/24/did-enough-bernie-sanders-supporters-vote-for-trump-to-cost-clinton-the-election/?noredirect=on&utm_term=.883203aa0d2d.

Na primeira parte do artigo serão apresentados os fundamentos teóricos relevantes para a análise multimodal do discurso político. Na segunda parte será descrita a metodologia usada para a análise e feita a análise do corpus. A terceira e última parte será dedicada às conclusões e reflexões sobre os aspetos explorados no trabalho.

2. Enquadramento teórico

2.1. Gestos coverbais

Assumindo-se que os movimentos corporais estão intrinsecamente ligados à fala, os gestos foram sendo categorizados ao longo do desenvolvimento do estudo desta área. Uma das primeiras classificações, sendo uma das mais conhecidas, é a de Ekman e Friesen (1969), baseada no trabalho pioneiro de David Efron (1941), que, por sua vez, serviu como ponto de partida para várias propostas apresentadas posteriormente por outros investigadores.

Num artigo de 1988, Adam Kendon chamou à atenção para os diferentes modos como um gesto pode ser usado para servir de enunciado. O objetivo de Kendon foi demonstrar que o gesto como meio de expressão pode assumir diferentes propriedades dependendo das exigências comunicativas que lhe são atribuídas, da relação semântica que tem com as palavras e da função que desempenha no enunciado (Kendon 2004: 104). Pode reforçar o significado de uma palavra, complementá-la ou até mesmo substituí-la. De acordo com esta relação de maior ou menor dependência da fala, Kendon sugere que existe um contínuo. McNeill apresenta esta ideia num contínuo, que designou por *Kendon's continuum* (McNeill 1992: 37):

Gesticulation -> Language-like gestures -> Pantomimes -> Emblems -> Sign Languages

(McNeill 1992: 37)

A gesticulação (Gesticulation) é o movimento que acompanha o corpo e cujo significado está relacionado com a fala. Os *language-like gestures* fazem parte da frase, sendo gestos que completam a estrutura da frase dita pelo locutor. Na pantomina (Pantomimes) as mãos representam objetos ou ações, não sendo obrigatória a presença da fala. Os emblemas (Emblems) são gestos convencionalizados, como o sinal para “OK”. As línguas gestuais (Sign languages) têm a sua própria estrutura linguística e cumprem as suas funções comunicativas na totalidade sem a presença da fala. À medida que nos movemos ao longo do contínuo, o

grau da presença obrigatória da fala diminui, a presença de propriedades linguísticas aumenta e os gestos idiossincráticos são substituídos por gestos regulados socialmente (McNeill 1992: 37).

Segundo David McNeill, os gestos, além de carregarem significado, são coexpressivos quando sincronizados com o discurso, ou seja, expressam a mesma ideia, mas de forma distinta (McNeill 2008: 22). David McNeill, em conjunto com Elena Levy, propôs também uma classificação dos tipos de gestos com quatro categorias: **icônicos** (representam imagens de entidades ou ações concretas), **metafóricos** (representam imagens do abstrato), **deíticos** (que apontam algo) e **batuta** (movimentos da mão que acompanham o ritmo do discurso) (McNeill & Levy 1980: 275-293).

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação visual, as tecnologias para a análise da linguagem corporal melhoraram substancialmente, permitindo um maior número de estudos com um nível de detalhe mais elevado do que anteriormente. Por exemplo, a sincronização exata entre as diversas fases do gesto e a proeminência prosódica dos elementos verbais correlacionados, ou a coordenação entre os movimentos de várias partes do corpo na transmissão da mensagem, ou os movimentos coverbais de outro participante.

2.2. Multimodalidade

Quando comunicamos com outras pessoas, os movimentos corporais estão sempre envolvidos, criando uma relação de proximidade com o discurso verbal onde ambos os elementos (fala e gesto) se complementam para atingirmos os nossos objetivos comunicativos (Müller, Cienki, Fricke, Ladewig, McNeill & Teßendorf 2013: 1).

O gesto trabalha em conjunto com a comunicação oral, tornando-se parte integrante do enunciado e ajudando à receção da mensagem por outros. O movimento corporal assume algumas das diferentes funções da comunicação: a função expressiva (no locutor), a função apelativa (em relação ao interlocutor) e a função referencial (em relação à mensagem) (Calbris 2003: 11-12).

2.3. Os gestos do político (estado da arte)

O modo como um político se apresenta e comunica com os eleitores é hoje em dia escrutinado de todos os ângulos, muito devido ao rápido crescimento das redes sociais e à presença constante de câmaras televisivas sempre que se apresenta em público. Recorrendo a imagens provenientes de debates televisionados, Calbris (2003) descodificou a linguagem corporal de Lionel Jospin, antigo primeiro ministro francês. A autora francesa criou um glossário dos movimentos mais utilizados por Lionel Jospin e o modo como estes o ajudavam a transmitir a sua mensagem. Esta obra serviu de base para a análise da linguagem corporal dos políticos do presente estudo.

Cada vez mais, a imagem que um político transmite através da televisão é um fator determinante para a avaliação da sua personalidade por parte do eleitorado (Bucy & Grabe 2007).

A linguagem corporal (que inclui a apresentação, a gesticulação e a mímica) é um fator importante para a visão que os eleitores têm dos políticos, influenciando a sua decisão quando vão às urnas (Maricchiolo *et al.* 2014).

Bastante trabalho já foi feito quanto à relação entre os gestos e o discurso político. Rominiecka (2008) concluiu que há espaço para afirmar que a imagem de um político é influenciada pela maneira como este comunica, havendo certos gestos “positivos” que abonam a seu favor e transmitem uma imagem de autoconfiança e competência, enquanto outros gestos, considerados “negativos”, lhe retiram credibilidade. Bull (1986) conclui no seu estudo que os movimentos com as mãos nos discursos políticos estão normalmente associados à entoação da voz e a dispositivos retóricos usados para invocar aplausos ou controlar o nível dos aplausos após serem invocados. Ferré (2012) analisou também a correlação entre a quantidade de gestos batuta e o seu papel na ênfase do discurso de um deputado do Parlamento Europeu. Os gestos (tanto os dos membros superiores como os da face) são também utilizados com frequência de modo estratégico por parte dos políticos como forma de descreditar ou denegrir o seu adversário e de se colocarem a si mesmos numa posição positiva (D’Errico, Poggi & Vincze 2013).

Na área do discurso político, os políticos que têm uma maior consciência do seu comportamento multimodal são normalmente mais persuasivos do que os que a ignoram. Navarretta & Paggio (2013) demonstraram no seu estudo que políticos mais conscientes da

sua linguagem corporal (neste caso Barack Obama e Nick Clegg) tiveram maior taxa de sucesso nos debates analisados. O uso cuidadoso dos gestos das mãos e da cabeça, de cada vez que se dirigiam aos seus adversários e audiência, contribuíram para que, tanto Barack Obama como Nick Clegg, se destacassem nos debates, em comparação com os seus adversários. Já Poggi & Vincze (2008) notaram que as estratégias persuasivas através de gestos e olhar de figuras políticas vão normalmente ao encontro do conteúdo do seu discurso e das ideias pré-concebidas da ideologia e estilo político neles contida.

Nos debates políticos, os sinais corporais podem também servir como instrumento para um político descreditar o adversário, não só durante a produção do seu discurso (como falante), mas também durante a produção do discurso pelo seu adversário (como ouvinte). Um dos participantes no debate pode facilmente descreditar em silêncio (sem falar) o seu adversário ao expressar corporalmente a sua atitude relativamente ao conteúdo da mensagem deste. É, no entanto, necessário algum cuidado na forma como a crítica é expressa, podendo o efeito ser contrário ao desejado (D'Errico *et al.* 2013).

2.4. Análise multimodal

Comunicar não se restringe apenas ao que dizemos ao outro. Quando comunicamos com alguém, é importante analisar para além do conteúdo do nosso discurso. O modo como falamos, gesticulamos e exprimimos as nossas emoções (através da face e do olhar) deriva de um composto de elementos de diversas modalidades (como, por exemplo, as características da voz, expressões faciais, olhar, postura geral do corpo). Todas elas são importantes para uma análise holística da nossa forma de comunicar.

Kendon referiu que:

“Every single utterance using speech employs, in a completely integrated fashion, patterns of voicing and intonation, pausings and rhythmicities, which are manifested not only audibly, but kinesic ally as well, and always, as a part of this, there are movements of the eyes, the eyelids, the eyebrows, the brows, as well as the mouth, and patterns of action by the head. And there are, in addition, from time to time, variously conspicuous hand and forearm actions or ‘gestures’ (...) All of these are produced in a fully integrated fashion and must be seen as inseparable components of the utterance as the utterer produces it.”

(Kendon 2009)

Seguindo este princípio, a análise da linguagem corporal de qualquer indivíduo obriga a uma análise multimodal que inclua os gestos, fala, expressões faciais, postura e movimento (Mondada 2014). Estando os gestos interligados com a fala, numa análise que não contemple a relação entre as duas modalidades faltará sempre um dos fatores essenciais para a decodificação da mensagem transmitida pelo locutor.

Num artigo com foco na análise multimodal em relação à aquisição da linguagem, Barros & Cavalcante (2017) descreveram a análise multimodal da seguinte forma:

“(...) para que a multimodalidade seja entendida, é preciso compreender que pesquisas sob esta perspectiva têm uma noção de lingua(gem) como uma instância multimodal. Ou seja, lingua(gem) não é apenas a fala, o gesto ou olhar analisados de forma isoladas, mas o conjunto formado por esses elementos. Portanto, é dentro dessa esfera que trabalham os pesquisadores da multimodalidade em aquisição da linguagem, sob uma perspectiva que não considera apenas o que é dito pela fala como veículo de interação, mas sim, o conjunto de elementos que dão à interação um sentido mais amplo e completo.”

(Barros & Cavalcante 2017)

2.5. Teoria da argumentação

Embora as estratégias argumentativas do discurso já tenham sido estudadas na retórica da Antiguidade Clássica (Zurloni & Anolli 2013), foi a partir dos estudos sobre a dimensão interacional da língua que se desenvolveu a teoria da argumentação (Rodrigues 1998: 15). Anscombe e Ducrot foram pioneiros desta teoria ao observarem que enunciados com o mesmo tipo de conteúdo informacional nem sempre podem ser utilizados como argumentos a favor do mesmo tipo de conclusões, chegando os autores à conclusão de que o valor argumentativo de um enunciado é um aspeto importante do seu significado (Anscombe & Ducrot 1976). A teoria da argumentação é baseada na visão de que os enunciados podem ser usados como premissas ou conclusões nos argumentos. É de notar que a natureza destes argumentos pode não ser captada pelas regras normais da lógica (Iten 2000).

A argumentação normalmente surge em resposta, ou antecipação, a uma diferença de opinião. A necessidade da argumentação e os seus requisitos estão adaptadas a um contexto onde surgem dúvidas, objeções, oposição e contra-argumentos (Van Eemeren 2010: 1). Nesta perspetiva, os enunciados são analisados “sob o ponto de vista de influências, ou seja, o modo como o falante influencia o ouvinte” (Rodrigues 1998: 15).

No caso do discurso político, a argumentação não é feita com o objetivo de convencer a outra parte da validade dos argumentos, mas sim convencer o público (o eleitorado) da validade e superioridade do argumento de uma das partes face à outra. No entanto, as figuras políticas necessitam de argumentar com os seus adversários e fazer algumas cedências de forma a manterem o decoro perante a audiência e manterem uma imagem de sensatez (Van Eemeren 2010: 1).

Nos debates políticos, os políticos têm normalmente interesse em resolver as disputas a seu favor e não em chegar a um consenso. A vontade de impor uma certa ideologia é normalmente mais importante do que a validade ou falsidade de uma determinada proposição. Os políticos não estão normalmente interessados na veracidade dos seus argumentos, dando mais atenção ao aspeto retórico da sua argumentação. As premissas de um argumento só necessitam de ser plausíveis o suficiente para convencer o seu público-alvo (Zurloni & Anolli 2013).

2.6. Estratégias discursivas

Na área da análise da conversação, ou análise do discurso, têm sido exploradas diversas estratégias comunicativas no contexto de interação face a face. A mera produção de frases não constitui em si comunicação, só quando um movimento elicitava uma resposta é que podemos dizer que estamos a comunicar. Para participar num ato comunicativo e sustentar esse ato, necessitamos de um conhecimento e habilidade que vai para além da competência gramatical. Todas as partes envolvidas no processo de comunicação devem responder aos estímulos de forma a assinalarem o seu envolvimento, seja por palavras ou por outros meios não verbais. A resposta deve ir de encontro às expectativas comunicativas do locutor, não estando unicamente ligada ao significado literal das palavras que usamos (Gumperz 1982: 1).

Na sua obra de 1981, Goffman destaca três temáticas que são fulcrais para a prática da comunicação: *ritualization* (ritualização), *participation framework* (quadro de participação) e *embedding* (incorporação). A “ritualização” refere-se aos movimentos, olhares e sons vocais realizados num ato de comunicação que, normalmente, são influenciados pelo contexto cultural ou social do ato em questão e pela maneira como queremos ser percebidos pelos outros. O “quadro de participação” está ligado ao papel que os participantes assumem e à

reação destes perante um ato de comunicação. A “incorporação” está ligada ao facto de as palavras que dizemos não serem “nossas”, isto é, dependendo do contexto, local e tempo em que estas são utilizadas, o seu significado pode diferir, além da apropriação que se faz das palavras de “outros” quando se quer colocar certos assuntos em contexto.

Segundo Rodrigues (2006), um falante fornece diversos tipos de pistas de contextualização ao(s) ouvintes sobre as suas intenções comunicativas. Estas pistas foram divididas pela autora (Rodrigues 1998) em quatro categorias funcionais: os sinais conversacionais. Dentro destas quatro categorias temos os sinais conversacionais interativos, os sinais conversacionais topográficos, os sinais conversacionais modais e os sinais conversacionais de alternância de vez, os mais destacados na análise do corpus, que “são os meios e estratégias que permitem ao falante tomar, manter e ceder a vez e ao(s) ouvinte(s) emitir sinais de retorno ou reclamar a vez” (Rodrigues 2014).

Em Calbris (2003), a figura política em análise (Lionel Jospin) recorre, em debates televisivos, a certas estratégias conversacionais que lhe permitem captar a atenção do espectador e colocá-lo mais à vontade. Lionel Jospin opta por manter um contacto visual com os interlocutores em estúdio, não procura sempre as câmaras televisivas, tentando transmitir uma ideia de interação normal e não encenada (Calbris 2003: 53). Por sua vez, como explicam Salvati & Pettorino (2013), durante as entrevistas, Silvio Berlusconi não faz pausas silenciosas no discurso, evitando assim que os jornalistas assumam o comando da interação. A forma como um político se comporta durante a interação em debate, trabalhando a favor ou contra a imagem da sua habilidade política, é muito importante para a maneira como o público o percebe (Gelang 2013).

3. Análise do corpus

3.1. Contexto e tema

O ano de 2016 ficou marcado pelo resultado das eleições presidenciais norte-americanas. Numa corrida que pôs frente a frente a senadora Hillary Clinton e Donald Trump, o candidato do partido republicano. Donald Trump acabaria por ser eleito presidente dos Estados Unidos da América com um resultado que foi de certa forma inesperado³⁷.

³⁷“Trump's shocking victory: What it means”

<https://edition.cnn.com/2016/11/09/opinions/election-trump-victory-opinion-roundup/index.html>.

Antecedendo a corrida ao posto de maior importância no governo americano, Hillary Clinton teve como adversário político Bernie Sanders, senador norte-americano, nas eleições para o candidato presidencial do Partido Democrata. Tendo ganho uma popularidade inesperada, especialmente perto dos mais jovens³⁸, Bernie Sanders tornou-se um adversário de peso para Hillary Clinton, afetando a sua popularidade e o resultado final das eleições americanas.

Conhecido pelas suas posições contra as elites económicas, Bernie Sanders atacou constantemente Hillary Clinton pelas supostas benesses que esta deu aos bancos e a Wall Street durante o seu mandato como senadora. Por ter sido um dos pontos mais importantes e divisivos, escolhi analisar este **excerto**³⁹ com o objetivo de observar a interação entre os dois candidatos enquanto debatem o tema em questão, tendo em atenção a linguagem corporal distinta de cada político e a forma como esta dá apoio à sua argumentação. A interação em foco aconteceu durante um debate para a estação televisiva CNN em Brooklyn, Nova Iorque.

3.2. Categorias de análise

A análise neste trabalho foca-se na linguagem corporal, mais objetivamente nos gestos manuais e a ligação destes com o discurso, fazendo, sempre que pertinente, referência aos movimentos da cabeça. É também feita uma análise da linguagem corporal de ambos os candidatos enquanto o seu adversário está a discursar, de forma a analisar os gestos com a ausência da fala. A análise dos gestos é baseada no quadro de gestos estudados por Calbris (2003: 29)^{40,41}.

Figura 1. Configurações gestuais estudadas por Calbris (2003: 29).



³⁸ “More young people voted for Clinton combined — by a lot” <https://www.washingtonpost.com/news/energy-environment/wp/2016/11/04/bernie-sanders-and-hillary-clinton-combined-by-a-lot/>

³⁹ Bernie Sanders and Hillary Clinton debate https://www.youtube.com/watch?v=tA1zsj_ksrq

⁴⁰ Ver Figura 1.
⁴¹ Punho (*Poing*), Pirâmide (*Pyramide*), Colchete (*Équerre*), Indicador (*Index*), Quadro (*Cadre*), Palma Obliqua (*Paume Oblique*), Auto-centração sem contacto (*Auto-centration sans contact*), Grande intervalo (*Grand intervalle*), Pinça digital (*Pince digitale*), Mão em tigela invertida (*Boi retourné*), Mão em tigela (*Boi*), Impulso (*Poussée*), Mão em curva (*Main raidie*), Livro semi-aberto (*Livre entrouvert*), Auto-centração com contacto (*Auto-centration avec contact*), Pequeno intervalo (*petit Intervalle*), Circular (*Rond*).

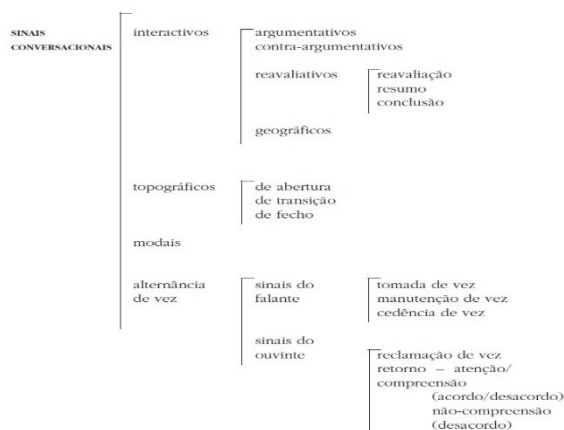
Clinton combined — by a lot” https://www.youtube.com/watch?v=tA1zsj_ksrq

retourné (Mão em tigela invertida), 'oussée (impulso), Main raidie (Mão em curva), Livre entrouvert (Livro semi-aberto), Auto-centration avec contact (Auto-centração com contacto), Pince digitale (Pinça digital), Rond (Circular).

Além do recurso à obra de Calbris, irei também utilizar como referência as categorias gestuais sugeridas por McNeill & Levy (1980), com foco nos gestos **icônicos**, **metafóricos**, **batuta** e **deícticos** que já foram referidos anteriormente neste trabalho.

Com base em Rodrigues (1998), irei ainda fazer uma breve análise dos sinais conversacionais (**interativos**, **topográficos**, **modais** e **de alternância de vez**)⁴², quando relevante, evidenciados por ambos os candidatos durante este curto segmento do debate.

Figura 2. Sinais conversacionais (Rodrigues 2014).

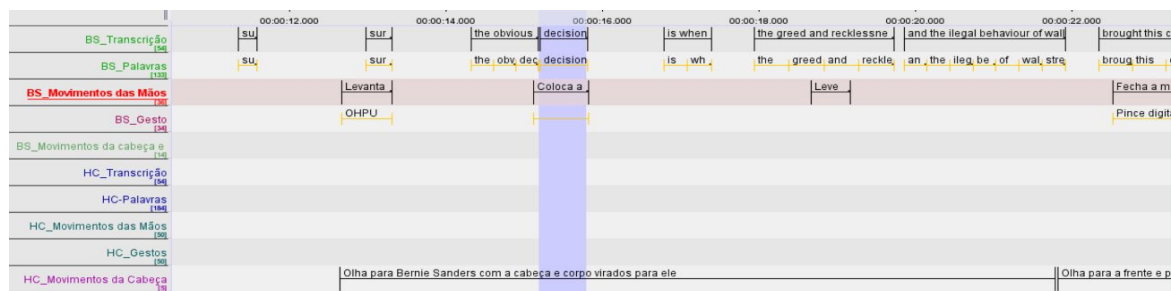


A transcrição do discurso neste trabalho será feita de acordo com o modelo de transcrição básica apresentado em Rodrigues (2007: 769-770).

⁴² Ver Figura 2.

Foi utilizado o software ELAN⁴³ (Wittenburg, Brugman, Russel, Klassmann & Sloetjes 2006) para análise do vídeo e áudio.

Figura 3. Grelha de análise no software ELAN.



3.3. Análise dos movimentos do corpo coverbais

Os movimentos em análise são feitos em resposta à pergunta “Can you name one decision that she made as senator that shows that she favoured banks because of the money she received?”⁴⁴ feita pela moderadora em direção a Bernie Sanders. Após a intervenção de Bernie Sanders, Hillary Clinton rebate os argumentos apresentados pelo seu adversário.

3.3.1. Bernie Sanders

sure,	the obvious decision,	the greed and recklessness (--) and the illegal behavior of wall street

⁴³ Max Planck Institute for Psycholinguistics, The Language Archive, Nijmegen, The Netherlands, <https://tla.mpi.nl/tools/tla-tools/elan/>

⁴⁴ “Pode dizer-me uma decisão que ela tenha feito enquanto senadora que mostre que ela favoreceu os bancos por causa do dinheiro que recebeu?”

Levanta as mãos com as palmas viradas para cima, encolhendo ligeiramente os ombros.	Discursa com as duas mãos na parte de trás do pódio enquanto encara o público.	Discursa com as duas mãos assentes na parte frontal do pódio enquanto encara o público.
---	--	---


QUADRO A. BST_01, BST_02, BST_03

BST_01: sure? (2,0) sure,

BST_02: the obvious decision, (2,0) is when

BST_03: the greed and recklessness (--) and the illegal behavior of wall street

Nesta primeira parte do discurso, Bernie Sanders estende os braços com as palmas das mãos viradas para cima, encolhendo ligeiramente os ombros enquanto diz pela segunda vez “sure”. Aparenta ter um certo desconforto quanto ao assunto em questão, não evidenciando grande entusiasmo. O gesto utilizado nesta situação por Bernie Sanders é similar ao *shrugh*, descrito por Streeck (2009: 189-190) como um gesto onde o locutor evidencia corporalmente ao interlocutor alguma distância, parecendo desinteressado pelo assunto em questão. Durante a pausa em BTS_02, o locutor avança a posição das mãos no pódio, assumindo uma postura mais próxima do interlocutor (plateia).

		
brought this country	into the worst (?)	the great depression of the 30s (,)
Coloca os dedos da mão direita em pinça enquanto diz “country”.	Dedos abrem formando um intervalo enquanto diz “the worst”.	Abre os braços com as palmas das mãos viradas para dentro após dizer “the great depression”.




QUADRO B. BST_04, BST_05, BST_06

BST_04: brought this country (-)

BST_05: into the worst (?) economic downturn since the great recession (---)

BST_06: the great depression of the 30s (,) (2,0)

Bernie Sanders executa o gesto de *pince digitale* (pinça) quando se refere ao seu país. A *pince digitale* é um gesto deíctico que indica precisão (Calbris 2003: 117), cujo objetivo é focar algo. Bernie Sanders “pega” no seu país e abre os dedos quando diz “worst”. A abertura dos dedos, em simultâneo com o discurso, serve para explicitar o objetivo do gesto (Calbris 2003: 99), nesta situação, o carácter negativo da ação dos bancos e Wall Street. No continuar da sua crítica, Bernie faz uma comparação da situação económica pós- crise 2008 com a da grande crise dos anos 30. De modo a enfatizar o carácter negativo da grande crise dos anos 30, Bernie Sanders abre os braços com as mãos abertas e as palmas viradas para dentro, o gesto do *cadre* (Calbris 2003: 86) quando refere “the great depression of the 30s”. O gesto do *cadre* é um gesto metafórico que explicita visualmente o tamanho da gravidade do assunto em questão.




		
millions of people	their jobs (.) their homes (.)	their life savings
Abre os braços com as palmas das mãos paralelas e viradas para dentro enquanto diz “millions of people”.	Coloca os dedos em pinça enquanto diz “their jobs”, continua com o mesmo gesto em batuta quando diz “their homes”.	Abre a “pinça” e agita a mão de um lado para o outro quando diz “their life savings”.

QUADRO C. BST_07

BST_07: when millions of people lost their jobs (.) their homes (.) and their life savings (--)

Bernie Sanders volta a utilizar o gesto do *cadre*, mencionado anteriormente, para dar uma visualização do tamanho do grupo de pessoas afetado (milhões). Depois, para focar o que as pessoas perderam, utiliza a *pince digitale* para “pegar” nos temas que quer realçar. Ao enumerar os temas, Bernie Sanders move a mão para cima e para baixo enquanto mantém a

pince digitale. Desta forma, o gesto torna-se o chamado *blend*, ou gesto combinado (Kendon 2004; Rodrigues 2012), por conjugar num momento duas funções distintas. Quando Bernie refere as poupanças das pessoas (“and their life savings”), abre a pinça fazendo o gesto do *grand intervalle* (Calbris 2003: 91), gesto metafórico que evidencia o tamanho (gravidade) do assunto em análise. Ao agitar a mão, o gesto pode ser interpretado como uma imagem das poupanças da vida toda, com o intervalo demonstrado pelo percurso do gesto na horizontal, da esquerda para a direita, desenhando a linha do tempo ao longo do qual as poupanças foram sendo acumuladas.

		
<p>the OBVIous RESPONse to THAT</p>	<p>got (.) a bunch of (.) fraudulent</p>	<p>Operators</p>
<p>Abre os braços com as palmas das mãos viradas para dentro enquanto diz “the OBVIous RESPONse to THAT”.</p>	<p>Coloca os dedos em pinça enquanto diz “got”, repete o gesto em batuta duas vezes até dizer “fraudulent”.</p>	<p>Aponta na direção de Hillary Clinton.</p>

QUADRO D. BST_08

BST_08: the OBVIous RESPONse to THAT (-) is that you got (.) a bunch of (.) fraudulent operators? (---)

Bernie utiliza novamente o gesto do *cadre* para assinalar a magnitude da resposta que devia ter sido dada. De seguida, utiliza a *pince digitale* para pegar no grupo a que se quer referir, utilizando o gesto em batuta para enfatizar, colocando a força do gesto ao mesmo nível do discurso verbal. Quando se refere aos operadores fraudulentos (“fraudulent operators”), Bernie Sanders aponta na direção de Hillary, descreditando a adversária (D’Errico *et al.* 2013) através de um gesto deítico.

Got to be broken	UP (.)	that was my view	Legislation to do THAT
Coloca os dedos em “pinça” e repete o gesto em batuta duas vezes até dizer a palavra “broken”.	Abre a pinça quando diz a palavra “UP”.	Coloca os dedos em “pinça” e repete o gesto em batuta nove vezes até dizer a palavra “legislation”.	Bernie abre a pinça e faz um movimento em <i>grand intervale</i> da esquerda para a direita.

QUADRO E. BST_09

BST_09 - and that they got to be broken UP (.) that was my view way back and I introduced legislation to do THAT (?) (---)

Bernie Sanders utiliza a *pince digitale* para “pegar” no grupo e abre-a quando chega ao objetivo, o desmantelar deste tipo de grupos (“broken UP”). Depois, utiliza novamente o gesto da *pince digitale* (focando a visão dele) em batuta (Bernie Sanders executa este gesto recorrentemente como batuta), repetindo-o nove vezes com aumento progressivo da intensidade da voz. Bernie abre a pinça em *grand intervale* quando diz a palavra “legislation” (objetivo da visão dele), elevando depois a mão e fazendo um movimento onde desenha uma linha horizontal da esquerda para a direita à frente do seu corpo enquanto diz “to do THAT”. Este gesto parece sublinhar as palavras que acompanha, focalizando, assim, este segmento do discurso, cujo conteúdo refere a abrangência das medidas introduzidas pelo senador norte-americano.




secretary Clinton	Two hundred and twenty-five thousand dollars (?)	A SPEECH
Aponta para a adversária quando diz o seu nome.	Coloca os dedos em pinça, repetindo o gesto em batuta quatro vezes enquanto diz a soma monetária.	Aponta na direção de Hillary Clinton.

QUADRO F. BST_10, BST_11.

BST_10 - now secretary clinton was busy giving speeches (--)

BST_11 - to goldman sachs for two hundred and twenty-five thousand dollars (?) A SPEECH (2,0)




Bernie Sanders aponta para a sua adversária (gesto deítico) quando refere o seu nome, chamando a atenção para a pessoa que quer focar. Após o gesto deítico, Bernie Sanders repousa as mãos no pódio até mencionar o valor associado a cada discurso (“two hundred and twenty-five thousand dollars”). Enquanto fala do valor de cada discurso, Bernie Sanders utiliza a *pince digitale* (foca o dinheiro) em batuta (ênfatizando com o gesto elementos da fala), até a abrir e apontar novamente para o objeto da sua crítica, a senadora Hillary Clinton.

		
the proper (?)	RESPONSE.	the proper response
Estica o indicador da mão direita enquanto diz “proper”.	Abre os braços com as palmas da mão abertas quando diz “response”.	Abre os braços com as palmas da mão abertas viradas para dentro quando diz “the proper response”

QUADRO G. BST_12

BST_12 - so the proper (?) RESPONSE (2,0) (...) the proper response in my view is (--)

Bernie Sanders utiliza o gesto do *index*, gesto deítico utilizado para assinalar ou apontar algo (Calbris 2003: 122), para destacar aquela que é para ele a resposta correta para a temática em questão (“the proper”). Quando menciona a resposta (“RESPONSE”), Bernie Sanders abre os braços de maneira ostensiva, enfatizando a importância desta “resposta” através do gesto. Após uma pequena pausa, causada pela reação sonora positiva do público, Bernie repete novamente o enunciado verbal (“the proper response”) e o gesto do *cadre*, enfatizando novamente a importância da resposta através da utilização metafórica deste gesto.





		
We should (?)	break (.) them (.) up (.)	and that's what my legislation (--) does
Coloca os dedos em pinça quando diz “we should” e repete o gesto em batuta três vezes.	Abre a pinça quando diz “up”.	Coloca os dedos em pinça quando diz “my legislation” e repete o gesto em batuta duas vezes até abrir quando diz “does”.

QUADRO H. BST_13

BST_13 - we should (?) break (.) them (.) up (.) and that's what my legislation (--) does (?)

Na fase final do discurso, Bernie Sanders utiliza a *pince digitale* para focar a ação que deve ser feita (“we should”). O gesto é utilizado como batuta, destacando as palavras que vai dizendo uma a uma (“should” *batuta* “break” *batuta* “them” *batuta*), abrindo-a quando chega ao objetivo (“up”): o dismantelar destas organizações. Bernie Sanders passa depois o foco para a solução deste problema, que surge através da sua legislação. Bernie Sanders utiliza a *pince digitale* quando refere a sua legislação (“my legislation”), utilizando o gesto em batuta com o objetivo de enfatizar o discurso, até abrir a pinça quando chega ao objetivo (“does”), o realçar da solução para o problema apresentado anteriormente.

3.3.2. Hillary Clinton

			
you can tell (.)	he cannot come up	(.) It is	IMPORtant
Abre os braços com as palmas das mãos viradas para cima.	Pousa a mão direita no pódio.	Ergue o indicador direito (gesto <i>index</i>) enquanto diz “it is”.	Desce o indicador e faz o gesto <i>rond</i> quando diz “importante”.

QUADRO I. HTC_01, HTC_02, HTC_03

HCT_01: well (-) you can tell (.)

HTC_02: dana (.) he cannot come up with any example because there is no example (?) (.) and

HTC_03: it is (.) it is IMPORtant (2,0)

Hillary Clinton inicia o seu discurso com um gesto similar ao de Bernie Sanders, abrindo os braços com as palmas das mãos viradas para cima. No entanto, Hillary Clinton não aparenta estar tão desconfortável como Bernie Sanders. Este gesto pode ser classificado como um *Palm Presentation gesture* (Kendon 2004: 265-266), gestos utilizados pelo locutor quando este quer introduzir ou explicar algo. Neste caso, Hillary Clinton quer apresentar uma explicação para uma pergunta que ataca a sua pessoa. Após este gesto inicial, Hillary Clinton baixa os braços ficando numa posição relaxada durante uma breve explicação (“he cannot come up with any example because there is no example”), até chegar ao ponto que quer focar. Quando quer focar o que é mais importante para si, Hillary Clinton não só usa o gesto do *index* (gesto deítico com o objetivo de chamar à atenção ou focar algo), como passa deste gesto para o gesto do *rond*, um gesto similar à *pince digitale*, mas que indica um maior nível de precisão e rigor no assunto em foco (Calbris 2003: 120), enfatizando o valor da importância (“IMPORtant”) do discurso de Hillary.





			
it is IMPORtant	it's always IMPORtant	to get the facts STRAIght	I STOOD up against
Ergue o indicador direito (gesto <i>index</i>) enquanto diz “it is”.	Desce o indicador e faz o gesto <i>rond</i> quando diz “importante”.	Gesto <i>rond</i> em batuta enquanto diz “to get the facts STRAIght”.	<i>Pince digitale</i> em batuta a bater no pódio.

QUADRO J. HCT_04, HCT_05

HCT_04: it is IMPORtant (.) it's always IMPORtant (.) it may be inconvenIENT (.) but it's always IMPORtant (--)

HCT_05: to get the facts STRAIght (-) I STOOD up against

Hillary continua o discurso a usar o gesto *index* para chamar a atenção, passando-o para o *rond* quando quer focar o mais importante. Durante os excertos, Hillary Clinton passa do *index* para o *rond* após o primeiro “important”, quando diz “important” (pela segunda vez), “inconvenient” e, novamente, “important”. Mantém o gesto *rond* quando diz “to get the facts straight”, enfatizando verbal e fisicamente a importância dos seus argumentos. Esta mudança de um gesto para o outro vai sendo feita em batuta, com Hillary a gesticular com o braço e a adaptar os gestos ao ritmo do seu discurso. Quando o discurso passa para as ações realizadas por Hillary (“I stood up against”), o *rond* passa para *pince digitale*, focando assim de maneira menos assertiva a sua pessoa. Este gesto é utilizado como batuta (três vezes) e vai acompanhando o ritmo do discurso ao bater periodicamente no pódio em frente a Hillary Clinton.

			
the behavior (.) of the banks (.)	I called them out	I	ALso (.) was very
<i>Pince digitale</i> em batuta.	Dedo indicador da mão direita (gesto <i>index</i>) a apontar para fora enquanto diz “I called them out”.	Dedo indicador a apontar para cima (gesto <i>index</i>) enquanto diz “I”.	Dedos em <i>rond</i> quando diz “also was very willing”, gesto repetido em batuta.

QUADRO K. HCT_06, HCT_07

HCT_06: the behavior (.) of the banks (.) when i was a senator (.) I called them out (.) on their mortgage behavior

HCT_07: I ALSO (.) was very (.) willing

Hillary Clinton continua a acompanhar o ritmo do discurso através do gesto batuta feito anteriormente (*pince digitale* a bater no pódio). Quando chega à parte do discurso onde refere os bancos, Hillary Clinton utiliza um gesto deítico, apontando com o indicador direito para a sua frente (longe da sua pessoa) quando diz “them out” e “their mortgage behavior”. Com este gesto, podemos interpretar que Hillary tenta separar-se de algo que lhe está associado, afastando a figura dos bancos ao apontar para fora. Quando volta a falar da sua pessoa, Hillary Clinton usa a estratégia já usada anteriormente, o gesto *index* seguido do gesto *rond*.

QUADRO L. HCT_08, HCT_09






To speak out (,)	against some of the special privileges	under the tax code	when I (-) went to (.)
<i>Rond</i> em batuta.	Mão direita com a palma virada para dentro a fazer um movimento em batuta para fora.	Mão direita com a palma virada para dentro a apontar em frente.	Mão direita com a palma virada para dentro a fazer um gesto em batuta a bater no pódio.

HTC_08: to speak out (,) against some of the special privileges they had (,) under the tax code

HTC_09: when I (-) went to (.) the secretary of state office (-)

Hillary Clinton continua o discurso com a mão direita em *rond* focando a sua pessoa. Quando menciona os bancos, Hillary muda para o gesto *main raidie*, gesto utilizado quando se tem um objetivo visado (Calbris 2003: 138), neste caso, os bancos. O gesto *main raidie* vai acompanhando o ritmo do discurso, “cortando-o” em partes (Calbris 2003: 146), para ajudar à segmentação da argumentação de Hillary. Quando Hillary se refere diretamente à figura dos bancos (“the special privileges they had under the tax code”), a *main raidie* aponta em frente, demonstrando novamente uma separação entre a figura de Hillary e a dos bancos. Na preparação para os argumentos finais, Hillary utiliza a *main raidie* para separar de maneira evidente as várias partes do discurso e pôr em foco a sua ação (“When I” **main raidie** ”Went to” **main raidie** ”The secretary of State Office”).

			
the PRESIDENT (.) president Obama (.)	now we've had this is our ninth debate (,)	in the prior eight debates	WE HAVE a LAW

<i>Main raidie</i> em batuta.	<i>Brushing aside gesture</i> , com a palma da mão aberta, Hillary faz um movimento com a mão para fora.	Faz um gesto em S com a mão de cima para baixo enquanto diz “In the prior eight debates”.	Mão em concha virada para baixo.
-------------------------------	--	---	----------------------------------





QUADRO M. HCT_10, HCT_11, HCT_12

HCT_10: the PRESIDENT (.) president obama (.) led the effort (.) to pass (.) the (.) dodd (.) frank (.) bill (--)

HCT_11: THAT is the LAW (-) now we've had this is our ninth debate (,)

HCT_12: in the prior eight debates I have SAID (-) WE HAVE a LAW

Vista na altura como possível sucessora do presidente Barack Obama, Hillary Clinton utiliza a *main raidie* em batuta em conjunto com todas as palavras em HCT_10. Desta forma, Hillary Clinton foca todas as partes do discurso para dar, verbal e fisicamente, a entender que a lei foi aprovada em conjunto com Barack Obama. Após falar da proposta de lei (“dodd-frank bill”), Hillary Clinton levanta a mão e continua a utilizar o gesto da *main raidie* em batuta, mas a um ritmo mais elevado e com maior força, de forma a enfatizar bem que o seu argumento não é apenas uma opinião, é a lei (“THAT is the LAW”). Hillary Clinton, na tentativa de argumentar que este assunto já foi demasiado discutido, “afasta-o” para o lado quando diz “this is our ninth debate”, usando um *brushing aside gesture*, um gesto normalmente utilizado para afastar o que é incomodativo ou para reafirmar a posição soberana de uma pessoa sobre determinado assunto (Teßendorf 2014). Recordando os debates anteriores, Hillary Clinton volta a colocar a mão no centro e faz um gesto de cima para baixo em formato de S quando refere os oito debates anteriores. Este gesto pode ser interpretado como um gesto metafórico onde Hillary Clinton ilustra o caminho percorrido até este debate. Quando volta a referir a lei, Hillary Clinton utiliza o gesto do *bol retourné*, gesto utilizado para pegar e focar algo entre os nossos dedos (Calbris 2003: 92-93), neste caso a lei (WE HAVE a LAW), assumindo o gesto uma dimensão metafórica.





			
You don't (-)	just (.) say (.)	I'M UPset about it	go break THEM UP
Aponta com a <i>main raidie</i> para a frente, fazendo também um movimento para a frente com a mão.	Gesticula com a palma da mão aberta para a esquerda fazendo um movimento para fora enquanto diz "just say".	Aponta para si com a mão e a palma da mão virada para si quando diz "I'm upset".	Com a palma da mão virada para si, gesticula para a frente quando diz "go break them up".

QUADRO N. HCT_13, HCT_14

HCT_13: you don't (-) just (.) say (.) we're upset about this (.) I'M UPset about it (-)

HCT_14: you don't just say go break THEM UP (--)

Focando-se nas ideias apresentadas pelo seu adversário, Hillary Clinton aponta para a frente em *main raidie* ("you don't") quando fala do seu adversário, avançando depois para um *brushing aside gesture* quando fala do discurso deste ("just say"). Hillary Clinton move o braço direito com a palma da mão aberta para fora, como se afastasse o argumento apresentado pelo seu adversário. De modo a mostrar a sua opinião e mover o foco do discurso para si, Hillary Clinton aponta para si mesma sem tocar no peito, gesto utilizado para destacar a sua pessoa (Calbris 2003: 63), enquanto revela a sua opinião pessoal sobre o assunto ("I'm upset about it"). Quando volta a mencionar o seu adversário e os bancos (you don't just say go break THEM UP), Hillary Clinton utiliza o gesto da *équerre*, um gesto com o significado de abrandar ou parar algo (Calbris 2003: 144-145). O gesto da *équerre* tem, nesta situação, um movimento para frente, como se dirigido às instituições que devem ser paradas.

			
you have a LAW	SO I (.) support (.) dodd frank (.)	but I have consistently	said (?) (--) that's not ENOUGH
<i>Équerre</i> em batuta.	<i>Bol Retourné</i> em batuta.	<i>Index</i> direito quando se refere a si própria.	<i>Rond</i> em batuta até ao fim do discurso.

QUADRO O. HCT_15, HCT_16, HCT_17

HCT_15: you have a LAW because we are a nation of laws













HCT_16: SO I (.) support (.) dodd frank (.) but I have consistently said (?) (--)

HCT_17: that's not ENOUGH (?) WE'VE GOT to include (.) the shadow (.) banking (.) sectors (,)

Hillary Clinton continua com o gesto *équerre* quando se refere à lei, recordando visualmente que esta foi criada para parar os abusos no setor financeiro. Quando se refere diretamente à lei (“SO I (.) support (.) dodd frank (.)”), Hillary usa o gesto do *bol retourné* para focar a lei no meio dos seus dedos. Quando quer voltar a focar o discurso em si, Hillary Clinton chama a atenção do público com o gesto do *index* (“I have consistently”), passando para o *rond* quando quer focar o objetivo do seu discurso (“said (?) (--) that's not ENOUGH (?) WE'VE GOT to include (.) the shadow (.) banking (.) sectors (,)”), fechando a sua intervenção com o gesto *rond* em batuta (repetindo-o nove vezes), focando a importância de criar medidas adicionais para resolver o problema em questão.

3.4. Análise dos movimentos não verbais durante o discurso do adversário

3.4.1. Bernie Sanders

			
HC: “There is no example and...”	HC: “To get the facts straight”	HC: “I stood up against the behavior of the banks”	HC: “I called them out on their mortgage behavior”
Bernie Sanders pede a vez quando Hillary diz que não há exemplos.	Bernie Sanders olha diretamente para a adversária quando esta diz que vai corrigir os factos.	Bernie Sanders mostra através do gesto facial que discorda da afirmação de Hillary Clinton.	Bernie Sanders ri-se após a afirmação de Hillary.
			
HC: “to speak out”	HC: “against some of the special privileges”	HC: “When I went to (...)”	HC: “I have said we have a law (...)”
Bernie Sanders pede a vez com o indicador direito.	Bernie Sanders pede a vez com o indicador esquerdo.	Bernie Sanders começa a escrever algo.	Bernie Sanders olha diretamente para o público (comum durante o discurso da adversária).
			
HC: “So I support”	HC: “dodd-frank”	HC: “that’s not enough”	HC: “the shadow banking sector”

Bernie Sanders pede a vez com o indicador direito.	Bernie Sanders pede a vez com o <i>gesto pince digitale</i> .	Bernie Sanders estende a mão direita com a palma virada para baixo na direção da sua adversária.	Bernie Sanders pede a vez com o <i>gesto pince digitale</i> .
--	---	--	---

QUADRO P. Bernie Sanders Comunicação Não Verbal.

Aquando da intervenção de Hillary Clinton, Bernie Sanders mostra-se bastante interventivo em termos de linguagem corporal. Logo no início da intervenção da sua adversária, Bernie Sanders utiliza um sinal de reclamação de vez (Rodrigues 1998: 91), levantando a mão direita e utilizando o gesto *index* numa tentativa de refutar a argumentação da adversária. Durante a maior parte da intervenção de Hillary Clinton, Bernie Sanders mantém o olhar focado na plateia ou na moderadora. A única situação em que dirige o olhar na direção da sua adversária é quando esta argumenta que vai repor a verdade dos factos apresentados por Bernie Sanders (“to get the facts straight”). Neste momento, Bernie Sanders olha para Hillary Clinton franzindo as sobrancelhas, numa expressão facial que pode ser interpretado como uma reprovção do que a senadora americana está a argumentar.

Quando Hillary Clinton afirma que se opôs ao comportamento dos bancos (“I stood up against the behavior of the banks”), Bernie Sanders expressa um gesto facial de desaprovação que desvaloriza o argumento de Hillary Clinton. Bernie Sanders ri-se quando Hillary Clinton argumenta que repreendeu os bancos (“I called them out on their mortgage behavior”), um gesto facial cujo objetivo é ridicularizar e descreditar por completo a afirmação de Hillary Clinton. Bernie Sanders volta a reclamar a vez após estas afirmações de Hillary, fazendo-o de uma forma mais expressiva desta vez, pedindo primeiro a vez com um *gesto index* da mão direita e depois repetindo o mesmo gesto com a mão esquerda.

Não conseguindo tomar a vez, Bernie Sanders começa a escrever algo enquanto a sua adversária discursa, parecendo ignorá-la, num gesto que pode ser interpretado como uma demonstração de desprezo pelos argumentos da sua adversária. Quando acaba de escrever, Bernie Sanders foca o olhar em frente, não olhando para a sua adversária. Já perto dos argumentos finais da sua adversária, Bernie Sanders torna-se mais insistente nos seus pedidos de reclamação de vez, voltando a utilizar o gesto do *index*, mas também o da *pince digitale*,

num gesto que pode ser interpretado como uma demonstração física de que quer “pegar” no discurso ou que quer falar sobre este aspeto em particular. Quando Hillary Clinton argumenta que as medidas existentes não são suficientes (“that’s not enough”), Bernie Sanders faz novamente um gesto em direção à sua adversária com a intenção de que ela abrande ou pare (Kendon 2004: 250), podendo também este ser considerado como um gesto de reclamação de vez. Durante a última frase dita por Hillary Clinton “the shadow banking sector”, Bernie Sanders volta a reclamar a vez através do gesto *pince digitale*.

3.4.2. Hillary Clinton

			
BS: “the obvious decision”	BS: “brought this country”	BS: “lost their jobs, and their homes”	BS: “you got a bunch of fraudulent operators”
Hillary Clinton olha para Bernie Sanders.	Hillary Clinton olha em frente.	Hillary Clinton olha para cima.	Hillary Clinton olha para Bernie Sanders.

QUADRO Q. Hillary Clinton Comunicação Não Verbal

Ao contrário de Bernie Sanders, Hillary Clinton tem uma postura física menos ativa, movimentando-se pouco ao longo do discurso do seu adversário. A senadora norte-americana passa a maior parte do tempo a olhar diretamente para Bernie Sanders. Quebra o contacto ocular com o seu adversário apenas duas vezes, ambas em situações onde o mesmo parece ser quebrado por uma questão de cansaço. Hillary Clinton não se mostra afetada por nada do que Bernie Sanders diz, ignorando os ataques de que é alvo, utilizando a indiferença quanto ao discurso do seu adversário para reforçar a sua credibilidade e desvalorizar a do adversário. Esta é uma estratégia comum de Hillary Clinton, já tendo assumido o mesmo tipo de postura quando Barack Obama foi seu adversário nas eleições de 2008 (Gelang 2013).

4. Conclusão

Sendo os políticos avaliados não apenas pelas suas ações e argumentos, mas também pela forma como se apresentam e interagem com os outros, pude observar neste trabalho as diferentes formas como duas figuras do mesmo partido abordam a mesma temática.

Em termos de gestos coverbais, Bernie Sanders utiliza frequentemente o gesto da *pince digitale* para focar os assuntos, enquanto Hillary Clinton é mais adepta do *rond*. Ao longo deste pequeno excerto Bernie Sanders faz bastantes gestos para a frente quando usa a *pince digitale*, parecendo querer afastar da sua pessoa os atos associados ao assunto em causa. Estes gestos, *pince digitale* e *rond*, são os que ambos mais usam em batuta para acompanhar o ritmo discursivo. Quando quer destacar a gravidade ou grandeza de algo, Bernie Sanders dá preferência ao resto do *cadre*, utilizando os braços abertos para o demonstrar. Enquanto Bernie Sanders utiliza quase unicamente a *pince digitale* para acompanhar o ritmo do discurso, Hillary Clinton utiliza a *main raidie* para ir “cortando” partes do seu discurso, com o objetivo de segmentar bem a sua argumentação para o público. Hillary Clinton usa um maior número de gestos que Bernie Sanders, onde se incluem gestos como o *bol retourné* e o *équerre*, mas utiliza um menor espaço gestual (McNeill 1992) do que o senador norte-americano, excetuando nos momentos em que usa um *brushing aside gesture* para “afastar” os assuntos que atacam a sua pessoa.

Quanto aos movimentos não verbais, enquanto o adversário está a discursar, as estratégias utilizadas por ambos são bastante diferentes. Bernie Sanders movimenta-se bastante, reclama várias vezes a vez e utiliza várias expressões faciais que descreditam os argumentos da sua adversária. Bernie Sanders raramente olha para a sua adversária, utilizando uma estratégia onde parece ignorar o que esta diz enquanto tenta desviar a atenção do público para a sua pessoa. Por outro lado, Hillary Clinton movimenta-se pouco quando o seu adversário está a discursar, olhando-o fixamente e não mostrando qualquer reação aos ataques dos quais é alvo. Hillary Clinton opta por uma estratégia onde demonstra respeito pela argumentação do adversário, mas simultaneamente desvaloriza-a ao mostrar-se completamente indiferente ao conteúdo.

Membros do mesmo partido político, Bernie Sanders e Hillary Clinton evidenciaram uma linguagem corporal diferente no pequeno excerto analisado. Devido à curta duração do excerto (cerca de dois minutos), as conclusões retiradas deste trabalho não podem ser tomadas

como uma opinião geral sobre a linguagem corporal das duas figuras políticas aqui em análise. No entanto, não deixa de ser interessante que, mesmo utilizando estratégias de comunicação verbal e física diferentes, a maior parte dos gestos utilizados por ambos já tinha sido observada por Calbris (2003) aquando da sua observação dos gestos recorrentes utilizados por Lionel Jospin. Reforça-se, assim, a ideia de que os gestos em questão são regularmente utilizados por figuras políticas.

REFERÊNCIAS

- Anscombe, J. C.; Ducrot, O. 1976. L'argumentation dans la langue. *Langages* (42), pp. 5-27.
- Bucy, E. P.; Grabe, M. E. 2007. Taking television seriously: A sound and image bite analysis of presidential campaign coverage, 1992–2004. *Journal of Communication* 57(4), pp. 652-675.
- Bull, P. 1986. The use of hand gesture in political speeches: Some case studies. *Journal of Language and Social Psychology* 5(2), pp. 103-118.
- Calbris, G. 2003. *L'expression gestuelle de la pensée d'un homme politique*. CNRS.
- D'Errico, F.; Poggi, I.; Vincze, L. 2013. Discrediting body. A multimodal strategy to spoil the other's image. *Multimodal Communication in Political Speech. Shaping Minds and Social Action*. Springer, pp. 181-206.
- Barros, A. T. M. C.; Cavalcante, M. C. B. 2017. A multimodalidade como via de análise: contribuições para pesquisas em aquisição de linguagem. *Letrônica*, 10(2), pp. 526-537.
- Efron, D. 1941. *Gesture and environment*. King's Crown Press.
- Ekman, P.; Friesen, W. V. 1969. The repertoire of nonverbal behavior: Categories, origins, usage, and coding. *Semiotica* 1(1), pp. 49-98.
- Ferré, G. 2012. Functions of three open-palm hand gestures. *Journal Multimodal Communication* 1(1), pp. 5-20.
- Gelang, M. 2013. Towards a Political Actio. *Multimodal Communication in Political Speech. Shaping Minds and Social Action*. Springer, pp. 30-38
- Goffman, E. 1981. *Forms of talk*. University of Pennsylvania Press.

- Gumperz, J. J. 1982. *Discourse strategies* 1. Cambridge University Press.
- Iten, C. 2000. The relevance of argumentation theory. *Lingua* 110(9), pp. 665-699.
- Kendon, A. 1988. How gestures can become like words. *Cross-cultural perspectives in nonverbal communication* 1, pp. 131-141.
- Kendon, A. 2004. *Gesture: Visible action as utterance*. Cambridge University Press.
- Maricchiolo, M.; Bonaiuto, M.; Gnisci, A. 2014. Body movements in political discourse. In *Body language communication: an international handbook on multimodality in human interaction*. Berlin: de Gruyter Mouton, pp.1400-1412.
- McNeill, D. 1992. *Hand and mind: What gestures reveal about thought*. University of Chicago Press.
- McNeill, D. 2008. *Gesture and thought*. University of Chicago Press.
- McNeill, D.; Levy, E. 1980. *Conceptual representations in language activity and gesture*. ERIC Clearinghouse Columbus.
- Mondada, L. 2014. Pointing, talk, and the bodies. *From Gesture in Conversation to Visible Action as Utterance: Essays in honor of Adam Kendon*, 95.
- Müller, C.; Cienki, A.; Fricke, E.; Ladewig, S. H.; McNeill, D.; Teßendorf, S. 2013. *Body-Language-Communication*. Berlin: de Gruyter Mouton.
- Navarretta, C.; Paggio, P. 2013. Multimodal Behaviour and Interlocutor Identification in Political Debates. *Multimodal Communication in Political Speech. Shaping Minds and Social Action*. Springer, 99-113
- Poggi, I.; Vincze, L. 2008. *The persuasive import of gesture and gaze*. Paper presented at the Proceeding on the Workshop on Multimodal Corpora. Marrakech: LREC.
- Rodrigues, I. M. G. 1998. *Sinais conversacionais de alternância de vez*. Porto: Granito Editores.
- Rodrigues, I. M. G. 2005. Fala e movimentos do corpo na interacção face a face: uma proposta de análise de meios de contextualização e estruturação de sequências narrativas. *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas* 2(22), pp. 483-526.
- Rodrigues, I. M. G. 2006. *Funções conversacionais dos sinais verbais e não-verbais na interacção face a face: perguntas retóricas e construções frásicas paralelas*. Paper presented at *Processos Discursivos e Modalização*.

- Rodrigues, I. M. G. 2007. *O corpo e a fala: comunicação verbal e não-verbal na interacção face a face*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rominiecka, M. 2008. Non-Verbal Cues in Politics: An Analysis of Gestural Signals sent by American and European Politicians. *Poznań Studies in Contemporary Linguistics* 44(2), pp. 247-263.
- Salvati, L.; Pettorino, M. 2013. A Diachronic Analysis of Face-to-Face Discussions: Berlusconi, Fifteen Years Later. *Multimodal Communication in Political Speech. Shaping Minds and Social Action*. Springer, pp. 65-74.
- Streeck, J. 2009. Gesturecraft: The manu-facture of meaning. *Gesture studies* 2.
- Teßendorf, S. 2014. Pragmatic and metaphoric combining functional with cognitive approaches in the analysis of the 'brushing aside gesture'. In *Body language communication: an international handbook on multimodality in human interaction*. Berlin: de Gruyter Mouton, pp. 1540-1558.
- Van Eemeren, F. H. 2010. *Strategic maneuvering in argumentative discourse: Extending the pragma-dialectical theory of argumentation*, 2nd ed. Amsterdam: John Benjamins Publishing.
- Wittenburg, P.; Brugman, H.; Russel, A.; Klassmann, A.; Sloetjes, H. 2006. *ELAN: a professional framework for multimodality research*. Paper presented at the 5th International Conference on Language Resources and Evaluation. LREC.
- Zurloni, V.; Anolli, L. 2013. Fallacies as argumentative devices in political debates. *Multimodal Communication in Political Speech. Shaping Minds and Social Action*. Springer, pp. 245-257.

Cunha, L.F.; Leal, A. & Silva, F. 2018. *Leituras estativas e eventivas com verbos de movimento: alguns fatores de alternância*. In. Oliveira, Fátima; Leal, António; Silva, Fátima & Silvano, Purificação (Eds.). *Para Óscar Lopes: Estudos de Linguística*. Porto: Afrontamento. 15 pp.

Júlio Barbosa⁴⁵

up201502642@letras.up.pt

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

O artigo em apreço apresenta já características de continuidade, e em língua portuguesa, relativamente a outro que, no mesmo ano de 2018 e em língua inglesa, os mesmos autores haviam publicado sob o título *Stative and eventive alternations with some spacial verbs*⁴⁶. Insere-se na área dos estudos de linguística, mais especificamente no campo da semântica frásica e, no interior deste, no âmbito do aspeto, ocupando-se do estudo do perfil aspetual das predicções com verbos de movimento.

Os autores, logo na introdução do seu artigo, começam por explicar o motivo pelo qual tais verbos têm sido objeto de vários trabalhos, e fundamentam esse interesse no facto de poderem os mesmos incubar a abordagem de numerosas questões linguísticas. De entre estas, apontam a surpreendente constatação de que, muito embora denominados “verbos de movimento” (Levin, 1993), com o inerente sentido dinâmico que o conhecimento lexical permite extrair da palavra “movimento”, muitos deles, à partida contra todas as expectativas, podem ocorrer em predicções estativas (caraterizadas, precisamente, pelo seu perfil não dinâmico). Propõem-se, então, por um lado, demonstrar essa alternância entre estado e evento que se produz com estes verbos e, por outro, diagnosticar os elementos semânticos que a determinam.

⁴⁵ Estudante do 1.º ano de Mestrado em Linguística.

⁴⁶ Leal, Cunha & Silva (2018).

A demonstração da alternância é, no ponto segundo do trabalho, levada a efeito mediante a submissão de várias predicções a numerosos testes apontados por Cunha (2004/2007) como diferenciadores entre estados lexicais e eventos, entre estados faseáveis e não faseáveis e entre estados de indivíduo e de estádio. A conclusão preliminar a que chegam é a de que, quando estativas, as situações predicadas com verbos de movimento apresentam características muito semelhantes àquelas que são apanágio dos estados lexicais de indivíduo não faseáveis.

É, então, no terceiro ponto do artigo que os autores se preocupam com a prometida busca das condições que geram a alternância a que se reportam. Propõem-se discutir, em três subpontos, outros tantos fatores que se lhes afiguram poderem ser determinantes para o efeito: os tempos gramaticais, o caráter “móvel/não móvel” do argumento Figura e a relação entre a extensão espacial desta última e o percurso com o qual a mesma se encontra associada. Após, e porquanto referem haver verbos de movimento que não apresentam semelhante alternância, afirmam também tratar de saber se aqueles outros que a apresentam são, à partida, estados ou eventos ou se, ao invés, se assumem como não determinados, numa ótica aspetual.

Na abordagem ao primeiro daqueles três fatores, os autores começam por referir, e demonstrar, que alguns tempos gramaticais, como o presente do indicativo, o pretérito imperfeito e o pretérito perfeito, apesar de favorecerem claramente a leitura aspetual das predicções em que ocorrem (estativa, no caso dos dois primeiros tempos, e eventiva, no caso do último), não são, *per si*, determinantes para a alternância verificada. E assim o postulam porquanto provam ser possível encontrar-se, com alguma facilidade, contextos nos quais aqueles dois primeiros referidos tempos verbais, apesar de serem conectados com interpretações de estado, se afiguram passíveis de predicar situações que, na base, são eventivas, como se verifica nos exemplos a seguir reproduzidos em (1) e (2):

- (1) O comboio Alfa vai do Porto até Lisboa;
- (2) Os dinossauros atravessavam a Península Ibérica.

De igual modo, o pretérito perfeito (tempo que não promove alterações aspetuais), pode surgir em eventualidades estativas se recorrermos a adverbiais temporais que remetem para períodos longos, como se vê no exemplo que fornecem, e que vai reproduzido em (3):

- (3) As estradas romanas cruzaram a Península Ibérica durante séculos.

Em seguida, analisam o carácter “móvel/não móvel” do argumento Figura. Começam por colocar a hipótese de que uma interpretação eventiva de um verbo de movimento ocorrerá sempre que a entidade que é interpretada como sendo a Figura vê a sua localização espacial alterada, sendo que, quando tal não ocorre, obter-se-á uma leitura estativa. Esta hipótese remeteria para a interpretação, que à partida pode parecer muito lógica, como evento de toda a situação predicada por um verbo de movimento selecionador de um argumento Figura “móvel” e, ao invés, para a leitura estativa de qualquer eventualidade em que tal papel temático fosse “não móvel”.

A questão seria demasiadamente simples se terminasse por aqui. Todavia, é relativamente frequente encontrarmos, com os verbos que nos ocupam, entidades “móveis” presentes em orações com predicacões estativas, assim como entidades “não móveis” capazes de servir os mesmos verbos e ser configurada uma situação eventiva, nomeadamente, quando o que está em causa é a criação ou a alteração da configuração espacial dessa mesma dita Figura “não móvel”, como se constata pela leitura dos seguintes exemplos que referem, e que seguem em (4) e (5):

- (4) O carro vai de uma ponta à outra da rampa. (entidade móvel; leitura estativa);
- (5) A cidade estendeu-se até ao rio em dois anos. (entidade não móvel: leitura eventiva).

Isto posto, não é, também, a propriedade lexical “móvel/não móvel” do argumento Figura capaz de se mostrar como o fator que gera, por si só, a alternância entre ambos os tipos de interpretações aspetuais com verbos de movimento.

Por fim, os autores ocupam-se da relação entre a extensão espacial da Figura e o percurso ao qual a mesma se encontra associada. Chamam à colação a posição de diversos autores, que assumem uma interpretação estativa para as frases predicadas com verbos de movimento, nas quais o argumento Figura ocupa, em extensão, a totalidade do percurso que lhe está lexicalmente anexo (ainda que esteja apenas projetado numa sua parte mínima) e, ao invés, uma leitura eventiva para aquelas outras predicadas com os mesmos verbos, nas quais o dito constituinte não ocupa essa mesma totalidade da extensão do percurso.

Ora, imbuindo-se destas considerações, os autores fazem uma espécie de retrospectiva que os leva à propriedade que, afinal, a literatura unanimemente considera distinguir estado de

evento: a dinamicidade. Então, teremos um estado quando a situação é não dinâmica e teremos um evento quando ela o é. Por isso, o fator determinante da alternância entre estado e evento, nestes verbos de movimento, não pode deixar de residir no traço, positivo ou negativo, da dinamicidade. Aceitando esta premissa, partem para a colocação de hipóteses:

- de não especificidade, por parte dos verbos de movimento que suportam a alternância entre estados e eventos, no tocante ao traço de dinamicidade;

- de recebimento, por parte dos verbos, de um traço [+ dinâmico] sempre que se verificam alterações na relação entre a Figura e o eixo espacial ao qual a mesma está associada, sejam elas incrementais ou consistam numa mudança de local, por parte da mesma;

- de recebimento, por parte dos verbos, de um traço [- dinâmico] em todas as situações nas quais se não verifica qualquer espécie de alterações, seja na localização, seja na configuração espacial, do argumento Figura, o qual corresponde integralmente ao percurso que lhe está associado;

- de parecer existir a transferência de propriedades temporais da predicação para a relação que se verifica entre a Figura e o eixo espacial que se lhe encontra associado.

Assim, entendem os autores que nenhum dos fatores analisados (tempos gramaticais, propriedades lexicais da Figura e o papel do eixo espacial), isoladamente, se mostra capaz de decidir a leitura a atribuir-se a qualquer predicação com verbos de movimento. Antes apontam de forma clara (e é aqui que parece terem eles contribuído de forma mais significativa para o assunto estudado) para o conteúdo da relação existente entre o argumento Figura e o eixo espacial que na predicação lhe concerne: sendo a relação fixa e imutável (traço [- dinâmico] associado ao verbo de movimento), estaremos em face de uma leitura estativa, prevendo-se uma coextensionalidade entre Figura e eixo espacial; sendo essa relação dinâmica e mutável (traço [+ dinâmico] carregado para o mesmo tipo de verbo), configurando uma alteração espacial da Figura ou uma mudança de local por parte da mesma, teremos, outrossim, uma interpretação eventiva, não coincidindo a extensão entre Figura e eixo espacial ao qual a mesma se encontra, de algum modo, adstrita. Nesta esteira, consideram os autores que é a não determinação de traço de dinamicidade dos verbos de movimento que se revela responsável pela alternância em apreço, sendo os traços do sinal, negativo ou positivo, recebidos da

composição e do confronto que deve sempre ocorrer entre vários fatores, entre os quais os no artigo analisados.

Em conclusão, dir-se-ia que os autores estão um pouco em consonância com Morimoto (2013; 2018), na parte em que referem haver verbos, como os de movimento, que se apresentam lexicalmente neutros no tocante ao critério de estaticidade (ou de dinamicidade), apontando muito embora, e de forma um pouco mais vaga, para a informação contextual que tais verbos apresentam, relativamente aos papéis temáticos dos seus argumentos, como fator decisivo para a determinação do seu valor aspetual, tanto no emprego estativo quanto no eventivo, mesmo que se vislumbre, como característica semântica comum a todos eles, na sua vertente estativa, uma relação de localização espacial.

O artigo analisado, na medida em que se focaliza nas questões estritamente aspetuais da alternância entre interpretações de estado e de evento, como já ocorreu em Leal, Cunha & Silva (2018), aliás, aborda e discute com rigor alguns dos fatores que contribuem para tal alternância. Mas haverá, porventura, outros fatores a equacionar em trabalhos futuros como, por exemplo, e mediante a análise de dados recolhidos de um *corpus* com frases a extrair de narrativas de viagem e/ou de jornais *online*, a influência de adverbiais temporais e de adverbiais de localização espacial dos papéis temáticos Fonte/Alvo no percurso a que o argumento tido como Figura se associa, em concatenação com os fatores neste texto discutidos.

REFERÊNCIAS

- Cunha, L. F.; Leal, A.; Silva, F. 2018. Leituras estativas e eventivas com verbos de movimento: alguns fatores de alternância. In Oliveira, Fátima; Leal, António; Silva, Fátima & Silvano, Purificação (Eds.). *Para Óscar Lopes: Estudos de Linguística*. Porto: Afrontamento, pp. 241-259.
- Leal, A.; Cunha, L.F. & Silva, F. 2018. Stative and eventive alternations with some spacial verbs. In Leal, A. (Ed.). *Verbs, movement and prepositions*. Porto: CLUP/FLUP, pp. 123-150.

- Levin, B. 1993. *English Verb Classes and Alternations: a Preliminary Investigation*. Chicago: The University of Chicago Press, pp. 263-270.
- Morimoto, Y. 2013. Cuando los estados se convierten en eventos y vice-versa: ¿recategorización o ambigüedad aspectual? In A. Cabedo Nebot; M.J. Aguilar Ruiz; E. Lopez-Navarro Vidal (Eds.). *Estudios de lingüística: investigaciones, propuestas y aplicaciones*. Valência: Universidade de Valência, pp. 369-377.
- Morimoto, Y. 2018. Stative/eventive alternations in Spanish. Leal, A. (Ed.). *Verbs, movement and prepositions*. Porto: CLUP/FLUP, pp. 45-74.